

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

DAVI JORGE DUQUE VANDERLEI

**O CUIDADO E A ESPIRITUALIDADE NA PERSPECTIVA DO ENSINO
RELIGIOSO E BNCC A PARTIR DA CONCEITUAÇÃO DO PROFESSOR
LEONARDO BOFF**

**JOÃO PESSOA
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

DAVI JORGE DUQUE VANDERLEI

**O CUIDADO E A ESPIRITUALIDADE NA PERSPECTIVA DO ENSINO
RELIGIOSO E BNCC A PARTIR DA CONCEITUAÇÃO DO PROFESSOR
LEONARDO BOFF**

Dissertação apresentada ao Curso de Ciências das Religiões, Programa de Pós-Graduação em Ciências das religiões da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Dr. Carlos André Macedo Cavalcanti
Coorientador: Dr. Elcio Cecchetti

**JOÃO PESSOA
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V235c Vanderlei, Davi Jorge Duque.

O cuidado e a espiritualidade na perspectiva do ensino religioso e BNCC a partir da conceituação do professor Leonardo Boff / Davi Jorge Duque Vanderlei. - João Pessoa, 2022.
98 f. : il.

Orientação: Carlos André Macedo Cavalcanti.

Coorientação: Elcio Cecchetti.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ciência religiosa. 2. Ensino religioso - Cuidado.
3. Espiritualidade. 4. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). I. Cavalcanti, Carlos André Macedo. II. Cecchetti, Elcio. III. Título.

UFPB/BC

CDU 279.224(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“O ENSINO RELIGIOSO COMO CUIDADO ESPIRITUAL”

Davi Jorge Duque Vanderlei

Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.



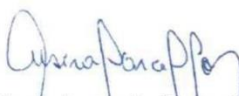
Carlos André Macedo Cavalcanti
(orientador/PPGCR/UFPB)



(membro-externo/UNOCHAPECO)

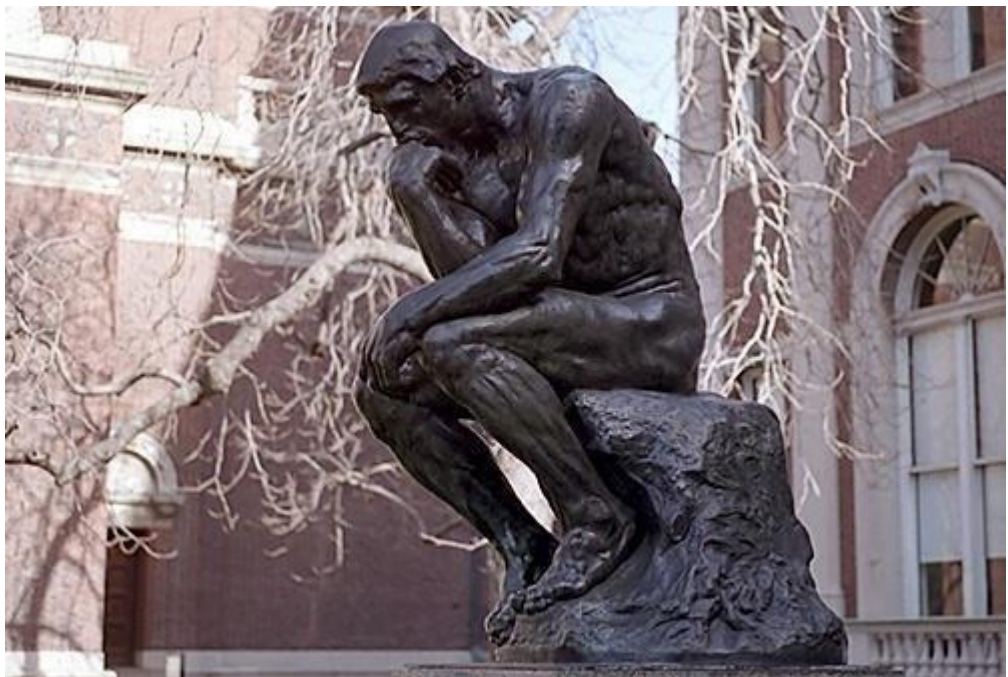


Fernanda Lemos
(membro-interno/PPGCR/UFPB)



Lusival Antonio Barcellos
(membro-interno/PPGCR/UFPB)

Aprovada em 23 de março de 2022.



DEDICATÓRIA

Na vida eu aprendi que devemos agradecer por tudo que nos acontece, nunca sabemos o que Deus quer nos dar, porém, ele nos conhece por inteiro e sabe das nossas necessidades...

Por isso, dedico minha pesquisa a Deus que tem sido meu auxílio em todos os momentos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria Jose Jorge de Souza, que sempre me deu carinho e muito amor, é meu maior exemplo na vida. Com muita luta criou a mim e meu irmão, sempre nos ensinando a lutar, em todos os momentos meu apoio e minha inspiração, não só em palavras, mas em experiência, pois sempre foi uma guerreira nos instruindo que nunca devemos desistir dos nossos sonhos.

A minha amada esposa Quézia de Souza, amiga, ajudadora e o amor da minha vida, que fez parte da construção deste trabalho, sendo um incentivo nos momentos difíceis. Grato por sua dedicação. As nossas filhas lindas, Hadassa de Souza e Helena de Souza.

A todos os professores da Pós-Graduação de Ciências das Religiões da UFPB, que com suas respectivas instruções contribuíram significativamente para elaboração desse texto e finalização de mais um ciclo de estudo, em especial os professores doutores: Carlos André Macedo Cavalcanti e Elcio Cecchetti, que na condição de orientador e coorientador, respectivamente, proporcionaram êxito a este trabalho, sem os quais seria impossível tal realidade. Agradeço a confiança e a credibilidade que depositaram em mim.

A Igreja Assembleia de Deus Missão do Bairro dos Estados a qual faço parte, que sempre esteve na torcida, incentivando, e na intercessão para que este momento fosse concluído. Muito obrigado aos irmãos pelas vossas orações em meu favor!

E a todos que de maneira direta ou indiretamente contribuíram para a realização de mais uma etapa de minha vida.

RESUMO

Este texto, vinculado a linha de pesquisa de Educação e Religião da pós-graduação em ciências das religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o tema: o cuidado e a espiritualidade na perspectiva do Ensino Religioso e BNCC a partir da conceituação do professor Leonardo Boff, tem como objetivo, apresentar o ER na BNCC e sua relação com o cuidado e a espiritualidade. Isto se efetivou viabilizando uma aproximação entre os conceitos de cuidado e espiritualidade tomando como base a visão do professor Leonardo Boff e as premissas que estão expressas no ensino religioso na BNCC. Inicialmente, apresentamos a história do ensino religioso, para tanto, consumou-se uma revisão bibliográfica, explorando as principais publicações disponíveis. Por consequência, concentrou-se no estudo das principais particularidades inerentes ao ensino religioso no Brasil, sobretudo em relação ao cuidado e espiritualidade. Sendo assim, o texto faz uma análise qualitativa do ensino religioso, abordando as fases deste ensino em cada período histórico(colonial, imperial, republicano e na contemporaneidade), suscitando a abordagem pedagógica de cada fase, imbricando com a definição de cuidado e espiritualidade a partir do seu respectivo conteúdo, especificamente apresentado na Base Nacional Comum Curricular(BNCC). Portanto, explorou-se um método descritivo-qualitativo, visando a avaliação das principais implicações e premissas associadas ao ensino religioso, ao cuidado e a espiritualidade no ambiente de ensino brasileiro. Além disto, foi possível trazer conceitos segundo o professor e escritor Leonardo Boff em relação ao cuidado e espiritualidade, apresentando assim, o Ensino religioso nacional e sua evolução metodológica em conexão com os conceitos de cuidado e espiritualidade, buscando uma abordagem para além do proselitismo. Assim sendo, foi possível demonstrar a correlação existente entre Ensino religioso na BNCC com cuidado e espiritualidade, assegurando com isso, o respeito à diversidade religiosa e garantindo a integralidade das diferentes crenças. O inserir do cuidado e da espiritualidade no espaço escolar ainda é um assunto controverso no Brasil. Para que as limitações didático-pedagógicas que estão impedindo a inserção do cuidado e da espiritualidade na perspectiva do ensino religioso sejam eliminadas, foi preciso fundamentar um novo conjunto de axiomas que lhe viabilizassem, uma mudança radical e que implica em uma reviravolta paradigmática bastante complexa.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Cuidado; Espiritualidade;BNCC; Leonardo Boff.

ABSTRACT

This text, linked to the research line of Education and Religion of the postgraduate studies in science of religions at the Federal University of Paraíba (UFPB), with the theme: care and spirituality in the perspective of Religious Education and BNCC from the conceptualization of the Professor Leonardo Boff, aims to present the ER at BNCC and its relationship with care and spirituality. This was effected by enabling an approximation between the concepts of care and spirituality, based on Professor Leonardo Boff's vision and the premises that are expressed in religious education at the BNCC. Initially, we present the history of religious education, for that, a bibliographic review was carried out, exploring the main publications available. Consequently, it focused on the study of the main particularities inherent to religious education in Brazil, especially in relation to care and spirituality. Therefore, the text makes a qualitative analysis of religious education, approaching the phases of this teaching in each historical period (colonial, imperial, republican and contemporaneity), raising the pedagogical approach of each phase, intertwining with the definition of care and spirituality to from their respective content, specifically presented in the National Curricular Common Base (BNCC). Therefore, a descriptive-qualitative method was explored, aiming at the evaluation of the main implications and premises associated with religious teaching, care and spirituality in the Brazilian teaching environment. In addition, it was possible to bring concepts according to professor and writer Leonardo Boff in relation to care and spirituality, thus presenting national religious education and its methodological evolution in connection with the concepts of care and spirituality, seeking an approach beyond proselytism. Therefore, it was possible to demonstrate the correlation between religious education in the BNCC with care and spirituality, thus ensuring respect for religious diversity and ensuring the integrality of different beliefs. The insertion of care and spirituality in the school space is still a controversial subject in Brazil. In order for the didactic-pedagogical limitations that are preventing the insertion of care and spirituality in the perspective of religious teaching to be eliminated, it was necessary to base a new set of axioms that would make it possible, a radical change that implies a very complex paradigmatic turnaround.

Keywords: ReligiousTeaching; Care;Spirituality; BNCC; Leonardo Boff.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.2 APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO.....	17
2- HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	20
2.1-A IGREJA E O PADROADO.....	20
2.2-A GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DA MONARQUIA.....	23
2.3-REPÚBLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	27
3-O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.....	32
3.1-O ENSINO RELIGIOSO NO PERÍODO COLONIAL E IMPÉRIO.....	32
3.1.1 A Aproximação	34
3.1.2 A Identificação	34
3.1.3 A Intervenção	35
3.1.4 A Construção	35
3.2-O ENSINO RELIGIOSO NO PERÍODO DA .REPÚBLICA.....	37
3.3-O ENSINO RELIGIOSO NA DITADURA.....	41
3.4-O ENSINO RELIGIOSO E A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	43
4-O CUIDADO E A ESPIRITUALIDADE.....	46
4.1-O MANIFESTAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO	49
4.2-O CUIDADO E A ESPIRITUALIDADE NA EDUCAÇÃO.....	54
4.3-O CUIDADO NA PERSPECTIVA DE LEONARDO BOFF.....	60
4.4-A ESPIRITUALIDADE SEGUNDO LEONARDO BOFF.....	62
4.5-O CUIDADO, ESPIRITUALIDADE E ER.....	63
5-O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR DA BNCC.....	67
5.1- ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFSSIONAL.....	70
5.2- ER NÃO CONFSSIONAL PARA CUIDADO ESPIRITUAL.....	72
5.3- 5.3- O ER E SUAS CONTRIÇÕES PARA O CUIDADO ESPIRITUAL; UMA ANÁLISE A PARTIR DA BNCC	77
5.3.1-Unidade Temática I.....	79
5.3.2-Unidade Temática II.....	83
5.3.3-Unidade Temática III.....	84
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação básica brasileira experimentou uma fase de inequívoca expansão, incitada pelas novas premissas constitucionais. Este expandir vislumbrou-se tanto no acréscimo de novas instituições dedicadas a esta área como também pela ampliação paralela do número de vagas. Isso tudo correspondeu tanto por questões econômicas como também por prévia necessidade do fomento da justiça social (GOBATTO, 2013).

Certamente o acréscimo populacional experimentado no decorrer dos últimos anos, sobretudo da segunda metade do século XX no Brasil e no mundo, implicou no incremento de uma quantidade proporcionalmente maior de profissionais de todas as áreas. Com uma população ampliada, mais professores, médicos, engenheiros e advogados, assim como tantos outros profissionais, seriam exigidos para suprir a constante demanda laboral intrínseca à ampliação populacional que lhe circundava. Com tanta necessidade por mão de obra especializada, possibilitou-se o ampliar subsequente do número de instituições de ensino em várias regiões brasileiras.

Em um cenário de transformações em múltiplas dimensões, poderia o Ensino Religioso (ER) manter-se cristalizado nas concepções do passado? Não por acaso, nos últimos anos, vivencia-se uma intensa e extensiva revolução no âmbito do ER no Brasil, com a criação de novos métodos, abordagens e concepções visando acolher e respeitar a diversidade religiosa da sociedade brasileira.

Essas mudanças começam a reverberar nas práticas educativas, oferecendo resultados distintos do que antes se alcançava atuando de maneira confessional. A priori, este reverberar exige a prévia construção de uma prática didático-pedagógica diferenciada, ou seja, a explorar as possibilidades inerentes à diversidade de caminhos espirituais. Se isso não acontecer desse modo, coloca-se em risco a função social da escola pública e os direitos fundamentais assegurados na Carta Magna brasileira, especialmente, o da liberdade de expressão, crença e convicção.

Mesmo reconhecendo a importância do ER à formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental, é imprescindível compreender a natureza pedagógica deste componente, que não se traduz literalmente no improvisado. Isso quer dizer que a ministração do ER não confessional requer a devida habilitação de seus professores em nível de licenciatura obtida em cursos de Ciências das Religiões.

Os cursos de formação desses docentes são oferecidos em todo território nacional pelas instituições de ensino, a substancialidade do ensino religioso torna-se evidente a partir das

legislações, não só isto, mas as ações construtivas adotadas para sua respectiva formação. A partir da década de 70 foi marcante para esta construção a necessidade da profissionalização do ensino religioso, principalmente no que se refere à formação docente.

É importante frisar que não basta o educador ter interesse em adotar uma estratégia de ensino que seja capaz de inserir a espiritualidade e os conhecimentos religiosos em sala de aula sem proselitismo. Ele necessita de conhecimentos, linguagem e habilidades didáticopedagógicas que lhe dê condições de realizar esse trabalho com qualidade. Ou seja, isso tudo só pode se efetivar de maneira adequada se o educador receber o preparo prévio.

Na ausência da licenciatura, a formação continuada pode remediar as dificuldades, introduzindo conceitos e práticas didático-pedagógico capazes de vulgarizar com qualidade assuntos e temas que estão correlacionados aos fenômenos religiosos das diversas culturas e tradições religiosas. Desse modo, as formações continuadas são importantíssimas para o desenvolvimento de habilidades mínimas que se espera em qualquer educador. Com muita frequência, é dito e comprovado que elas possibilitam novas ferramentas para os educadores que sabem se aproveitar destas ocasiões.

A historiografia do ensino religioso no País cobrava sua respectiva evolução, perpassando por uma adequação social, derivado da pluralidade religiosa, consumando-se no resguardar-se da laicidade e tolerância religiosa. Na sua origem e desenvolvimento até a contemporaneidade constatamos essa ascensão.

Podemos vislumbrar sobre o Ensino Religioso com um olhar para a laicidade, pelo que sua abordagem estará dentre os vários temas, um deles, seria o fenômeno religioso, implicando debruçar-se pressupostos acadêmicos(científicos), visando indivíduos críticos, que discirnam o pluralismo local e geral existente. Constatamos que ensino religioso se apresenta nestas abordagens: primeiro, confessionalidade, o conteúdo é ministrado de forma proselitista. Segundo, interconfessionalidade, os segmentos religiosos se misturam em um respectivo número; por fim, supraconfessionalidade, esse, por sua vez, tornou-se objetivo principal do ensino religioso, baseando-se, portanto, na neutralidade conceitual, não havendo assim desrespeito, proselitismo religioso, preconceito ou qualquer tipo de comentário que fira o direito individual de cada aluno, este tipo de vivência educacional se dar em escolas públicas.

Assim sendo, quais são os principais desafios ainda que temos em relação ao ensino religioso, sobretudo ao vinculá-lo ao cuidado e à espiritualidade? Ponderando tudo isso, é possível condensar o problema de pesquisa nas seguintes indagações: há relação entre Ensino Religioso e BNCC com o cuidado e espiritualidade? Em consequência, há possibilidade da

inserção qualificada deste ensino, vinculando ao cuidado espiritual no ambiente escolar, sem que afete a manutenção da qualidade geral do ensino e sem o abandono da laicidade do Estado?

Fica evidente que o objetivo do ensino religioso e sua atuação no campo educacional em nada relaciona-se com a possibilidade de estruturação de um grupo religioso específico, pelo contrário, os prismas existentes do ER reforçam o respeito à diversidade, pois constatamos, em primeiro lugar, que esta matéria corresponde a algo essencial como exercício do cidadão. Em segundo, a vedação explícita na legislação, a exemplo, LDB em seu artigo 33, quanto ao proselitismo; e, terceiro, assegura-se constitucionalmente a diversidade religiosa no nosso país. Portanto, serão apresentadas no texto, respostas às respectivas indagações supracitadas no parágrafo anterior.

Assim sendo, faremos uma análise descritivo-qualitativa quanto ao ensino religioso na BNCC, com uma abordagem sobre cuidado e espiritualidade, destacando os principais métodos deste ensino e seus respectivos conceitos. Além disto, é importante destacar que também retrataremos os seguintes objetivos específicos neste experimento dissertativo:

- ♦ Apresentar de que forma o ensino religioso foi se realizando no Brasil no decorrer do processo histórico nacional, avaliando até que ponto esta atividade foi favorável ao enriquecimento do cuidado e da espiritualidade brasileira em simultâneo. Esta tarefa irá se efetivar pontuando, em paralelo, a ligação que se estabelece com o cuidado com o ser humano mediante o expandir da laicidade e da tolerância, de uma sociedade mais igualitária e justa;

- ♦ Conceituar o que é que vem a ser cuidado e espiritualidade, esclarecendo os prováveis pontos de convergência bem como as inevitáveis divergências que podem ser experimentadas no estudo qualificado destes dois temas. Essa atividade se efetivará destacando a importância da espiritualidade e de cuidado para o pleno desenvolvimento humano nos seus aspectos, físico, espiritual, emocional, enfatizando até que ponto eles são favoráveis à construção de uma sociedade que tenha olhar altero, apropriando-se de uma abordagem sistêmica na prática deliberada do ensino religioso, suscitando as definições presentes na concepção do professor Leonardo Boff. Poderíamos utilizar outros educadores de grande relevância para o tema em questão, a exemplo, Paulo Freire, Rubem Alves, entre outros, mas em virtude do espaço estaremos abordando apenas o olhar do professor Leonardo Boff.

- ♦ Dimensionar o ensino religioso não confessional a partir da BNCC com o intuito de analisar as suas contribuições para o cuidado espiritual, compreendendo a importância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a prática deliberada do ensino religioso e da espiritualidade no ensino, demonstrando as premissas deste instrumento legal para o experimento da alteridade, fazendo uma elaborada tabela com seus quadros temáticos e uma

análise contributiva. Inferindo o cuidado e espiritualidade no mesmo, valendo-se da metodologia analítica de Bardin. Esta atividade se concretizará enfatizando como a estrutura curricular vigente pôde contribuir para que o inserir do ensino religioso nas unidades básicas se efetivasse com respeito às diferenças, explorando o pluralismo religioso e o potencial existente quanto a espiritualidade para o experimento sistematizado da paz e da concórdia entre todos. Assim sendo, buscamos apresentar o conteúdo do documento da BNCC suscitando a relação conceitual com o cuidado e espiritualidade.

Para tanto, buscou-se o método descritivo-qualitativo, visando a avaliação das principais implicações e premissas associadas ao ensino religioso e à espiritualidade no ambiente de ensino brasileiro. Com esta tarefa adequadamente realizada, vislumbramos os principais aspectos do tema estudado, de tal modo se viabiliza em subsequência a consumação gradativa de todos os objetivos da pesquisa. Sendo assim, descrevemos o ensino religioso no cenário histórico, perpassando em alguns períodos e a abordagem deste ensino em cada momento. A posteriori, construímos uma relação entre cuidado e espiritualidade, buscando conceitos e definições apresentadas pelo professor Leonardo Boff, bem como uma conexão com o conteúdo da BNCC.

Conquanto não seja uma tarefa tão simples, o inserir de qualquer nova compreensão na concepção educacional básica implica em avaliar até que ponto isto poderá favorecer o emergir de uma educação de qualidade. Assim sendo, a descrição das “práticas” de ensino utilizadas no sistema educacional é uma atividade de suma importância para se dimensionar a relevância absoluta do cuidado e da espiritualidade na vida de qualquer pessoa¹.

Ponderando-se em paralelo à importância dos cursos e formações continuadas, dimensiona-se o valor metodológico que se aplicam no ambiente escolar destinados ao estudo sistematizado do cuidado e da espiritualidade. Certamente estes dois assuntos reforçam a qualidade geral do ensino de alguma maneira e, portanto, este estudo deve avaliá-los visando maximizá-los em seguida.

Além disso, a realização desta pesquisa se justifica porque o ensino religioso é uma atividade socialmente necessária. Como tal, o seu objetivo primeiro é essencialmente ligado ao conhecimento religioso, conhecimento este que forma a compreensão e os atos de cada indivíduo, bem como, habilidades e saberes, possibilitando a subsequente manutenção dos paradigmas socialmente aceitos em uma determinada época pela perspectiva da espiritualidade.

¹ 1 Panzini (2011).

Portanto, analisando o aspecto religioso em conexão com a diversidade existente, com uma abordagem ampla.

Atuando desta maneira, o Ensino Religioso é conexo com a vida, refletindo sobre comportamentos, interligado a ética que o direciona, visto que salvaguarda a preservação dos valores e dos princípios que permitem esclarecimentos, e uma autêntica busca do ser em sua completude, na sua integralidade, possibilitando assim, a construção de uma sociedade melhor. Dito isto, ausentando-se as inevitáveis interações em um contexto social próprio, é inconcebível que se realize o ensino, propendendo a qualidade desejada². Por sua vez, a qualidade no ensino fundamenta-se no aproveitamento dinâmico de interações sociais que se manifestam no ambiente de ensino pelo explorar das técnicas didático-pedagógicas aplicadas no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo um olhar para o fenômeno religioso, possibilitando pilares das tradições religiosas e gerando diálogo entre elas, em consequência, vislumbra-se atitudes transformadoras e conscientes. Por sua vez, necessita-se de constantes readaptações às novas demandas sociais, o que se constata pelos desafios inerentes ao ensino religioso e da espiritualidade na grade curricular do ER(Ensino Religioso).

Com muita frequência, conteúdos, habilidades e saberes que eram razoavelmente bem ensinados mediante a técnicas didático-pedagógicas tradicionais, em que o discente era apenas o receptor do conteúdo, estão exigindo hoje correções. Por consequência, alterações são constatadas, sobretudo o que permite a qualificação do conteúdo em cada aula, que visa o aprendizado, iniciando uma ruptura do tradicionalismo educacional.

Como qualquer atividade, o ensino é passível de experimentar, uma hora ou outra, o caducar simultâneo e inequívoco das suas abordagens e dos seus instrumentos de trabalho bem como dos conteúdos que são explorados em sala de aula. Nesta situação, é preciso entender que uma mudança é imprescindível para que a qualidade mínima desejada nesta atividade possa ser de alguma forma assegurada, satisfazendo o desejo de uma prática educativa ajustada às necessidades sociais com maior frequência. Na essência, estas mudanças não são positivas, e

² Cf. Batista (2012).

³Cf. Pillon (2011).

nem tão pouco negativas. São apenas necessárias, visto que o ensino é uma atividade interativa naturalmente dinâmica e que precisa se reinventar com certa frequência². Assim sendo,

3 Cf. Gutz (2013).

possibilita o aluno ser um agente participativo na construção do saber. Como tal, é um processo que experimenta um evoluir constante, o qual poderá se estabilizar em algumas ocasiões.

Por isso tudo, esta pesquisa também se justifica pela necessidade intrínseca que a atividade de ensino experimenta de se renovar de tempos em tempos, adotando novas abordagens na consumação prática de suas atividades habituais, bem como explorando novos assuntos e temas. Este renovar tem como premissa, evidentemente, a manutenção da qualidade mínima que se espera do ato de ensinar.

Diante disso, se as mudanças desejáveis na execução dos atos didático-pedagógicos desfavorecem o qualificar do resultado final do processo de ensino-aprendizagem, é melhor continuar agindo e explorando as bases já consolidadas, bases essas que foram ao longo dos anos se estruturando para além da priorização de apenas uma cultura ou religião, mas abarcando a pluralidade existente. Por isso, é lícito a aplicação de alterações¹. Em todos os casos, é imprescindível uma prévia avaliação para que a qualidade geral do ensino seja preservada com maior frequência, o que não é tão simples de se realizar.

Além de tudo isso, esta atividade dissertativa também se justifica em âmbito acadêmico pelo fato de que simboliza um valioso refletir sobre a consistência geral dos conteúdos que no momento são estudados nos cursos de graduação destinados ao desenvolvimento de futuros professores, os quais deverão atuar, sobretudo, na educação básica. Tudo isso também implica em uma análise da legitimidade prática das formações continuadas que são realizadas em todas as regiões do Brasil, tendendo ao qualificar das técnicas didático-pedagógicas em uso no ambiente escolar³, técnicas que ultrapassam a estrutura de princípio eclesialístico. Isto só irá acontecer compreendendo-se de que forma é possível explorar o cuidado e a espiritualidade no contexto educacional, implicando em uma prática de ensino de melhor qualidade em seguida.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na área das ciências humanas e correlatas, as pesquisas invariavelmente ou se realizam mediante revisões, estudos de caso ou ensaios que se destinam a apresentar, analisar e

¹ 3 Cf. Pontes (2013).

compreender determinados assuntos ou temas que lhe são pertinentes. Isto significa que qualquer objeto investigado pela perspectiva dessa área se efetiva pelo uso deliberado do raciocínio lógico, explorando-se a epistemologia e a hermenêutica para que aquilo que se estuda seja esmiuçado de maneira clara, direta e precisa.

Além disso, adota-se aqui como abordagem de pesquisa o horizonte qualitativo. Isto significa que todas as suas ações irão se consumir orientando-se pela perspectiva teóricoindutiva visando identificar, analisar e compreender as mais importantes particularidades que fundamentam um determinado assunto ou tema. Como tal, isto irá se suceder de tal maneira que os elementos mais relevantes que lhe embasam serão paulatinamente expostos, implicando no equacionar subsequente do problema investigado, mediante a realização de todos os objetivos de pesquisa.

Para que a perspectiva qualitativa seja adequadamente consumada, é fundamental que os materiais ou as fontes usadas sejam apropriadas aos fins que se visa em uma determinada atividade de pesquisa em seu próprio horizonte existencial. Permitindo-se isto, o objeto investigado tem os seus elementos e particularidades melhor especificados, garantindo uma solução qualificada para o problema investigado, porquanto tudo foi efetivado com precisão, direção e clareza, em simultâneo. Pesquisa nenhuma se consoma sem que sejam usados materiais ou fontes que lhe embasam, visando identificar, analisar, compreender e explorar os melhores meios úteis ao equacionar do problema investigado.

Na prática, considera-se como materiais ou fontes todos os meios que poderão ser usados para uma determinada atividade de pesquisa se realize com eficácia. No campo das ciências humanas, as fontes ou os materiais de pesquisa são todos os documentos escritos que viabilizam identificar, analisar e compreender, além de dimensionar e até avaliar os elementos ou partes que embasam um determinado assunto ou tema.

Esses documentos podem ser de origem direta como também indireta, ao mesmo tempo em que podem ser secundários ou primários. Eles são diretos ou primários em todas as ocasiões em que se originam de órgãos, instituições ou qualquer outra pessoa (física ou jurídica) que precisa criar, manipular ou armazenar dados que por alguma razão lhe interessam. Por sua vez, serão indiretos ou secundários sempre que se originam de uma análise ou avaliação que um terceiro consuma sobre qualquer documento direto e primário. Sendo assim, qualquer livro, tese,

dissertação ou artigo é justamente isto, ou seja, um documento indireto ou secundário. Conquanto isto, ele poderá ser usado para fins acadêmicos com segurança.

Neste estudo se realiza um ensaio fundamentado na abordagem qualitativa. Neste tipo de atividade, apresenta-se o tema investigado pela defesa de uma ideia fundamentada na apresentação, análise e compreensão dos conceitos pertinentes, oriundo do equacionar da problemática investigada, dando azo realizar paulatinamente os objetivos de pesquisa. Também será possível, portanto, demonstrar de que maneira as possibilidades teóricas que circundam o tema estudado tendem a apresentar desdobramentos e consequências adicionais que serão úteis ao construir subsequente de prováveis hipóteses ou teorias.

As fontes usadas foram selecionadas mediante o uso de descritores que se aplicaram na ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico considerando publicações disponíveis. Atuando desse jeito, foi possível a identificação de uma quantidade razoável de livros, teses, dissertações e artigos que são úteis em esclarecer as mais variadas particularidades que permeiam o tema que aqui se investiga.

1.2 APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO

De maneira geral, esta atividade dissertativa será subdividida em três partes distintas. Na medida do possível, em cada uma delas se buscará descrever os aspectos mais importantes da problemática que aqui se investiga, enfatizando os seus mais relevantes pormenores de forma clara, direta e precisa. Em cada uma dessas partes, o intuito será efetivar de modo paulatino um objetivo específico em particular da dissertação.

Tal postura, além de contribuir para que a construção de uma provável resposta para o problema investigado aqui se efetive, servirá para que o conteúdo desta pesquisa seja oferecido com precisão e acuidade, sem abrir mão do foco que se cogita em pesquisas do tipo. Dito isto, o conteúdo, partir da seção subsequente, será disponibilizado da seguinte maneira:

Na primeira parte do Desenvolvimento, disponibiliza-se a apresentação dos mais importantes elementos históricos que sintetizam o manifestar do ensino religioso no Brasil, tomando como base o adequado entendimento de suas motivações bem como de todos os pormenores que lhes foram importantes nestas ocasiões.

Sendo assim, explica-se o que vinha a ser as “aulas de religião” no período colonial, destacando o papel desempenhado pelas ordens religiosas que aqui se estabeleceram entre as

quais se destacaram os membros da emblemática Companhia de Jesus, ou seja, os Jesuítas e a abordagem pedagógica deles.

No momento subsequente, enfatiza-se, por sua vez, como o “ensino da religião” se sucedeu no decorrer do período imperial, evidenciando-se de que jeito a provável união entre a monarquia brasileira e a Igreja se sucedeu mediante o uso de uma prática educativa favorável aos seus respectivos objetivos e metas, aproveitando-se do instrumento do padroado herdado dos lusitanos.

Logo após o estudo destas duas eras, considerar-se-á de que modo o ensino religioso se manifestou no decorrer - República, esclarecendo as prováveis interferências do Estado laico na estrutura curricular das unidades de ensino dirigidas por agentes religiosos. Para finalizar este capítulo, ressaltar-se-á de que jeito a educação religiosa escolar vem se manifestando na contemporaneidade, ou seja, nos dias atuais, expondo todos os desafios que podem ser observados aqui.

Na segunda seção do Desenvolvimento, o foco argumentativo concentrar-se-á sobre a questão do cuidado e da espiritualidade, visando destacar de que maneira a “educação religiosa” pôde contribuir para que estas duas premissas sejam compartilhadas no decorrer da atividade didático-pedagógica a partir das ações habituais dos típicos ambientes de ensino.

Por questões didáticas, de igual maneira ao capítulo anterior, este aqui também será subdividido em algumas partes próprias as quais se destinam a contribuir, no conjunto, para o entendimento apropriado da problemática investigada. Por isso, serão estruturadas visando enfatizar os seus aspectos mais relevantes, de tal forma que o acurar paulatino dos objetivos do estudo serão aqui realizados aproveitando-se da assertividade necessária em atividades de tamanha amplitude.

Por consequência, iremos explicar o que vem a ser o cuidado e espiritualidade tomando como base o enfatizar de uma compreensão para além do aspecto material. Para tanto, será necessário transcender os aspectos formais do manifestar religioso pelo expressar de seus respectivos dogmas e rituais, que, no entanto, só será factível de se realizar pelo esboço das ideias de espiritualidade que fundamentam a segunda parte deste capítulo em particular.

Com estas duas ações feitas, será viável de se explicar como a manifestação do cuidado e da espiritualidade pode se suceder, esclarecendo-se melhor todos os conceitos e definições que circundam estas duas entidades em particular. Após o efetivar desses atos, possibilitar-se-á entender de que forma se registra as prováveis correlações que podem ser estabelecidas entre o ensino religioso, o cuidado e a espiritualidade.

Na terceira parte do Desenvolvimento, o intuito será analisar as contribuições do ER não confessional para o cuidado espiritual, compreendendo de que forma a Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) “afeta” a prática do ensino religioso no Brasil. Igualando-se às seções anteriores, o conteúdo aqui também será subdividido com o intuito de explorar melhor todos os prováveis desdobramentos que são possíveis, contribuindo para que o estudo, como um todo, se realize com a qualidade esperada.

Nesta perspectiva, o primeiro ato aqui será suscitar o ER não confessional, a posteriori, explicar a abordagem analítica que se replica no uso da BNCC na esfera do ensino religioso, indo desde os anos iniciais do Ensino Fundamental aos anos finais do Ensino Médio. Mais adiante, explicar-se-á como a estrutura programática do ensino religioso no decorrer dos ensinos Fundamental e Médio poderá contribuir para o manifestar da alteridade, uma das premissas mais importantes da BNCC.

Embora esta postura sobre a prática do ensino religioso no Brasil ainda seja recente, a “análise” da grade curricular da BNCC, sobretudo dos seus prováveis desdobramentos na prática, é um ato indispensável para que o ensino religioso se transforme em uma ferramenta de inclusão e cidadania no Brasil. Por isso que o seu inserir, aqui, ao mesmo tempo em que possibilita a manutenção de um ambiente favorável ao experimento da alteridade existencial, é um ato de ensino digno e humanizador.

Como visto, a proposta de apresentação do conteúdo tem como meta corresponder à realização de um estudo adequadamente orientado. Isto dito, aqui será possível apresentar didática e paulatinamente as principais premissas que fundamentam o estudo do tema avaliado nesta dissertação, adequando-se ao modelo conferido pelo programa de pós-graduação. Para tanto, basta apenas seguir o roteiro descrito, explorando ao máximo todas as premissas e paradigmas que fundamentam o tentame realizado, apresentando cada um dos capítulos descritos, valorizando os pontos de convergência vivenciados na proposta metodológica adotada nesta pesquisa. Agindo assim, foi viável destacar respostas apropriadas para os questionamentos anteriormente apresentados no problema de pesquisa.

A priori, seria possível o manifestar de resultados mais ou menos diferentes se a metodologia e o percurso escolhidos se fundamentassem em premissas distintas, como se diz acima. De qualquer jeito, o que interessa é que a dissertação procurou cumprir todas as metas descritas do melhor modo, exibindo uma argumentação consistente ao término deste texto acadêmico. Para tanto, basta avaliar os resultados que serão expressos no Marco Analítico e nas Considerações Finais.

2 A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, busca-se historicizar o percurso do Ensino Religioso (ER) no decorrer do processo educativo brasileiro. Com isso, será possível pontuar, em paralelo, a provável ligação que se estabelece entre o cuidado espiritual e o expandir da laicidade e da tolerância.

Evidentemente, o ER se inicia no Brasil no momento exato em que a Igreja Católica começa a se estabelecer aqui. Isto se sucedeu, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVI, quando as autoridades portuguesas decidiram por ampliar a presença lusitana nas terras do Novo Mundo.

Ao tomar esta decisão, o Estado lusitano pôde contar com o apoio da Igreja que lhe concedeu valioso apoio espiritual, além de uma experiência indispensável em atividades de catequização mediante obras de natureza educacional. O sucesso educacional da Igreja no Brasil dependia da aliança histórica que esta entidade tinha com as autoridades seculares. Esta aliança se manifestava pelo instrumento do Padroado. Além dele, outra coisa que favoreceu bastante o trabalho educacional da Igreja foi a atuação dos jesuítas, os quais tinham uma importante missão em termos de catequização.

Isto posto, a seguir será apresentado o instrumento do padroado em Portugal e no Brasil, possibilitando esclarecer como a Igreja pôde desenvolver as suas atividades educacionais mediante a contribuição dos jesuítas. Na sequência se abordará como ER foi se realizando no Brasil em cada período.

2.1 A IGREJA E O PADROADO

Antes de compreender como a influência religiosa do catolicismo no período colonial, aproveitou-se das atividades caritativas e educacionais no Brasil, urge explicar como a Igreja chegou e aqui se expandiu nos séculos XVI e XVII. Naquela época, uma viagem deste tipo não era tão simples de realizar, pois implicava em um traslado arriscado que levava algumas semanas, as quais poderiam terminar de forma positiva como também em uma tragédia (AURÉLIO, 2012).

Nada disso, todavia, serviu para impedir a vinda de centenas de missionários que foram mandados nas embarcações portuguesas para as terras do Novo Mundo, com o intuito de converter os “nativos” ao catolicismo. Assim aconteceu no decorrer da era colonial inteira, quando inúmeros missionários, principalmente jesuítas, vieram ao distante Brasil em defesa da fé católica. Maior ímpeto nisso tudo se observou entre os séculos XVI e XVII, em pleno auge

de uma aliança histórica entre a monarquia lusitana e a Igreja, aproveitando-se do instrumento do Padroado. Graças a ele o Brasil se transformou em uma das maiores nações católicas do mundo, evidenciando a importância da aliança entre as autoridades seculares e religiosas na época colonial (BETHENCOURT, 2012).

Além das atividades missionárias básicas, os Jesuítas também se dedicavam intensamente às atividades de ensino, cuja prática se confundia com a própria catequese, o que maximizava os resultados esperados no campo da fé (CALAINHO, 2015). Nesta perspectiva, eles partiram de suas principais bases em Portugal para missões de evangelização, atraindo para cosmovisão católica nativos de outras regiões (COSTA, 2016).

Mesmo com a estrutura bem montada, os Jesuítas ainda encontravam uma quantidade razoável de dificuldades em suas atividades de catequização, sobretudo no Brasil do século XVI. Isto porque catequizar não é uma atividade tão simples quanto se conjectura em um primeiro momento, principalmente quando isso também implica em confrontar visões de mundo totalmente diferentes.

Portanto, apesar da boa vontade e da disciplina dos missionários, eles experimentaram uma quantidade razoável de desafios ao lidar com os indígenas brasileiros, destacando-se no uso da língua que seria vital para compartilhar a fé católica com maior consistência. Uma dificuldade deste tipo já seria complexa em regiões do Velho Mundo no qual o cristianismo já tinha encetado os seus primeiros passos.

De qualquer modo, muito maiores seriam os desafios com os indígenas brasileiros. Por isso que a edição da primeira gramática nativa no ano de 1595 por parte do missionário José de Anchieta foi um marco decisivo para a catequização massiva de nativos em missões jesuíticas que lidavam os com os tupis-guaranis (COSTA, 2012; FRANCO, 2015).

A Ordem Jesuítica aproveitou-se ao máximo do patrocínio concedido pela monarquia lusitana bem como o suporte dos espanhóis após a união dos dois reinos lusitanos em 1580. Na prática, sem o suporte logístico dos monarcas ibéricos dificilmente eles poderiam ter ido tão longe, pois uma atividade de tamanha envergadura implicava em suprir custos bem elevados, além de riscos bem diversos em todas as ocasiões e contextos. Ou seja, à medida que eram estabelecidas novas bases comerciais, feitorias e colônias, eles também singravam os mares para fundar as suas primeiras missões e colégios, visando à catequização sistemática dos povos originários. Foi por conta disso que no final do século XVI eles já tinham se estabelecido bem na Bahia, na região de Santos e na Província de São Sebastião (CALAINHO, 2015).

Quando Tomé de Sousa se destinava ao Brasil para estabelecer o primeiro Governo

Geral em 1549, ele tinha como companhia inúmeros religiosos entre os quais se destacam o primeiro grupo missionário dos Jesuítas. Evidentemente, a intenção primeira da Coroa era consolidar o domínio administrativo e, portanto, econômico do Brasil, em simultâneo ao patrocínio que concediam à Igreja em suas atividades de catequização sistemática dos nativos, visando 'domá-los'.

Para as autoridades seculares de Portugal, a comitiva de Tomé de Souza implicava em tomar posse definitiva das terras brasileiras. Era preciso, por consequência, agir visando à expulsão dos corsários de outras nações, sobretudo os franceses, que já se estabeleciam em diversos pontos do litoral brasileiro. Para os Jesuítas seria uma oportunidade interessante para o reforço de suas atividades missionárias, dando-lhes os meios mínimos para a criação de suas primeiras atividades no Brasil.

É importante destacar que a expansão do cristianismo católico para outras regiões do mundo era uma meta que também interessava as autoridades políticas de Portugal, porquanto eles se devotavam em ações deste tipo desde as suas primeiras atividades em além-mar mediante o patrocínio deliberado da Escola de Sagres (PAIVA, 2016). De qualquer modo, tanto as autoridades seculares como as religiosas se beneficiaram muito com a vinda dos Jesuítas, visto que eles eram especializados em atividades de catequização. Portanto, foi interessante para todos a presença da Ordem em terras brasileiras, pois eles eram bons intermediários dos dois mundos, devido à devoção que ofereciam em suas missões com os indígenas (SABEH, 2019). Apesar da amplitude considerável do desafio, de 1549 até o final do século XVI, a Ordem já se estabelecia no litoral brasileiro quase por inteiro. Isto acontecendo, além das missões devidamente consolidadas na Bahia, na região de Santos e na complicada Província de São Sebastião, os Jesuítas já tinham se fixado em outras localidades, que iam de Santa Catarina ao Ceará. Inclusive na parte norte da colônia a presença deles foi de suma importância para a expulsão gradativa dos franceses, visto que os Jesuítas eram hábeis negociadores.

Não foi por acaso que em pouco mais de 50 anos a Companhia de Jesus já administrava várias aldeias próprias, nas quais estabeleciam as missões, colégios e seminários em vários cantos do Brasil. Com uma expansão tão rápida, os Jesuítas logo se notabilizaram em suas ações de catequização, “seduzindo” para a visão de mundo católica inúmeras aldeias, facilitando e muito o trabalho das autoridades seculares. Inclusive, eles não se limitavam a atuar apenas nas regiões que oficialmente pertenciam à parte lusitana do Novo Mundo, pois adentraram pelos sertões conquistando uma fatia a mais de terra em áreas que, a priori, seriam da parte espanhola da União Ibérica (ZANINI, 2014).

A consciência da importância de suas atividades missionárias no Brasil era tão inequívoca que já em 1553 estabeleceram uma província administrativa própria com base na Bahia. Tal ato foi fundamental para agilizar as suas atividades nas terras da colônia, concedendo-lhes maior assertividade e autonomia, sem ter que depender tanto das decisões providas de Portugal. Na prática, o resultado imediato se sucedeu já anos seguintes com expansão imediata de suas missões. Com maior autonomia, também foi plausível maximizar a gestão estratégica de suas atividades missionárias em terras brasileiras. Uma conquista que concedeu a Companhia de Jesus no Brasil maiores possibilidades de sucesso em suas atividades missionárias (MESGRAVIS, 2015; SABEH, 2019).

No decorrer de todo o século XVI, as atividades de catequização dos Jesuítas mediante as suas escolas no Brasil Colonial foram favorecidas pelas autoridades portuguesas. Eles eram tão bem sucedidos em seus atos de catequização educacional com os indígenas brasileiros que chegavam ao ponto de experimentar uma poderosa autoridade sobre várias tribos. Isso, no entanto, não implica que os colonizadores seculares tenham deixado de se aproveitar do pioneirismo da Companhia de Jesus, abrindo mão de suas atividades administrativas e comerciais (CALAINHO, 2015).

Em suma, os Jesuítas, no decorrer do século XVI conquistavam as almas dos indígenas brasileiros, ao “educá-los” mediante um programa massivo de catequização. Isto se sucedia com certa liberdade, antecedendo as autoridades seculares as quais, em seguida, se apoderavam com maior facilidade de todos os recursos e terras que lhes interessavam. Os primeiros educavam para conquistar as almas dando aos nativos o “verniz” da desejada “civilidade católica”. Os segundos, por sua vez, aproveitavam disto para consolidar o domínio português no Brasil, expandido as fronteiras da colônia (MESGRAVIS, 2015; SCHMITZ, 2014).

2.2A GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DA MONARQUIA

A história da educação no Brasil no momento em que a nossa sociedade se livra dos vínculos coloniais com Portugal passa por uma transformação (ROMANELLI, 2014). Nesta ocasião, as antigas demandas que já eram conhecidas há séculos aqui passam a ser consideradas pelas autoridades públicas da época.

Isso não significa que a educação sobre a batuta da monarquia foi tratada de forma tão diferente daquilo que ocorreria na época colonial. Assim se sucedeu, sobretudo, nas primeiras décadas da era monárquica. Como não existiam recursos, ainda não eram possíveis mudanças drásticas sobre a maneira de se dirigir a educação na sociedade (PILETTI, 2012). Na prática,

tudo permanecia como antes, ou pelo menos assim aconteceu durante as décadas iniciais do Império.

Nas primeiras décadas após a independência, a educação no Brasil era tratada de maneira exatamente idêntica ao que já vinha se sucedendo nos séculos anteriores. Ou seja, mesmo com os vínculos já cortados, nossa sociedade mantinha uma prática educacional parecida com aquela que Portugal tinha patrocinado mediante as intervenções pontuais das obras educacionais da Igreja (HILSDORF, 2017). De qualquer maneira, já existia um sentimento de que a nossa sociedade merecia uma educação melhor. Merecia, aliás, uma forma diferenciada de se gerenciar a educação, levando em conta as particularidades brasileiras.

Esse sentimento de que a nossa pátria carecia de um modelo de educação realmente capaz de lhe possibilitar uma verdadeira revolução social era generalizada já nos anos iniciais da independência. Ou seja, fazia parte da mentalidade política da época o sentimento de que o constituir de um sistema de educação próprio poderia contribuir para a construção de uma mentalidade brasileira inequívoca (SAVIANI, 2018). Isto pelo menos estava mais ou menos expresso no discurso político nas décadas iniciais de sua independência, reforçando o quanto a nossa sociedade ainda carecia investir para se transformar em um país independente e livre.

Nos primeiros anos da monarquia, o país era governado por três grupos políticos. Cada um deles, evidentemente, se concentrava sob a defesa de demandas próprias. Portanto, eles disputavam o poder demonstrando interesses bem divergentes, além de demandas próprias em suas respectivas ações no legislativo da época. Conquanto cada um deles visa os seus próprios objetivos e metas, mas ao menos se entendiam quanto à necessidade de se construir um modelo próprio de educação (XAVIER et al., 2015). Entendiam-se nisto, mas não agiram com tanto ímpeto para começar a construção de um sistema de ensino brasileiro.

Naquela ocasião, muitas pessoas se mantinham sentimentalmente vinculadas a Portugal. Elas se encontravam aglutinadas, unidas ou estavam presentes no partido Caramuru, o qual servia aos interesses dos restauradores, ou seja, de burocratas, comerciantes e militares portugueses que se naturalizaram brasileiros no momento da independência (GHIRALDELLI, 2019; RIBEIRO, 2016). Além dos caramurus, também existiam os Conservadores e os Liberais, os quais (no geral) eram formados por cidadãos brasileiros natos, e que também tinham interesses bem como demandas próprias que aproximavam em torno de suas deliberações políticas. Evidentemente, boa parte delas também se replicavam na área da educação de maneira mais ou menos semelhante, meio que os aproximando dos Caramurus.

Como se nota, esses três partidos já tinham consciência de que o Brasil precisava construir uma identidade própria. Eles também sabiam que isso não iria se suceder ausentandose

um modelo básico de educação, que era de suma importância para a construção de uma elite local letrada. Nesta perspectiva, esses três grupos políticos, os quais logo após o início do reinado de Dom Pedro II se resumiram a apenas dois grupos principais (os conservadores e liberais) começaram a agir no sentido de construir um modelo novo para educação no Brasil (FREITAS, 2016). Na realidade, eles não precisavam destruir algo que existisse antes, refazendo-lhe como um todo; eles teriam que instrumentalizar um tipo de instituição que ainda não tinha se afastado das mãos da Igreja.

Todos eles também eram conscientes que a sociedade brasileira (da mesma maneira que na época colonial) dependia bastante das ações da Igreja na área da educação. Sendo assim, eram cômicos que (na realidade) ainda não era possível construir um modelo de educação abrindo mão das obras de caridade que a Igreja já desenvolvia há séculos no Brasil. Mediante ordens próprias que aqui se instalaram, usando a larga experiência de cada uma delas em atividades educativas, a Igreja detinha a maior rede de escolas a funcionar aqui (FONSECA, 2018). Evidentemente, já existiam empreendimentos privados de educação instalados no Brasil, mas não eram capazes de superar a estrutura construída pela Igreja. Portanto, não seria tão simples abrir mão do trabalho educacional já realizado pelas ordens religiosas em diversas regiões.

Na época colonial, boa parte do sucesso que as atividades educacionais manifestaram no Brasil se correlacionava bastante ao sucesso didático-pedagógico dos Jesuítas. Ao lado deles, no entanto, também mereciam destaque as atividades desenvolvidas pelos Dominicanos e Carmelitas, as quais também eram complementadas por atividades realizadas por outras ordens de menor presença aqui, que praticavam atos de caridade mediante a educação. Essas obras ficaram conhecidas como educação confessional. Este modelo foi bem sucedido no Brasil e, de maneira geral, em todas as regiões que foram colonizadas por espanhóis e portugueses (FERREIRA, 2010). Foi dele, ou seja, do modelo confessional de educação, que boa parte da nossa elite local, tanto na época colonial como também nos anos iniciais da monarquia, teve acesso à educação. Se não isso, pelo menos usufruíram de um sistema educacional capaz de possibilitar melhor ingresso em centros de educação do velho mundo, destacando-se as universidades de Coimbra e do Porto, por exemplo.

Bem antes da independência do Brasil, notava-se que a nossa sociedade já precisava construir um novo modelo de educação. Muitos idealistas já pressentiam que ao Brasil seria necessário gerir a sua educação de forma nova, ou pelo menos era importante construir um modelo escolar capaz de corresponder às necessidades da nossa sociedade. Também se pensava que isso tudo deveria se realizar sem depender tanto da Igreja como também de qualquer ordem

religiosa que estivesse atuando na área educação, evidentemente. Intuíu-se da urgência em se constituir um modelo de educação laico, possibilitando a construção do saber sem depender tanto da metodologia confessional (ARANHA, 2016). No geral, todos os idealistas também eram conscientes de que a educação de qualidade seria a base para o emergir de uma sociedade, livre e independente.

Na época da monarquia existia, portanto, um sentimento geral de que era preciso construir uma identidade própria para o Brasil. Apesar do desafio, algo assim só seria possível mediante a construção de um sistema de educação prévio capaz de correspondê-lo em igual medida, dando espaço para o emergir de um novo país. Existia (pelo menos) um planejamento prévio, além de uma boa idealização sobre muitas coisas que eram necessárias na prática da educação no Brasil. Mesmo assim, a educação na era da monarquia ainda era bastante vinculada à Igreja (RIBEIRO, 2016). Aliás, os melhores centros de educação ainda lhes pertenciam, excetuando-se o Colégio Imperial. Por consequência, a nossa sociedade ainda dependia bastante dela para educar as suas futuras gerações, mantendo o modelo confessional de ensino vivo.

Apesar da contribuição de todas essas idealizações para pelo menos se iniciar o debate em torno de um sistema brasileiro de ensino laico, as autoridades da época monárquica ainda eram relutantes em abrir mão da experiência da Igreja (GHIRALDELLI, 2019; XAVIER et al., 2015). As suas obras na área da educação, mesmo que bastante dependentes de doações públicas e privadas, já se encontravam devidamente estabelecidas há décadas, conquanto recebessem ao lado disso inúmeras críticas sobre a sua abordagem confessional.

Conquanto, algumas mudanças dignas de nota foram possíveis na época da monarquia. Entre elas se deve incluir a constituição do Colégio Imperial, bem como de uma base escolar que começou a se replicar (mesmo que de forma tímida) nas escolas confessionais ou em outros empreendimentos similares em diversas regiões do Brasil. Nesta perspectiva, boa parte das premissas que as autoridades da época desejavam já eram replicadas, na medida do possível, em escolas brasileiras, iniciando-se um certo afastamento da mentalidade confessional (SAVIANI, 2018). Mesmo sendo pouco, já era algo bem além daquilo que no decorrer de quase três séculos não tinha acontecido pelas mãos de portugueses que aqui passaram.

De qualquer maneira, as realizações da monarquia na área da educação foram tímidas. Ou seja, ainda não foram construídas, naquela época, as bases necessárias para o emergir de um sistema de ensino habilitado em viabilizar uma revolução educacional na sociedade brasileira em subsequência (HILSDORF, 2017). Portanto, o modelo educacional confessional permanecia bastante relevante.

2.3 REPÚBLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL

No início da República, ainda era evidente que o Brasil necessitava de grandes transformações sociais (ROMANELLI, 2014). Uma área que certamente era preciso olhar de forma diferenciada naquele momento se correlacionava com a constituição de um modelo de ensino adequado ao estado laico (PILETTI, 2012). Se não isto, pelo menos um sistema de ensino capaz de corresponder às demandas sociais da geração que antecedeu a Proclamação da República.

Nos anos iniciais da República existia um sentimento geral de que o Estado laico deveria contribuir para a construção de uma nação próspera e soberana. Para tanto, a constituição de um sistema de ensino que fosse capaz de transformar o Brasil em um país novo, no qual o progresso e todas as novas tecnologias da época fossem possíveis para sua população, de maneira geral, era uma meta válida (FREITAS, 2016). Era evidente que o sistema de ensino herdado da monarquia ainda dependia bastante das deliberações e, sobretudo, das ações realizadas pela Igreja, o que se sucedia mediante suas várias ordens.

Muito embora cientes disso, os primeiros governos republicanos pouco saíram da teoria, realizando até bem menos que os monarquistas fizeram antes deles. Ou seja, nos anos da República Velha (1891- 1930), poucas coisas em relação a constituir um sistema de ensino que realmente correspondesse às demandas sociais do Brasil (FERREIRA, 2010; FONSECA, 2018).

Nesta perspectiva, as ações educacionais da Igreja permaneciam sendo as mais importantes obras educativas em funcionamento no Brasil. Por sinal, quem desejasse educar os seus filhos com qualidade tinha que colocá-los em uma escola confessional ou procurava pagar educadores particulares (ARANHA, 2016). Isso significa que, mesmo após vários anos da independência, o Brasil ainda era bastante dependente da Igreja, quando se tratava de atividades educacionais.

Algumas mudanças em relação ao sistema de ensino realmente só começaram a se suceder com maior amplitude no governo de Vargas. Ou seja, apenas na década de 30 o Brasil começou a elaborar um modelo de ensino capaz de corresponder às demandas de sua sociedade. Ciente do desafio que tinha em mãos, Getúlio Vargas concedeu os materiais para constituição de um sistema de ensino capaz de transformar o nosso país de forma significativa ao criar o Ministério da Educação. Este sistema foi sendo elaborado através das deliberações de Francisco Campos, que foi o primeiro ministro da educação do Brasil. Este modelo de educação em pauta, era essencialmente nacionalista, valorizando o sentimento de brasilidade que era predito como

indispensável ao forjar do caráter da nação brasileira (GHIRALDELLI, 2019; RIBEIRO, 2016). Apesar de algumas conquistas bem interessantes, das atividades constituídas da Era de Vargas, até mais ou menos a década de 1960 poucas coisas foram realizadas no âmbito da educação no Brasil.

No governo dos militares, mais uma vez, o Brasil passou uma reforma educacional. Neste momento, o sistema de ensino público começou a se expandir com maior rapidez. Existia, pelo menos em teoria, a intenção de eliminar ou de debelar boa parte dos malefícios inerentes ao analfabetismo, mediante a constituição de um sistema público de ensino com maior e melhor capilaridade. Sendo assim, muitas escolas foram construídas nesta época em todos os cantos do Brasil, viabilizando-se o início de uma era nova para a educação. Apesar da expansão dos sistemas públicos de ensino, a Igreja ainda tinha em mãos uma grande quantidade de escolas, as quais se destacavam pela qualidade do ensino que oferecia (XAVIER et al., 2015). Estas escolas confessionais (evidentemente) se adaptaram às demandas da época, mas não abriram mão do modelo de ensino que as ordens religiosas já vinham replicando há séculos em diversas regiões do mundo, incluindo-se aqui no Brasil.

Com o fim do Regime Militar, o Brasil mais uma vez se abriu para uma nova reforma no seu sistema de ensino. Foi desta demanda que surgiu a LDB atual (Lei n. 9.394/1996). Nesse momento, mudanças profundas no modelo de ensino se sucederam. As autoridades federais, estaduais e municipais começaram a constituir os seus próprios sistemas de ensino visando uma educação de melhor qualidade para todos. Mais do que isso: muitas coisas foram feitas para que as escolas fossem disponibilizadas paulatinamente para uma maior quantidade de pessoas em todas as regiões do Brasil (HILSDORF, 2017; PILETTI, 2012). Isto se sucedeu ao mesmo tempo e pouca coisa foi feita no sentido de afastar a prática da educação das escolas confessionais que pertenciam às ordens religiosas da Igreja.

Na realidade, as instituições de ensino que se vinculavam ao trabalho da igreja passaram a se enquadrar às deliberações do Ministério da Educação (ROMANELLI, 2014). Sendo assim, boa parte da metodologia confessional que era a base dos métodos de ensino e aprendizagem das escolas geridas por ordens confessionais permaneciam em pauta, mesmo que fossem possíveis algumas adaptações pontuais. Em suma, com as novas demandas solicitadas pela sociedade brasileira, no contexto de redemocratização do país, as escolas confessionais perderam espaço (FREITAS, 2016).

Diante de todas as realizações desta época na área da educação, verifica-se que ela passou por duas etapas bem distintas (FERREIRA, 2010; FONSECA, 2018), cada qual com seu modelo de gestão das políticas públicas de educação.

Apesar de apregoarem o progressismo, os republicanos da era do “café com leite” não tinham tanto interesse em investir na construção de um sistema próprio de ensino. Por consequência eles não concederam à população o acesso ao conhecimento, mediante investimentos na construção de escolas ou sistemas educacionais completos (ARANHA, 2016). Isto significava que, na prática, os republicanos da Velha República eram essencialmente liberais na medida em que deixavam livres a possibilidade de terceiros, bem como da própria Igreja, desenvolverem as suas respectivas obras educacionais.

Sendo assim, as atividades caritativas na área da educação, que a Igreja já praticava há séculos no Brasil, foram mantidas no decorrer da Velha República. Aliás, não apenas isso, visto que foram bastante ampliadas em muitas regiões do Brasil (RIBEIRO, 2016). Isso aconteceu porque existia uma demanda muito grande por educação não apenas nos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas em todas as outras regiões que se expandiam economicamente. Evidentemente, todos eram conscientes, no decorrer da Velha República, de que a educação era importante para o bem geral da nação. Apesar disso, os governos realizaram pouca coisa de concreto (GHIRALDELLI, 2019).

Mudanças começaram a surgir a partir da década de 1930, quando Getúlio Vargas substituiu os oligarcas da Velha República. Nesta perspectiva, aproveitando-se de um sentimento nacional que clamava pela construção de um sistema público de ensino, as primeiras ações são iniciadas, dando azo para que uma nova mentalidade na área de educação fosse vivenciada. Conquanto estas mudanças implicassem na construção de um sistema de educação essencialmente vinculado ao Estado, as obras realizadas pela Igreja na área de educação não foram desprezadas neste momento (XAVIER et al., 2015). Ou seja, no governo de Vargas, o qual durou 15 anos, a Igreja manteve poderes e principalmente grande influência na área da educação.

Pelo Ministério da Educação, já se começava a deliberar as premissas que seriam importantes ao constituir um sistema público de ensino que ao menos atacasse o problema do analfabetismo com todos os seus malefícios subsequentes. Ademais, a obra iniciada pelo Ministério da Educação foi de suma importância para que o Brasil começasse experimentar uma considerável expansão na quantidade geral de escolas públicas em todas as suas regiões (SAVIANI, 2018). Com isso, foi possível oferecer ao cidadão uma possibilidade de ao menos ingressar em um local de aprendizado, fazendo com que o analfabetismo fosse reduzido.

No decorrer das décadas de 60 e 70, o analfabetismo ainda era um problema grave a ser enfrentado pela população brasileira. O Ministério da Educação era consciente da necessidade de reduzi-lo, se impossível eliminá-lo de vez. Para isto, inúmeras ações foram sendo elaboradas

que implicaram no expandir do sistema público de ensino, bem como de todas as atividades educacionais patrocinadas pelo Estado, as quais terminaram por eclipsar (de certa maneira) as obras de educação patrocinadas pela Igreja paulatinamente. Ou seja, a Igreja começava a se afastar bem devagar das obras de caridade na área da educação, disponibilizando os seus colégios confessionais preferencialmente para pessoas mais ricas ou pelo menos com melhores condições de pagarem.

Com o nascimento do Ministério da Educação em diante se observa um constante afastamento da educação das mãos da Igreja (PILETTI, 2012), o que não significa finalização deste modelo de ensino, pois constata-se abertura legal para isto ainda hoje. Por consequência, se no decorrer do século XX muitas ordens confessionais ainda mantinham obra de educação voltadas para o público mais carente, isto foi se reduzindo bastante década a década. Elas agiam desta forma, porque as suas ações de caridade, ao mesmo tempo em que serviam como propaganda para as escolas pagas, também contribuíam para a manutenção de uma imagem positiva da Igreja em nosso país.

De qualquer maneira, as obras de caridade da Igreja já davam sinais de que estavam em plena decadência ou que pelo menos estavam cada vez menos presentes em diversas regiões do Brasil (ROMANELLI, 2014). Como tal, estavam sendo substituídas por escolas públicas e privadas laicas, as quais começaram a se expandir ainda mais em todas as cidades e regiões.

Nota-se, portanto, que à medida que a educação foi sendo “agarrada” pelo ente estatal, a Igreja foi paulatinamente sendo afastada das atividades da educação. Dito de outro modo: à medida que o Ministério da Educação foi impondo visões e (principalmente) criando meios para que uma rede pública de ensino se consolidasse de vez pelo Brasil, a Igreja foi perdendo tamanho e reduzido a amplitude dos seus investimentos que eram feitos em obras de educação (FREITAS, 2016).

Assim aconteceu em simultâneo ao expandir da importância dos estados e dos municípios para o emergir de um sistema localizado de ensino mediante a construção de várias escolas em suas respectivas jurisdições. Isso porque o Estado cada vez mais se fez presente na educação mediante as ações constantes do Ministério da Educação. Inclusive, pelo expandir dos recursos que se destinavam ao ensino básico, muitos estados e municípios constituíram paulatinamente as suas próprias redes de escolas destinadas a possibilitar a matrícula de todos os cidadãos brasileiros em um ambiente de ensino.

Como tal, as obras confessionais da Igreja na esfera da educação foram escasseando-se em paralelo (FONSECA, 2018). Esta decadência se acelerou bastante nos últimos 30 anos, ou seja, do final dos anos 80 até os dias atuais, principalmente com a consolidação da nova LDB.

A Igreja hoje ainda mantém obras de educação, mas não tem a amplitude considerável que manifestou durante séculos no Brasil (FERREIRA, 2010). As suas atividades na área de educação ainda continuam sendo referência não apenas em termos de qualidade, mas, sobretudo, no sentido de que as suas técnicas didático-pedagógicas são boas alternativas de ensino. Perante as mudanças que foram se sucedendo nos últimos 90 anos no Brasil, a tendência é que a Igreja não recupere o espaço que antes tinha na educação do brasileiro (ARANHA, 2016; RIBEIRO, 2016).

3. O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Desde os primórdios da colonização no país até a contemporaneidade se constata intrínseco à sociedade o contexto da religião na educação; o ensino religioso perpassa esse percurso histórico e suas várias discussões. No princípio a educação era religiosa, de aspecto doutrinário, em que havia a imposição “colonial”, tendo como fundamento os valores e princípios cristãos, que especificamente eram definidos pela Igreja Católica Romana. Com a proclamação da República e o influxo da Nova escola, bem como a concepção de Estado Laico, foram se modificando as abordagens pedagógicas e metodológicas deste ensino.

Axiomático, que a mudança, tais quais os moldes da contemporaneidade quanto este ensino, só foi possível no decorrer dos anos como já evidenciado na historiografia feita no tópico anterior, onde retrata a Educação no País. As alterações que foram vivenciadas, o foram de forma gradativa. No período da república, constata-se esse avanço, pela influência e status da laicidade a luta era traçar uma separação entre Estado e Igreja, portanto, ensino deveria corresponder a essa realidade (BORIN, 2018).

3.1 O ENSINO RELIGIOSO NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

Este período é marcado pela influência religiosa, especificamente, pelo Catolicismo Romano, um tempo que perdura do século XV ao XIX, nas palavras de Junqueira(1998):

É efetivado como cristianização por delegação pontifícia, justificando o poder estabelecido. A educação foi implantada e ministrada sob os auspícios dos Jesuítas. O governo não intervém diretamente como primeiro interessado, nem propõe uma filosofia educacional, pois compete aos religiosos, controlados pelo governo, organizar e fazer funcionar o processo de escolaridade. A grande característica desta fase é uma educação humanista, que se caracteriza por ser individualista, centrada nos valores propostos pelo Renascimento e favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais. O ensino da Religião é questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. As leis, decretos e instruções em geral põem em primeiro plano a evangelização dos gentios. O caráter disciplinador de toda Catequese concorre para a transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo. (JUNQUEIRA; OLIVEIRA, 1998, p. 2).

Como já retratado nesse texto, a participação nesta empreitada da educação religiosa se deu de forma significativa por meio dos Jesuítas, que por volta de 1549 chegaram ao território nacional. Essa “escola” possuía intrínseca à sua docência a promoção dos seus respectivos ensinamentos em harmonia com a cultura dos colonizadores portugueses, ou seja, uma das premissas dessa “escola” era proclamar a fé por meio do ensino. A educação religiosa nesta época está intimamente conectada com o pensamento ideológico, em que o Estado é fundamento e dele

deriva todas as coisas, e quem “domina” as decisões do Estado nesse contexto é a Religião, portanto, havia uma classe dominante, uma elite privilegiada, que assim o era, em razão dos seus princípios éticos e morais (BORIN, 2018).

Assim sendo, a construção e administração dessa educação derivavam da coroa portuguesa em comum acordo com a Igreja/religião. Olhando por este prisma, constatamos que havia uma unidade, pelo que a escola e educador comungavam de uma mesma realidade e de valores unitários. Isso também nos leva à reflexão da marginalização existente, pois alguns grupos ficavam aquém deste ensino, gerando escravidão dos nativos e negros.

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana. (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO – PCN: ER, 2004, p. 13).

A religião na educação nesse contexto, interligava-se a um discernimento espiritual que pouco colaborou para a construção de indivíduos em razão da derivação do conhecimento vir dos portugueses, consequentemente, imbricado em paradigmas que almejava uma ordem no universo, um lugar que houvesse perfeição e fosse eterno, logo, em consequência, alguns não faziam parte desta realidade, assim sendo, eram “marginalizados”.

Portanto, a educação do Ensino Religioso era uma “doutrinação”, pois o intuito dos Jesuítas era catequizar, buscando sempre novos seguidores da fé, ou seja, todo ensino estava vinculado à crença e aos princípios cristãos. Ver-se então o proselitismo imperando, visto que as práticas pedagógicas estavam associadas com os valores e conteúdo cristão, até porque os professores eram outorgados pela própria Igreja para esse fim.

No geral, a estratégia de catequização da Igreja na época da Colônia se efetivava mediante quatro etapas distintas. Cada uma destas etapas ia se sucedendo, até que o processo paulatino de conversão dos nativos os transformasse em cristãos. Ou seja, a intenção derradeira era adequá-los ao padrão cultural necessário aos objetivos de evangelização estabelecidos pela Igreja (ZANINI, 2014).

Dito isso, estas etapas seriam sumariadas nas seguintes ações: na aproximação, na identificação, na intervenção e na construção. Com certeza, a estratégia de catequização mediante a aproximação, a identificação, a intervenção e a construção por parte da Igreja foi uma abordagem que registrou os resultados desejados. Não é à toa a qualificação que ainda hoje se registra em relação ao trabalho de evangelização realizado entre os indígenas brasileiros nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa (COUTO, 1997; MATTOSO, 1993).

3.1.1 A Aproximação

Normalmente, esta etapa poderia ser antevista como a mais arriscada do processo de catequização como um todo, visto que os riscos inerentes ao seu realizar poderiam inclusive implicar na morte dos missionários (PAIVA, 2006; VAINFAS, 1995).

De qualquer maneira, ela seria indispensável para as etapas seguintes, visto que do contato seria possível o suceder paulatino nas etapas seguintes. Conquanto existisse o medo natural que poderia dificultá-la bastante, a devoção missionária dos membros da Igreja gerava uma motivação extra que seria útil em uma tarefa de tamanha envergadura. Inclusive os registros históricos apontam que eles passaram por algumas dificuldades.

Alcançaram, no entanto, o resultado desejado com muita frequência, como se constata no grande número de missões que estabeleceram no Brasil. Uma tarefa fundamental na etapa de aproximação se vislumbrava na identificação, na análise e na compreensão da estrutura linguística dos nativos, visando aproximar-se em definitivo deles, possibilitando uma base segura para as etapas seguintes (VAINFAS, 1995).

3.1.2 A Identificação

Com a aproximação consolidada, possibilitou-se o início da segunda etapa, ou seja, a fase de identificação, de análise e de compreensão dos usos e dos costumes nativos, ou seja, da base cultural deles. Um ato que implica em melhor qualidade nas atividades de catequização (MATTOSO, 1993; PAIVA, 2006).

Antes de começar a executar as etapas subsequentes, é indispensável que todos os elementos sejam adequadamente compreendidos, sobretudo os detalhes mais relevantes correlacionados à linguagem e à cultura nativa. Neste momento, era importantíssimo que os missionários já dominassem bem o idioma indígena, quebrando uma das barreiras mais relevantes: a dificuldade inicial de comunicação. Como se nota, esta etapa é a continuação lógica da anterior, ao mesmo tempo em que duas coexistiram durante um bom tempo, constituindo uma base de maior consistência para o emergir das duas etapas subsequentes. Além disto, a identificação deveria ser feita com qualidade, porquanto seria da eficácia de suas prováveis considerações que o processo de catequização, mediante um processo pedagógico próprio, estaria apto ao emergir dos resultados desejados na atividade missionária como um todo (PAIVA, 2006).

3.1.3 A Intervenção

Uma intervenção é uma interferência mais ou menos variável que alguém faz sobre outra pessoa, algo ou alguma coisa com o intuito de dá-la uma nova feição. Por consequência, implica em uma adequação proposital para fins, metas ou objetivos mais ou menos distintos daqueles que inicialmente se vislumbrava em outra pessoa, algo ou alguma coisa, motivando-a a abrir mão de suas próprias idiossincrasias (COUTO, 1997; MATTOSO, 1993).

Ao largar o que antes lhe determinava, será possível reorientá-la em seguida. Portanto, pela perspectiva dos missionários a intervenção sistemática que praticavam visava desconstruir a identidade nativa para substituí-la de forma paulatina pela visão de mundo predominante na abordagem católica do cristianismo. Como exímios educadores, os membros da Igreja se destacaram na atividade de evangelização que realizavam mediante uma intervenção ‘cirúrgica’ sobre o arcabouço cultural dos nativos.

Uma intervenção tão eficaz que redirecionava os nativos para uma nova visão de mundo de forma paulatina. Esta etapa, evidentemente, só foi possível pela qualidade geral das duas anteriores, fundamentando, em simultâneo, a próxima, confirmando o sucesso da metodologia adotada pelos Jesuítas em todas as suas atividades missionárias (COUTO, 1997; MATTOSO, 1993).

3.1.4 A Construção

Pela perspectiva dos membros da Igreja, a construção de uma nova identidade cultural implica em abrir mão em sua totalidade dos antigos valores e princípios que fundamentavam a vida prática dos nativos. Para abrir mão de tantas coisas ao mesmo tempo, apenas o sucesso absoluto da abordagem pedagógica e, por consequência, de catequização da Igreja seriam capazes de incitar algo tão grandioso. De qualquer maneira, o ensino da língua europeia (incluindo-se até o latim), a vulgarização de técnicas agrícolas e o compartilhar de abordagens de edificação foram bastante úteis às atividades de catequização desejadas pelos Jesuítas (PAIVA, 2006; VAINFAS, 1995).

Talvez o sucesso dos monges da Ordem na construção de uma nova visão de mundo no seio das comunidades nativas só foi possível porque eles isolavam os indígenas do restante dos colonizadores, literalmente criando um Estado dentro do Estado (COUTO, 1997). Como verifica-se, o processo de catequização tinha suas peculiaridades e seus respectivos procedimentos não eram tão simples.

Dito isto, um segundo momento deste ensino se dá no período da monarquia, em que a base do conteúdo permanece entrelaçada com a fé Católica Apostólica Romana, religião oficial do império. Em consequência, o ensino religioso continua sendo de caráter pedagógico catequético/doutrinário, com o objetivo de converter os seus discentes, dentre eles: os índios, negros e classes desfavorecidas (BORIN, 2018).

Os ensinamentos eram ministrados por aqueles que fossem autorizados pela igreja, ou seja, aqueles conectados com a fé cristã.

O texto da Carta Magna de 1824 mantinha a Religião Católica como a Religião oficial do império, o Ensino Religioso era desenvolvido como meio de evangelização dos gentios e catequese dos negros (aparelho ideológico), em concordância com os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal. (CASSEB, 2009, p. 69).

Dito isto, constatamos que o ensino religioso vai além de uma entidade religiosa, credo, tradição, isso na sua estruturação posterior. Estudar “religião” em nada diminui a relevância da disciplina, pois esse estudo não visa os moldes pedagógicos anteriores. Excluir essa ciência e seu conhecimento resulta em apagar o contexto histórico e social de um povo. Como diz Borin, “Entender seus propósitos no próprio ser humano, dando sentido à sua existência e à sua autotranscendência”(PG 14, 2018), essa é, em síntese, a compreensão que se deve ter da disciplina. Porém, nessa época, o Estado torna-se uma presa, em consequência, “a Igreja perdeu a autonomia e o Estado a sua legítima laicidade”. Tornando-se uma “vítima do regalismo (doutrina que defendia a ingerência do Estado em questões religiosas)” (DANTAS, 2002, p. 36).

Então, fica evidente que, até o momento, o ER tem natureza confessional, a própria “constituição” na época deixa aparente essa questão, quando em seu artigo 6º traz: ...e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos.(BRASIL, 1827). Nesse período a estruturação do educando derivava-se da imposição da crença católica (BORIN, 2018).

A legislação aplicada ao contexto derivava de decretos e cartas provindas do Reino; a composição jurídica advinda delas, eram consideradas superiores a qualquer outra. E eram estabelecidas pelas praxes, interligado a temporalidade, pelo que a aplicabilidade vem da nobreza, clero e povo, no entanto, o povo apesar de parecer ter forças nas decisões e voz ativa em qualquer questão, quase sempre, ficava sem vez. (FIGUEIREDO, 1996).

Em síntese, o ensino tinha um objetivo para além do “educacional”, não visava uma formação de uma sociedade igualitária, mas reforçava o domínio dos colonizadores, com intenção de superveniência laboral.

A catequese despertava interesse não só dos religiosos que viam a possibilidade de novos adeptos à fé, mas também do colonizador, pois os indivíduos sujeitavam-se às ordens, e com isso, eram explorados em sua mão de obra. Portanto, define-se esse período como Ensino da Religião, pela natureza e objetivos pedagógicos existentes nessa época (RIBEIRO, 1982).

3.2 O ENSINO RELIGIOSO NO PERÍODO DA REPÚBLICA

A partir desse momento, passa-se a pensar e discutir sobre o Brasil laico. O Estado tendo sua laicidade não implica dizer que é contrário à “religião” e seu estudo, mas que a nação, como outrora, não mais priorizará uma religião em detrimento as demais, nem terá algum grupo ou credo como oficial. Até o declínio do império, a posição estatal vinculava-se à confessionalidade, pelo que esse período vem marcando essa ruptura e possibilitando novos caminhos (BORIN, 2018; CECCHETTI, 2016).

Apesar de não ser este o objetivo do texto, para prosseguirmos entendendo essa mudança, precisamos discernir o conceito envolto da “concepção do Estado Laico Brasileiro”, e para isto, retrataremos uma frase do professor Elcio Cecchetti, que em sua tese contribui muito para essa temática, suscitando uma discussão extensa e complexa intrínseca ao tema.

Enquanto princípio político-jurídico, a laicidade tem como fim último assegurar a “liberdade de consciência”, uma vez que a realidade social integra uma pluralidade de concepções de vida inevitavelmente heterogêneas. A “liberdade” resguarda as condições necessárias para que as consciências gozem de livre-arbítrio para pensar, opinar e acreditar naquilo que desejam. A “consciência” remete aos conteúdos de posicionamento individual, tais como ideias, pensamentos, opiniões e 32 crenças, os quais inevitavelmente são distintos de um indivíduo para outro. (CECCHETTI, 2016, p. 31-32).

Em consequência, não tem o Estado autoridade, nem compete ao mesmo interferir nos anseios, desejos, crenças, ou em suas respectivas práticas eclesiais/religiosas, sendo cada cidadão livre para viver, opinar, crer ou até mesmo não crer, sem que o Estado proíba ou negue a autonomia de cada ser humano, garantindo respeito, gerando sentimento de tolerância. (BORIN, 2018; CECCHETTI, 2016). Vale salientar, que existe uma ressalva, o Estado irá interferir quando em virtude de não entender que meu direito termina, onde o do outro começa. Na proporção que exijo respeito, devo respeitar, senão, a autoridade terá legalidade para dirimir todo e qualquer litígio gerado por este princípio violado.

A constituição formada nesse contexto teve uma forte influência do positivismo jurídico, que fortaleceu e foi fortalecendo essa nova realidade educacional, em que a dissociação entre Igreja e Estado estava de forma gradativa ganhando força e ficando mais evidente na vida da nação brasileira, isso podemos constatar de forma nítida no próprio artigo 72 da Constituição promulgada em 1891, que por uma questão de espaço, não apresentaremos todos os parágrafos do artigo supracitado, mas aqueles que reforçam esse discernimento (Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891).

Art 72 – A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum...

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.

§ 8º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública...

Nessa época a discussão era complexa, em virtude de alguns julgarem o “ensino da religião” como o grande vilão para separação em definitivo dos “poderes”. Na compreensão dos grandes juristas da república, a exemplo de Rui Barbosa, que colaborou e muito para elaboração do documento constitucional, a suposta neutralidade estatal resultaria na exclusão do Ensino religioso, conseqüentemente, fatos existenciais e referências dos cidadãos em suas respectivas crenças seriam extirpadas. O entendimento de muitos é que este conhecimento tinha natureza eclesial e por esta razão não deveria ter sua vivência estatal, ficando assim restrito aos grupos religiosos, e não ao Estado (FIGUEIREDO, 1996).

O próprio Rui Barbosa tinha essa concepção, pelo que o Ensino deveria ser de caráter laico, isso significava em seu discernimento, deixar as escolas sem tal ciência, mas não havia exclusão total, pois defendiam haver a possibilidade deste conteúdo ser ministrado no espaço escolar, no entanto, sem vínculo curricular oficial e distinto do horário regular das atividades educacionais, ou seja, não vislumbravam a contribuição que esta ciência dava na formação de cada indivíduo. Claro que esta visão é consequência da própria experiência do ensino, necessitando de formulações pedagógicas (HOLMES, 2016).

Podemos dividir o período republicano em “república velha” e a posteriori uma construção mais sólida da laicização, pois dos anos de 1889 a 1930, a influência do catolicismo

era forte, regressando aos espaços escolares. Apesar de haver uma constituição corroborando para laicidade concretiza-se em efetivo no passar do tempo, isso só foi possível com o decorrer dos anos(BORIN, 2018).

A “revolução” em 1930 trouxe alterações singulares entre os poderes. Rupturas mais significativas quanto ao Estado e Igreja, derivando assim, mudanças para o ensino religioso. O governo Getúlio Vargas deu origem a diversas “normas” no campo da educação, uma destas, o Ministério da Educação e Saúde Pública, fomentando a autonomia estatal para gerir o sistema educacional e tudo que lhes conviesse. Nesse cenário o Ensino religioso é acrescido ao composto curricular em aspecto facultativo, conforme decreto 19941 de 30/04/1931(HOLMES, 2016).

Ser um ensino religioso facultativo nesse ambiente denota, em parte, um desprezo a todo conhecimento religioso, que vislumbramos até a contemporaneidade, em que a formação dos docentes em muitos lugares é desvalorizada; uma desvalorização derivada da ignorância e incompreensão existente em relação a este conhecimento, pois, sempre, para a concepção leiga, a vinculação deste conteúdo estará conectado com a crença.

Não só isso, mas houve uma contribuição deste termo(facultativo), em que se efetivou uma possibilidade de desvinculação da hegemonia religiosa da época. Em 1934 a Constituição, em seu artigo 153, suscita a reinserção do ensino religioso nos espaços escolares(BORIN, 2018; HOLMES, 2016).

Em 1937 a ruptura foi extrema e necessária, absoluta entre Estado e Igreja, no entanto em virtude de ser uma Constituição com vida curta, não se discutiu muito o assunto relacionado a esta disciplina. Vejamos o que descreve o artigo 168, V “o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.” (BRASIL, 1946).

O sistema legal em torno dessa matéria traz idas e vindas, em que hora parece que estamos avançando na construção do Ensino religioso, vinculando-o à laicidade do Estado, porém há momentos que estamos regressando frente às incompreensões infundadas de algumas autoridades. Mesmo isso ocorrendo, constatamos a força dos docentes e do ensino religioso na solidificação pedagógica em harmonia com anseio e status do Estado brasileiro.

Em síntese, desde período colonial, até o republicano, verifica-se que a Igreja teve espaço nas escolas, mas este último período trouxe alguns avanços para uma compreensão de todo esse cenário. Faremos uso da tabela do professor Luiz Claudio Borin, tabela esta que resume bem o contexto republicano do Ensino religioso(BORIN, 2018, p. 19-20):

890	1	Com a proclamação da República Federativa do Brasil, os interesses positivistas dominam o cenário brasileiro. Com o Decreto 119-A o presidente Manoel Deodoro da Fonseca, deixa claro que há uma proibição dos estados, bem como das autoridades federais no que se refere às matérias religiosas e declara plena liberdade de cultos de quaisquer manifestações de crenças.
891	1	Com a Carta Magna Republicana o Estado separa de quaisquer religiões ou cultos e declara que o ensino será leigo sendo ministrado nos estabelecimentos públicos de ensino. A normativa prevê que todas as religiões são aceitas no nosso país, tendo suas práticas livres e abertas.
931	1	O Ensino religioso é novamente introduzido nas escolas públicas, sendo ela de matéria facultativa.
934	1	Com a nova Constituição, o Ensino Religioso terá frequência facultativa e será ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, no qual essa manifestação será declarada pelos pais ou responsáveis. A “aula constituirá como matéria dos horários normais das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.
946	1	A Constituição determina que: “O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável”.

961	Esse período é marcado pela primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) e no artigo 97 propõe: O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. ¹ § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.
-----	---

Constatamos nesse cenário que na década 20 até existia um clamor nítido de que o Brasil precisava de um modelo de ensino capaz de corresponder às demandas do seu povo. De qualquer jeito, até aquele momento muito pouco foi feito, além do que já vinha se sucedendo nos anos anteriores.

Nesta perspectiva, as ações educacionais da igreja permaneciam sendo as mais importantes obras educativas em funcionamento no Brasil. Por sinal, quem desejasse educar os seus filhos com qualidade tinha que coloca-los em uma escola confessional, ou procurava pagar educadores particulares (ARANHA, 2016).

Isso significa que, mesmo após vários anos da independência e de passar pelo regime monárquico, na República Velha, o Brasil ainda era bastante dependente da Igreja, quando se tratava de atividades educacionais. Algo que vaticina a qualidade geral de suas ações na educação. Como já mencionado, mudanças vão ocorrendo, mas este período possibilitou abertura e avanços para um novo modelo educacional.

3.3 O ENSINO RELIGIOSO NA DITADURA

Na ditadura militar, novamente, o país passa por uma comutação educacional, nesta época, o ensino público tem uma amplitude. Em teoria, a intenção era de eliminar ou de extinguir alguns malefícios intrínsecos ao analfabetismo, mediante a constituição de um sistema público de ensino com maior e melhor qualidade. Mas entre teoria e prática, isso tornou-se utópico. Claro, que em certos aspectos, pois em parte houve “um avanço”.

Muitas escolas foram construídas nesta época em todos os cantos do Brasil, viabilizando-se o início de uma era nova para a educação em nossa sociedade. Apesar da expansão do sistema público de ensino, a Igreja ainda tinha em mãos uma grande quantidade de escolas as quais se

destacavam pela qualidade do ensino que oferecia. Estas escolas confessionais (evidentemente) se adaptaram às demandas da época, mas não abriram mão do modelo de ensino que as ordens religiosas já vinham replicando há séculos em diversas regiões(XAVIER et al., 2015).

Essa fase é conturbada, apesar dos anseios de mudança, muitos prejuízos são nítidos no sistema educacional, especificamente no ER, pois a composição do ensino deveria estar interligada com os valores essenciais, considerados fundamentais para o exercício de uma boa cidadania.

O discente é um ser em formação, nesta estrutura, ver-se um aspecto que é primordial: o “senso crítico”, pelo que o aluno tem a liberdade de pensar sobre e discorrer em contrário, porém, nesse tempo era inconcebível. A disciplina de educação moral e cívica inserida ao currículo em caráter obrigatório era uma ferramenta utilizada pelo “governo” para manutenção do desejado.

A educação foi uma arma nas mãos dos militares para reforçar seus ideais para a sociedade. Figueiras chama atenção para as respectivas medidas abraçadas pelo sistema educacional:

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital figura 3 – Figura representa a retaliação política a todo cidadão que não ia de acordo com a ideologia da ditadura civil-militar. Fonte: NTE-UFSM ciências da religião| História do Ensino Religioso no Brasil · 23 humano, em atendimento as necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada – da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar. (FILGUEIRAS, 2006, p. 3377-3378).

Sendo assim, fica evidente a reaproximação da Igreja e Estado por meio da disciplina citada acima, veiculando e preservando os institutos religiosos e militares em cada aluno. Era função precípua da Igreja ministrar as normas de cunho moral, que servia de reforço e consolidava os militares. O ensino religioso nessa época tem a função de tornar os alunos/cidadãos cumpridores compulsórios dos seus deveres, havendo respeito total e superveniente às autoridades para viver de acordo com o “padrão social”. O método do ER é justamente experimentar valores morais e espirituais da nação, gerando em cada indivíduo o senso de combate a todo e qualquer tipo de subversão(BORIN, 2018).

Em síntese, vemos que de 1967 a 1971 o Ensino Religioso permanece com o mesmo status, matéria facultativa, no entanto, utilizada não com a finalidade de libertação do discente

em um ser crítico que constrói para o desenvolvimento social, mas como um aparato na mão do governo para um fim próprio.

3.4 O ENSINO RELIGIOSO E A “REDEMOCRATIZAÇÃO”

Com fim do Regime Militar, o Estado Brasileiro tem abertura para uma nova reforma no seu sistema de ensino. Foi a partir deste momento que surgiu a LDB atual, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Neste momento, transformações curriculares foram acontecendo, possibilitando um modelo educacional que “beneficiou” a sociedade.

Assim se sucedeu ao mesmo tempo em que boa parte das conquistas que foram possíveis na educação brasileira pela ação das escolas confessionais também chegaram ao fim. Isto não significa que as escolas confessionais deixaram de existir com a LDB de 1997. De qualquer maneira, elas tiveram que passar por profundas mudanças as quais terminaram por enfraquecer o modelo de ensino defendido pelas ordens confessionais há séculos aqui no Brasil (SAVIANI, 2018).

Surge nessa fase a esperança de um novo tempo para a Educação do Ensino Religioso. Os anos 80 e 90 ensejaram diversas mudanças advindas de aspectos sociais, culturais, políticos e etc., pelo que possibilitou um novo horizonte, com a promulgação da Constituição atual de 1988 e não só isto, mas uma legislação especial, a exemplo da lei 9394/96, novos rumos começaram a marcar o sistema de educação e, em consequência, o ER. A partir de então, é inconcebível que o Ensino Religioso seja ferramenta para doutrinar ou algo do gênero, muito pelo contrário.

Assim sendo, a partir da legislação percebemos que o ER está sendo formatado com intuito de abarcar a sociedade na sua diversidade, cultural, filosófica e religiosa. Com a promulgação Lei nº 9.475/97, que alterou o Art. 33 da LDB. Vejamos o que diz o texto legal:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o **respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo**. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)· § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Lei nº 9.475, de 22.7.1997).

Discernindo todo esse contexto histórico, chegamos à conclusão de que a identidade do Ensino religioso foi se estruturando pela luta, objetivando o cumprimento da construção social, eximindo-se de um posicionamento proselitista e ultrapassado, utilizado apenas como meio para “adeptos da fé” e “manutenção de status”(militares). Garantindo assim a diversidade existente no nosso país, tutelando a democracia.

Cursos que tem como objetivo a formação de profissionais desta ciência não estão vinculados a nenhum grupo religioso, a nenhuma religião, mas a Ciências das Religiões, que possibilita a esses docentes base pedagógica sólida e uma contribuição teórico e metodológico para a formação de indivíduos, em consequência, fomenta a paz e tolerância em cada ser(JUNQUEIRA; FRACARO, 2011).

A sociedade brasileira é diversa e plural, e a Constituição Federal assegura a liberdade religiosa e resguarda o direito à crença, liberdade de culto e de entidade religiosa, seja ela de qualquer credo. O Estado é laico! É notório pela a realidade social plural e as concepções epistemológicas e metodológicas que o ensino religioso em suas abordagens no cenário histórico, que naturalmente, estamos em conexão, com ensino em sua abordagem e viés da ciências das religiões, ou seja, “ER como ensino da religião na escola sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese) e da religiosidade (que resulta na educação religiosa), mas com o pressuposto pedagógico (que resulta no estudo da religião)” (PASSOS, 2007, p. 32).

Os pressupostos interligados ao ensino religioso que queremos dar destaque os das ciências das religiões, pelo que estar entrelaçado a um contexto de pedagogia autônoma, bem como a epistemologia escolar, que se volta ao cidadão na sua essência integral, pelo que a abordagem é de cunho educacional e não fundamentada em concepções religiosas.

Vale ponderar que o sistema educacional, em se tratando do ensino religioso, tem seus “princípios” fundamentados em valores éticos, que estão presentes na humanidade e na sua relação com o mundo, isso em nada exclui a concepção científica que se fundamenta nos pilares teóricos e metodológicos para a compreensão do fenômeno e não da religião/religioso, assim sendo, articula-se com objetivos educacionais (PASSOS, 2007).

Portanto, se no decorrer da história, todo ensino era religioso, na atualidade é impensável e impraticável que se mantenha assim. Isso indica que a histórica disciplina de ER obrigatoriamente tinha que passar por reformulação, assumindo outra perspectiva, sob o enfoque inter-religioso e intercultural. Estando, neste caso, ligado a uma visão ampla, enxergando o pluralismo e a diversidade religiosa, observando o respectivo conhecimento a partir da formação do cidadão, ou seja, o educando para uma cidadania, formando-o eticamente para o viver social, em que a religião é um fenômeno importante nesta construção.

Por isso, é fundamental a construção do saber deste cidadão, possibilitando uma compreensão do viver social e o respeito que deve existir pelo que é diferente. Estudar o fenômeno religioso é possibilitar a todos uma relação dialogal entre tradições diversas e seres humanos distintos. Vejamos o que diz o educador Paulo Freire sobre este assunto:

A experiência de abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas à múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inconclusão em permanente movimento na História (FREIRE, 1996,p. 136).

Compreender e acatar a diversidade cultural e religiosa existente em nossa nação como uma fonte de riquezas e encará-la com júbilo é um grande avanço e torna-se um imenso desafio, tanto para as escolas e o Ensino Religioso, como para a sociedade brasileira e todos os grupos do campo religioso. Em consequência, há um progresso para diálogo e aprofundamento da pesquisa.

Portanto, essa diversidade não deve ser encarada como uma “expressão da limitação humana ou fruto de uma realidade conjuntural passageira”... aquilo que nos distingue deve ser visto com gozo, e não gerar medo nas relações, estando intrínseco na relação o respeito pelo diferente (TEIXEIRA, 2006, p. 37).

4 O CUIDADO E A ESPIRITUALIDADE

A dignidade humana a bastante tempo é determinada como um valor imprescindível das sociedades democráticas. Dito de outra forma, da expansão do valor da dignidade humana possibilitou-se a formação de entidades sociais cada vez menos opressivas. E uma das dimensões a serem asseguradas para o adequado respeito da dignidade humana é a da espiritualidade, que se manifesta em diferentes atitudes, práticas e valores religiosos ou seculares.

Daí a necessidade de políticas públicas e normatizações jurídicas que assegurem a liberdade de crença ou de qualquer convicção, bem como, o fomento da aprendizagem da empatia, tolerância e respeito pela identidade (religiosa ou não) das pessoas, grupos, etnias, povos e culturas.

Uma educação para o convívio alteritário é condição para a manifestação de todas as identidades no seio social de forma digna e respeitosa. Não é por acaso que geralmente os agrupamentos sociais que são menos hostis à alteridade tendem a registrar menores índices de violências e intolerâncias. Uma coletividade que aprendeu a salvaguardar com cuidado a espiritualidade do outro certamente criou as condições para o saudável conviver de todos para com todos. Ou seja, um ambiente melhor para todos correlaciona-se à prática deliberada de respeito à dignidade humana. Por isso, o valor da dignidade humana foi a conquista social mais importante registrada pela humanidade em toda sua história.

Por meio da construção desse valor foi possível estabelecer normas gerais de conduta no meio social que permitem o crescimento e desenvolvimento humano sob a forma de múltiplos modos de ser e viver. Ao contrário, quando falta a aprendizagem do cuidado e o exercício do convívio com os diferentes e as diferenças, temos como entraves estruturais o desrespeito pela personalidade (religiosa ou não), pela autonomia individual da pessoa, pelos sentimentos da pessoa, pela integridade física da pessoa.

O reconhecimento da manifestação de qualquer personalidade é uma das bases mais importantes no jusnaturalismo. Mediante o vaticinar de todas as suas implicações subsequentes, é possível validar não apenas expectativas e necessidades privativas da pessoa como também a relevância de sua provável manifestação social em paralelo.

Ao se reconhecer a sua existência legal, determina-se, de igual modo, direitos e deveres que lhe cabem, os quais poderão ser observados em todos os atos sociais de uma só vez. Se a existência da pessoa é negada, igualmente direitos e deveres são negados. Ou seja, a existência de direitos e deveres vincula-se ao reconhecimento antecedente da pessoa de direito. Se a pessoa

não existe, também não há como impingi-la de obrigações e muito menos, possibilidade de auspiciá-la de direitos que são exclusivos em sua integralidade de fato. Isto tudo, aliás, deve se efetivar independentemente de origem social, do seu provável gênero ou orientação sexual e das suas crenças religiosas ou convicções políticas, além da sua idade e local de nascimento. Portanto, aqui o direito natural foca na defesa de todos os benefícios e prerrogativas individuais que são importantes para o indivíduo em sua vida em sociedade.

Em tese, o direito da personalidade é o mais básico de todos os direitos inerentes à pessoa. A sua salvaguarda é, portanto, imprescindível em todas as ações que estão expressas no exercício da justiça, inclusive mediante o manifestar de ações destinadas ao salvaguardar da espiritualidade. Em todas as ações que lhe dizem respeito, cabe aos sistemas educativos de um Estado Democrático de Direito o respeito absoluto pelas idiossincrasias da pessoa, fomentando a alteridade, a empatia e o respeito pela identidade religiosa.

O ideal, conquanto subsistam inúmeros obstáculos para que assim aconteça com frequência, é que todos esses direitos sejam concretizados da melhor maneira possível, contribuindo para o subsistir de um ambiente social melhor para todos, pela redução sistemática de todas as ações dissociadas da alteridade, da afeição e o respeito pela identidade de cada pessoa, discernindo a pluralidade existente.

Da mesma maneira que o manifestar da personalidade deve se efetivar, para que todas estas questões sejam pelo menos bem entendidas é essencial o reconhecimento da manifestação individual. Não basta, portanto, apenas reconhecer a manifestação deliberada da personalidade, sem que lhe seja concedida a relevância jurídica de sua individualidade em todos os seus atos cotidianos. Se a pessoa existe hoje, urge que se reconheça que ela é única e exclusiva em direitos e deveres, validando-se de vez o manifestar de sua individualidade na prática. Somente assim o cuidado da dimensão da espiritualidade nos serão adequadamente preservados.

Isso porque cada individualidade/ser é livre para escolher, fazer ou experimentar o que bem entender, desde que isto não implique atitude ilícita. Certamente tal premissa implica que a pessoa seja plenamente capaz de assumir responsabilidade por todos os seus atos, ciente de que arcará com todas as consequências, caso abuse da liberdade individual, gerando danos para terceiros ou para qualquer legal salvaguardado pelas leis vigentes. Nestas condições, reconhecendo-se a individualidade, é possível que lhe seja impingido obrigações, além de uma quantidade mais ou menos considerável de direitos, que poderá afetá-lo em todas as ocasiões, inclusive no campo da fé/crença.

No exercício das prerrogativas inerentes ao custeio da dignidade da pessoa, tão importante quanto o direito da personalidade, o existir é a premissa de que isso ocorra com

autonomia, concedendo-lhe meios para que o respeito pela espiritualidade seja possível em subsequência. Certamente isto não significa que ele seja isento de responsabilidades por todos os seus atos. Na realidade, ele será livre para ser e existir por seus atos, decisões e escolhas, ciente de que deverá se responsabilizar em igual proporção por qualquer abuso.

De modo totalmente pleno e inequívoco, toda e qualquer pessoa tem sentimentos próprios bem como motivações emocionais que lhe dizem respeito e que, portanto, são fundamentais a sua respectiva existência no campo da crença, fé e da religiosidade. Obviamente que o ideal é que sejam bem correspondidas todas as suas necessidades e expectativas básicas, pois isso implicará em um viver digno.

Sendo assim, é imprescindível que cada pessoa possa exteriorizar os seus sentimentos pela manifestação de atos materiais ou imateriais que lhe interessam ou que lhes dizem respeito por alguma razão, inclusive no campo espiritual. Essa exteriorização fundamenta a formação do patrimônio emocional de cada um, bem como de todos os direitos privativos das pessoas que estão, de algum modo, imbricados a experimentar da própria dignidade humana no campo da crença/fé. Aliás, isto se aplica tanto ao patrimônio emocional da pessoa como também da família e até da própria sociedade como um todo.

Por consequência, as ações que se destinam a regular o processo de ensinoaprendizagem no campo da fé precisam, na medida do possível, assegurar o usufruto pleno do direito ao reconhecimento dos próprios sentimentos, de igual maneira ao que já se sucede em relação à personalidade e sua subsequente existência com autonomia no convívio social.

A solidariedade é uma das características mais importantes de qualquer agrupamento social que funciona de maneira apropriada. O seu manifestar não é, certamente, tão simples de se suceder, visto que diversas dificuldades poderão atrapalhar bastante o seu desejável efetivar. Quando bem fundamentado na dignidade humana geral de todos para com todos algo assim poderá acontecer: a expressão plena da solidariedade, inclusive no campo da espiritualidade, pela perspectiva do cuidado.

A meta desta premissa é validar o experimento deliberado da liberdade e da autonomia da pessoa, sobretudo, quando membros da sua família ou do seu grupo social mais próximo, em menor medida, estão lhe negando isto. De qualquer maneira, todos eles poderão ser adequadamente correspondidos caso a solidariedade familiar seja uma realidade plausível a se consumir. Negando-se este direito, inviabiliza-se o reforço da solidariedade familiar, afetando bastante o custeio da dignidade da pessoa em âmbito social.

Em qualquer agrupamento social, a solidariedade é um princípio válido. Aliás, não apenas válido, mas até necessário para que a totalidade da integração da paz e concórdia no

contexto social possa receber uma provável ajuda em momentos de crise. Urge, portanto, que a solidariedade seja usada da melhor maneira possível, sem que isto incite um gravame além das possibilidades reais da pessoa pela perspectiva dos seus próprios princípios e valores espirituais.

4.1 O MANIFESTAR DA ESPIRITUALIDADE PELA PERSPECTIVA DO CUIDADO

De igual maneira à filosofia e à ciência, a religião é uma das ferramentas explicativas mais importantes ao dispor da humanidade. Isto significa que o seu manifestar pode ser usado como uma valiosa explicação para inúmeras dúvidas do existir humano (OLIVEIRA, 2012). Inclusive isto tende com muita frequência acontecer aproximando-se de uma noção básica de espiritualidade que lhe sirva. Em todos os casos, a religião aqui deverá ser vista considerando a sua provável utilidade social pelo expressar da espiritualidade em muitas ocasiões.

Mesmo que possa se aproximar da filosofia e da ciência em inúmeras ocasiões, a religião tem características próprias que lhe determinam como tal. Aliás, a principal característica de qualquer religião é a premissa da crença, ou seja, da fé que lhe sustenta. Se não nem uma coisa nem outra, a provável veneração que se devota sobre uma provável religião é inexistente. Se não isto, improvável é que tenha seguidores visto que ninguém nela credibilidade devotará (KOENING, 2012; SIQUEIRA, 2013). Neste ponto, aliás, é interessante que se destaque que a noção de crença e de fé em muitos casos tende a se expressar aproveitando-se bastante da espiritualidade.

Não necessariamente esta fé ou crença se expressa mediante o manifestar do respeito absoluto para uma provável divindade. O existir pressuposto de uma divindade ou de um conjunto mais ou menos variável delas a se venerar não é a premissa básica para que uma religião possa se efetivar. Isto é, sem um deus ou deuses é plausível que uma religião seja estabelecida e se faça como tal, como acontece em relação ao budismo, por exemplo, bem como ao confucionismo, ao taoísmo e ao jainismo.

Esse algo ou alguma coisa tende a receber a veneração que lhe depositam os seus seguidores (GIUMBELLI, 2012; OLIVEIRA, 2012). Ao receber isso, poderá servir como alento para as dúvidas espirituais que se cogitam no existir humano. Em um primeiro momento, será pelo apresentar dos dogmas, sacramentos e ritos que as religiões irão se manifestar, oferecendo provável alento às dúvidas eternas da humanidade, possibilitando explicáveis calcadas na fé e na crença.

Considera-se como dogma todo e qualquer crédito que concede a algo ou alguma que deverá ser aceita de maneira indiscutível. Todo dogma se embasa, portanto, em uma premissa

doutrinaria própria que deverá ser certa e indiscutível, dando base para que a fé que se cogita em uma determinada religião ou corrente religiosa se efetive (MOREIRA-ALMEIDA; STROPPA, 2012). Como tal, se o dogma é contradito, a crença se anula e a religião que lhe fundamenta se esfacela ou pelo menos isto poderá acontecer em seguida. Não é à toa que muitas religiões se apegam aos seus dogmas, pois a preservação deles é uma meta invariavelmente válida.

De maneira simples, pode ser considerado como sacramento todo e qualquer sinal sagrado que sintetiza uma determinada crença ou fé que se experimenta em uma religião. Os sacramentos são estabelecidos como uma maneira de reforçar um provável vínculo de fé que se estabelece mediante a crença em algo ou alguma coisa aproveitando-se de um símbolo que se replica nos cerimoniais religiosos (OLIVEIRA, 2012). Ao se realizar um determinado sacramento, a intenção é reforçar a crença que alguém tem em relação aquilo que deposita sua respectiva fé, prestando reverência. De certa maneira, seria uma validação da própria crença concedendo-se reverência ao sagrado que se cogita em uma determina religião.

Na esfera religiosa, um rito se efetiva pelo consumir paulatino de um conjunto mais ou menos variável de atos que são essenciais ao desenrolar de uma cerimônia que lhe caracteriza. Quando um rito se materializa, uma base mais ou menos extensa de algumas ações que lhe interessam vão se realizando, reforçando a visão de fé ou crença que lhe determina (GIUMBELLI, 2012). Os sacramentos, portanto, podem ser úteis à manutenção de uma crença, experimento objetivo de todos os elementos simbólicos que, de alguma maneira, lhe sintetizam.

No geral, a fé nas premissas religiosas também implica na observância de uma quantidade mais ou menos variável de axiomas, dogmas, sacramentos e ritos. Evidentemente, nem todas as religiões se fundamentam em dogmas, sacramentos e ritos, conquanto todas se embasem em axiomas que lhe determinam. Ou seja, para que uma religião exista como tal basta a fé em axiomas que lhe embasem, pois os dogmas, sacramentos e ritos são apenas complementos que poderão reforçá-la (SIQUEIRA, 2013).

Nesta perspectiva, uma religião pode até sobreviver ausentando a formalidade objetiva destes três elementos (dogmas, sacramentos e ritos), mas não perdurará sem os axiomas que lhe determinaram. Isto também significa que a morte de uma religião pode ser evitada pela mudança de seus ritos, sacramentos e dogmas, todavia não será evitada, se os axiomas que lhe fundamentam forem vilipendiados.

Quando assim acontece, uma nova crença ou fé pode dar base para que algo novo possa emergir, viabilizando-se o nascimento de uma nova religião, por assim dizer, nos escombros do antigo ente venerado (OLIVEIRA, 2012). Aqui se constata que os entes são substituíveis, apesar

de que a crença e a fé em coisas deste tipo se sustentam, como se observa na história das religiões.

De acordo com Giumbelli (2012), a espiritualidade tem conceitos e significados distintos, embora existe pelo menos um consenso de que espiritual é tudo aquilo que transcende a materialidade objetiva da existência humana.

Nos últimos séculos, os avanços constantes da ciência já ampliaram bastante o universo material. Isso, inclusive, vem se sucedendo rumo às partículas quase inexpugnáveis do microuniverso atômico, expandindo para dimensões antes improváveis a materialidade do universo que nos circunda. De outra parte, a provável dimensão espiritual do existir continua sendo uma possibilidade válida para as especulações metafísicas que dizem respeito à filosofia bem como à religião.

Portanto, as conquistas da ciência não estão eliminando ou dando cabo da espiritualidade com as suas conquistas no universo material (HERVIEU-LÉGER, 2005). Na realidade, estão demonstrando que muita coisa ainda é plausível de se vislumbrar na existência humana, o que inviabiliza conclusão apressada que queira determinar o que é ou não da sua alçada. Isso indica que uma provável realidade espiritual não é assim tão simples de se determinar, apesar de que não seja plausível desconsiderá-la.

Há algum tempo associa-se bastante uma provável realidade espiritual ao sentido nato de religiosidade que a humanidade manifesta em seu próprio existir. Conquanto pareçam caminhar lado a lado, religião e espiritualidade são duas coisas bem distintas, pois é possível diferenciá-las quanto à forma, isto é, ao jeito que cada uma delas se vivencia na prática. Talvez nem tudo que se diga religioso pode ser considerado como espiritual, mas tudo que se diz espiritualizado poderá ser do interesse da religião em muitas ocasiões.

Tal distinção nem sempre é tão plausível de imediato ou pelo menos não recebe o merecido destaque que faz jus, pois o senso comum tende a confundir e a misturar bastante espiritualidade e religião como se não fosse plausível distingui-las (SIQUEIRA, 2013). Isso não significa, contudo, que não seja viável determinar o que religião e espiritualidade têm em separado, apontando que, mesmo existindo muitas coisas em comum, religião e espiritualidade possuem características próprias.

Apesar das inúmeras atribuições constantemente impostas ao termo religião, basta enxergá-la apenas como um discurso epistemológico que busca explicar as origens humanas. Para isto, ela costuma aproximar o humano de algo que lhe transcende mediante um provável vínculo existencial que une tudo e todas as coisas em um só ponto, o qual vai bem além da dimensão material.

Nesta perspectiva, religião é tudo aquilo que diz respeito às prováveis origens espirituais do mundo, indicando como e porque tudo aquilo que nele existe tem como ponto de partida algo que se origina em outra dimensão, em outra realidade que lhe precede. Portanto, religião e espiritualidade se aproximam no transcendente que pode servir como base para explicar a própria origem de tudo, inclusive da própria humanidade.

Como tal, é assim que espiritualidade e religião se manifestam, explorando a curiosidade humana em direção de suas prováveis origens transcendentais, explorando uma crível dicotomia entre o que é tangível e material e aquilo que é espiritual e intangível (KOENING, 2012). Mesmo que a religião se manifeste aqui, isto é, no mundo físico, as suas explicações, bem como as suas várias motivações, sempre se destinam para algo que se cogita apenas no mundo espiritual, no intangível. Sendo assim, a religião até se manifesta no mundo físico, mas as suas orientações visam sempre aquilo que no espiritual é possível.

Ao considerá-la como uma ferramenta epistemológica que busca explicar as origens universais, é viável que religião seja tanto aquilo que serve para reler e revisitar como também para nos aproximar de algo que nos transcende. Nas duas situações, ela se debruça sobre algo anterior ao nosso próprio existir que pode ser relido e revisado, ao mesmo tempo em que tenta nos aproximar das nossas prováveis raízes transcendentais.

Portanto, pode-se dizer que a espiritualidade é subjetiva, porque expressa relação de indivíduo consigo mesmo, como também é objetiva, quando a relação é com um ser externo, o sagrado, pelo que haverá uma construção de laços de confiança e afeição. O humano tem a noção de imperfeição quanto à sua condição, logo, procura o Ser perfeito para o orientar na caminhada, e esta orientação virá por meio de um grupo “autorizado” dentro de um sistema religioso ou cultural.

Assim como não é tão simples definir religião, espiritualidade também reflete esta complexidade, quando entendemos de forma ampla. Por mais que exista essa possibilidade para definir o termo, ele possui um significado impreciso e vago, havendo a necessidade de o compreendermos em seu contexto histórico.

Esta discussão não se esgota com a construção de uma concepção aceitável, pois sua complexidade perpassa desde o indivíduo em sua singularidade, tanto aquele que possui uma religiosidade institucionalizada, quanto aquele que não possui, sendo uma espiritualidade não religiosa, conforme trabalha Calvani (2014).

No mundo ocidental a definição do termo está na sua gênese interligado à Teologia, e o seu significado estava associado com o dualismo existente dentro da cristandade, em que a espiritualidade estava sempre em oposição à matéria. Mas, ao se trabalhar esse termo de forma

macro, percebemos que seus significados são mais amplos, centralizando-se no indivíduo em si e não no “objeto” externo que é tido como superior aquele que o busca.

Para chegarmos a uma concepção mais abrangente precisamos dissociar o termo espiritualidade de aspectos religiosos, institucionais, místicos, etc. Nisso, cada um tem total autonomia e liberdade para criar o que preferir quanto a mito, crenças, rito, símbolo, sem que haja interferência alguma. Mesmo que citemos algumas possíveis definições ao termo, não o fechamos, pois longe disso, ainda há muito para avançarmos quanto a esta temática.

O contexto sociocultural “coloca” o indivíduo como “ser aflito”, que deseja respostas sobre sua origem, sobre sua vida e morte, gerando as denominadas crises existenciais. A ansiedade quanto à existência toma conta deste ser, mesmo havendo um elevado grau de autonomia. Por esta razão, a Organização Mundial de Saúde (OMS) também incluiu o assunto em questão, entendendo que espiritualidade não é mais um termo dominado apenas pelas religiões, mas algo que reflete interesse de todos na busca de uma melhoria da saúde.

A OMS mobiliza o significado de espiritualidade como algo que transporta o ser humano para fora de uma realidade concreta, envolvendo todas as suas esferas(física, e emocional. Até porque, saúde, para OMS, é um estado de completo bem-estar, físico, mental e social e não apenas ausência de doenças, logo a razão pela qual foi incluído o termo espiritualidade.

Em síntese, espiritualidade pode ser concebida como algo relativa a todos os “homens”, tanto o religioso, quanto o não religioso. Como vimos, sua definição não é algo tão simples, pois nos deparamos com diversos termos existentes, que não fixam o indivíduo ao contexto de uma “religião”. Dentre os estudiosos, podemos mencionar Hanegraaff(2008), que em um dos seus textos faz uma distinção entre três realidades: religião, religiões e espiritualidades, cada uma tendo sua própria definição.

Em um dos textos, o autor traz uma definição de religião ancorada em Geertz, entendida como qualquer sistema simbólico que influencie a ação humana por oferecer possibilidades de manter contato ritual entre o mundo cotidiano e um quadro meta-empírico mais geral de significado. Para ele, a religião se apresenta com este significado supracitado, como religiões(instituição) ou espiritualidades.

Na atualidade, espiritualidade segue sendo estudada e compreendida em vários aspectos. Alguns estudiosos focam suas reflexões no objeto de crença ou práxis religiosa, outros, no sujeito e sua experiência, considerados eixos que podem estar presentes em uma tradição religiosa ou em várias. Quanto ao sujeito (segundo eixo), os estudiosos fazem uma estruturação cognitiva e psicológica da experiência religiosa e as implicações derivadas da mesma. Não

podemos tirar a religião do campo de estudo, visto que se o fizermos, excluiremos o “mundo”, cabendo ao estudante colocar a religião no seu próprio lugar, essencialmente humano, mas também profundamente mais que humano.

4.2 O CUIDADO E A ESPIRITUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A educação é uma atividade de suma importância para qualquer sociedade. O seu manifestar possibilita o experimentar real da cidadania, da inclusão e da justiça social, ao mesmo tempo em que instrui e doutrina visando os mais variados objetivos (CARVALHO, 2020; BRANDENBURG; FERREIRA, 2019). Aliás, entre estes objetivos se destacam a manutenção de todos os princípios e valores que amalgamam a vida em sociedade.

Pode parecer paradoxal a existência de uma disciplina como Ensino Religioso nas escolas, em razão da laicidade do Estado, no entanto, compreendemos que existe uma ignorância epistemológica, em que se confunde tanto a proposta deste ensino, quanto as definições possíveis para esta disciplina. Dito isto, não se pode confundir Estado Laico, com estado sem religião ou contra a religião, como já reforçado no primeiro capítulo. O mesmo se aplica na construção dos termos Cuidado e Espiritualidade, os quais são intrínsecos a todo e qualquer indivíduo, sem que o interligue necessariamente a uma “religião”.

Antes de explorarmos propriamente os termos supracitados, vejamos melhor esta questão do Estado Laico, pois em consequência, conseguiremos discernir melhor o cuidado e espiritualidade, sem que haja reducionismo em seu significado, explorando-o de forma macro.

Como podemos estudar sobre religião e espiritualidade sem que interfira no caráter laico do Estado? É necessário, em decorrência dos mitos criados quanto a este ensino, explorarmos as concepções, desmitificando toda uma construção conceitual que se interliga ao senso comum, derivado pelo contexto cultural religioso. Partindo-se da premissa equivocada, nada em seu desenvolvimento se sustenta, portanto, devemos compreender as razões que ensejaram essa construção equivocada e ajustarmos a uma compreensão correta.

Na historiografia, percebemos o contexto de separação entre Estado e Igreja, decorrente de uma exclusão da Igreja tanto do poder político, quanto administrativo, e consequentemente, do ensino. Este também sofre um afastamento, não pelo ensino em si, mas pela incompreensão do mesmo ou a abordagem metodológica. Nasce então, essa construção de Estado laico, derivado da emancipação e construção progressiva, em que o poder religioso foi sendo afastado gradativamente (FRANCESCHI, 2009).

Tendo em vista a diversidade religiosa e opiniões existentes, precisamos entender como se dará metodologicamente este ensino, discernindo que não devemos, em sua vivência, fazê-lo imbuído de parcialidade quanto ao seu exercício(docência). Sendo assim, é fato que o ensino deverá ser neutro - em que pese haver uma vasta discussão acerca da impossibilidade da neutralidade absoluta. Neutro no aspecto de isenção, imparcialidade, para poder tratar a todos com igualdade, conforme os princípios regidos pela carta Magna, que em seus preceitos fundamentais descreve que todos os cidadãos são iguais perante a lei, logo está essencialmente vinculado à isonomia. (FRANCESCHI, 2009).

Como vimos, a definição de espiritualidade não tem consenso, apesar de nos últimos anos desfrutarmos de algumas literaturas que contribuíram para sua construção conceitual. Em suma, em uma concepção integral do ser humano, não há o que se discutir em separado nas suas respectivas dimensões, pois elas estão conectadas, de forma que se alguém é afligido pela enfermidade ou alguma crise, a totalidade do ser será afetada. Consequentemente, não faz diferença, qual dimensão da vida dele está sendo afetada, pois, mente, corpo e espírito estão interligados de tal forma, que afetando um, também afetará os outros(KENGO; SILVA, 1996)

Ao nos depararmos com a historiografia do ER no Brasil, vemos que existem diversas maneiras de abordá-lo. Primeiro, tínhamos o contexto de ensino confessional, que tem como base o proselitismo. Um segundo momento, a interconfessionalidade, ou seja, a união entre dois ou mais segmentos religiosos para elaboração do que vai ser estudado. E um terceiro momento, na atualidade, o denominado supra confessional. É nesta última concepção que reside o objetivo principal do ER: conhecer, respeitar e conviver com as diferentes espiritualidades e religiões a partir do que chamamos de neutralidade, não havendo assim desrespeito, proselitismo religioso, preconceito ou qualquer tipo de discriminação que fira o direito individual de cada discente.

Portanto, é imprescindível a oferta do ER supra confessional, para que o currículo escolar não se exima de abordar uma das dimensões constitutivas do ser humano, ou seja, contemplando também o aspecto metafísico, entendendo que o espiritual integra sua natureza (BENKO; SILVA, 1996).

Para que as questões do cuidado e a espiritualidade no ensino religioso possa se registrar da forma que se cogita no âmbito do experimento da dignidade da pessoa, é imprescindível que sejam entendidas todas as suas prováveis limitações estruturais as quais estão ali circundadas. No momento, estas questões podem ser sintetizadas pelo entendimento inadequado de alguns elementos imprescindíveis para que a alteridade, a empatia e o respeito pela identidade religiosa da pessoa se realizem de maneira apropriada, contribuindo para que a saudável convivência de todos para com todos se efetive com qualidade em subsequência.

Caso assim se suceda, a tendência que a própria sociedade seja bastante beneficiada, ao mesmo tempo em que também poderá implicar na formação de cidadãos melhores comprometidos pelo salvaguardar interesse coletivo, explorando todos os prováveis benefícios derivados do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso. Quando uma determinada pessoa experimenta condições de fé de religiosidade inadequadas ao amadurecimento social que delas se cobrará adiante, a possibilidade de que desrespeite a alteridade, a empatia e o respeito pela identidade religiosa da pessoa é bastante plausível.

Nessas condições, não é à toa que o cuidado e a espiritualidade no ensino religioso podem ser preditos como instrumentos de suma importância ao reforço dos vínculos sociais, servindo como base para que valores e princípios essenciais ao preservar da alteridade, da empatia e do respeito pela identidade religiosa da pessoa em subsequência.

Se todos esses elementos são pelo menos considerados com a seriedade esperada, a tendência é que o instrumento da dignidade humana, por exemplo, seja experimentado da forma que se cogita como ideal ao salvaguardar dos vínculos sociais. No momento, os maiores problemas que são observados quanto ao experimento que se espera do cuidado e a espiritualidade no ensino religioso pela perspectiva do constituir de um ambiente penal digno se correlacionam aos seguintes entraves estruturais: o desrespeito pela personalidade religiosa; o desrespeito pela autonomia individual da pessoa; o desrespeito pelos sentimentos da pessoa; o desrespeito pela solidariedade.

Mesmo que cada um desses entraves possua características próprias — as quais lhe evidenciam como tal —, a tendência que sejam, todavia, bastante perigosos ao custeio do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso. Assim se registra porque o manifestar deliberado deles poderá atrapalhar bastante o anseio que se cogita sobre a alteridade, a empatia e o respeito pela identidade religiosa da pessoa mediante os valores e princípios essenciais ao constituir de um ambiente social melhor para todos. Por isto, é preciso pelo menos reduzi-los bastante, se impossível eliminá-los por completo.

O desrespeito pela personalidade: o reconhecimento do manifestar inequívoco da personalidade é uma das premissas mais importantes do direito natural. Mediante o vaticinar de todas as suas implicações subseqüentes, é possível validar não apenas expectativas e necessidades privativas da pessoa como também a relevância de sua provável manifestação social em paralelo.

Ao se reconhecer a sua existência legal, determina-se, de igual modo, direitos e deveres que lhe cabem, os quais poderão ser observados em todos os atos sociais de uma só vez. Se a existência da pessoa é negada, igualmente direitos e deveres não deverão se manifestar ante aos

seus prováveis atos. Ou seja, a existência de direitos e deveres vincula-se ao reconhecimento antecedente da pessoa de direito. Se a pessoa não existe, também não há como impingir-lhe obrigações e nem como vaticiná-la de direitos exclusivos que lhe cabem em sua plenitude de fato. Isto tudo, aliás, deve se efetivar independentemente de sua origem social, do seu provável gênero ou orientação sexual e das suas crenças religiosas ou convicções políticas, além da sua idade. Portanto, aqui o direito natural foca na defesa de todos os benefícios e prerrogativas individuais que serão importantes para o indivíduo em sua vida em sociedade.

Em tese, o direito da personalidade é o mais básico de todos os direitos inerentes à pessoa. A sua salvaguarda é, portanto, imprescindível em todas as ações que estão expressas no exercício da justiça, inclusive mediante o manifestar de ações destinadas ao salvaguardar do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso.

Em todas as ações que lhe dizem respeito, cabe ao ensino religioso respeito absoluto pelas idiossincrasias da pessoa, fomentando a alteridade, a empatia e o respeito pela identidade religiosa. Como já dito, se a pessoa existe, então são possíveis direitos e deveres que lhe serão concedidos no experimento deliberado de todas as leis, normas e regulamentos que se replicam no momento em uma determinada sociedade em particular, inclusive no campo da fé e da religião.

Na medida do possível, é bem aqui que se insere, por exemplo, o efetivar do direito natural à dignidade humana, visto que isto fundamenta o reconhecimento da relevância do cuidado e a espiritualidade no ensino religioso em todos os ambientes de aprendizado.

O desrespeito pela autonomia individual da pessoa: em sala de aula, o desafio diário para que a salvaguarda do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso sejam replicados de maneira apropriada é considerável. O ideal, conquanto subsistam inúmeros obstáculos para que assim aconteça com frequência, é que todos esses instrumentos sejam concretizados da melhor maneira possível, contribuindo para o subsistir de um ambiente social melhor para todos, pela redução sistemática de todos os prováveis atos contrários à alteridade, à empatia e ao respeito pela identidade religiosa da pessoa.

Da mesma maneira que o manifestar da personalidade deve se efetivar, para que todas estas questões sejam pelo menos bem entendidas é importante reconhecer o manifestar de sua individualidade em subsequência. Não basta, portanto, apenas reconhecer a manifestação deliberada da personalidade, sem que lhe seja concedida a relevância jurídica de sua individualidade em todos os seus atos cotidianos. Se a pessoa existe hoje, urge que se reconheça que ela é única e exclusiva em direitos e deveres que lhe cabem, validando-se de vez o

manifestar deliberado de sua individualidade na prática. Somente assim o cuidado e a espiritualidade no ensino religioso serão adequadamente preservados.

Certamente tal premissa implica que a pessoa seja plenamente capaz de assumir responsabilidade por todos os seus atos, ciente de que arcará com todas as consequências, caso abuse da liberdade individual, gerando danos para terceiros ou para qualquer legal salvaguardado pelas leis vigentes. Nestas condições, reconhecendo-se a individualidade, é possível que lhe seja impingido obrigações, além de uma quantidade mais ou menos considerável de direitos, que será possível afetar em todas os momentos, inclusive no campo da fé. O manifestar de tudo isto irá variar, evidentemente, a depender da natureza dos seus atos bem como de suas inevitáveis implicações futuras, destacando-se pela perspectiva da alteridade, da empatia e do respeito pela identidade religiosa da pessoa.

No exercício das prerrogativas inerentes ao custeio da dignidade da pessoa no âmbito do ensino religioso, tão importante quanto o direito de a personalidade existir é a premissa de que isso seja feito com autonomia, concedendo-lhe meios para que o respeito pelo cuidado e pela espiritualidade sejam possíveis em subsequência. Certamente isto não significa que ele seja isento de responsabilidade por todos os seus atos.

Na realidade, ele será livre para ser e existir por seus atos, decisões e escolhas, ciente de que deverá se responsabilizar em igual proporção por qualquer abuso subsequente, aproveitando-se da alteridade, da empatia e do respeito pela identidade religiosa da pessoa como uma maneira de lhe garantir o fundamento necessário da dignidade que lhe diz respeito. Ao seu modo, assim, se observará por completo, também, pelo experimento sistemático do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso — que é uma premissa válida, apesar dos desafios gerais que lhe circundam.

O desrespeito pelos sentimentos da pessoa: de modo totalmente pleno e inequívoco, toda e qualquer pessoa tem sentimentos próprios bem como motivações emocionais que lhe dizem respeito e que, por isso, são fundamentais ao seu respectivo subsistir no campo da fé e da religiosidade. Relevando-se esta questão, é impossível que sejam bem correspondidas todas as suas necessidades e expectativas básicas. Sem isto, a sua dignidade, ou melhor, o seu experimento, inviabiliza-se em subsequência.

Se os sentimentos da “pessoa presa” são desconsiderados, a tendência é que o seu subsistir se realize de maneira inapropriada. Isto implicará, também, em um viver indigno, ou seja, totalmente inadequado aos seus próprios objetivos e metas, mesmo que eles não estejam declaradamente expressos em seus respectivos atos cotidianos.

Sendo assim, é imprescindível que cada pessoa possa exteriorizar os seus sentimentos pela manifestação de atos materiais ou imateriais que lhe interessam ou que lhe dizem respeito por alguma razão, inclusive na prática sistemática do ensino religioso. Esta exteriorização fundamenta a formação do patrimônio emocional de cada um, bem como de todos os direitos privativos das pessoas que estão, de algum modo, interligadas ao experimentar da própria dignidade humana no campo da crença. Se uma pessoa não tem como se aproveitar do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso, releva-se a premência dos seus sentimentos no âmbito do viver digno desejado por todos.

A vida em sociedade em muitas ocasiões implica na aquisição, no compartilhar de sentimentos como na cessão de afeto. Aliás, isto se aplica tanto ao patrimônio emocional da pessoa como também da família e até da própria sociedade como um todo. Se por ventura alguma razão o cuidado e a espiritualidade no ensino religioso são descuidados, não será possível o salvaguardar da alteridade, da empatia e do respeito pela identidade religiosa da pessoa.

Por consequência, as ações que se destinam a regular o processo de ensinoaprendizagem no campo da fé precisam, na medida do possível, assegurar o usufruto pleno do direito ao reconhecimento dos próprios sentimentos, de igual maneira ao que já se sucede em relação à personalidade e sua subsequente existência com autonomia no convívio social.

O desrespeito pela solidariedade: a solidariedade é uma das características mais importantes de qualquer agrupamento social que funciona de maneira apropriada. O seu manifestar não é, certamente, tão simples de se suceder. Quando bem fundamentado na dignidade humana geral de todos para com todos, algo assim poderá acontecer com relativa precisão e eficácia: a expressão plena da solidariedade, inclusive no campo da fé pela perspectiva do cuidado e da religiosidade.

A meta desta premissa é validar o experimento deliberado do afeto à pessoa, sobretudo quando membros da sua família ou do seu grupo social mais próximo, em menor medida, estão lhe negando isto. Evidentemente, essa alusão deverá ser proporcional. Em qualquer agrupamento social, a solidariedade é um princípio válido. Aliás, não apenas válido, mas até necessário para que a totalidade da concórdia e da paz social possa receber uma provável ajuda em momentos de conflitos. Urge, portanto, que a solidariedade seja usada da melhor maneira possível, sem que isto incite um gravame além das possibilidades reais da pessoa pela perspectiva dos seus próprios princípios e valores de fé.

Tal postura, ao mesmo tempo em que viabiliza a alteridade, a empatia e o respeito pela identidade religiosa da pessoa, serve como excelente ponto de partida para que as questões do cuidado e da espiritualidade no ensino religioso sejam adequadamente dimensionadas.

4.3. O CUIDADO NA PERSPECTIVA DE LEONARDO BOFF

A espiritualidade e o cuidado se assemelham dentro de uma possível conceituação, visto que ambos os termos recebem definições metafísicas, quando estas envolvem a realidade social(humana). Sendo assim, iremos explorar a questão do cuidado e espiritualidade na perspectiva deste educador/humanista chamado Leonardo Boff, pois vai muito além do que expressa o senso comum, tendo um olhar integral do ser humano, o vendo em todos os seus aspectos(físico, emocional, espiritual...).

É fácil constatar-mos na contemporaneidade o distanciamento do cuidado, em razão da individualização e das crises existentes em cada ser, mas que permitamos como diz o prof.

Leonardo Boff: “Que o cuidado aflore em todos os âmbitos, que penetre na atmosfera humana e que prevaleça em todas as relações!”. Sabendo que “O cuidado salvará a vida, fará justiça ao empobrecido e resgatará a Terra como pátria e mátria de todos” (BOFF, 1999, p. 191). A complexidade social e os conflitos dela desenvolvidos, em parte, se devem pela a incompreensão do cuidado e compaixão que devem existir entre todos, tendo assim a necessidade de resgatar um valor altero. O caráter dessa incompreensão tem forte ligação com o aspecto civilizatório, em que a humanidade está em “formação individualizada”, pelo que cada indivíduo só pensa em si. Mas quando somos “tocados” pelo contexto epistemológico desta palavra(cuidado) percebemos que a realidade vai muito além de uma só vida ou grupo específico.

Cuidar ultrapassa um gesto, vai além de uma ação, é entender que todos nós estamos imbricados, que está intrínseco a nossa essência o importar-se com o próximo, derivando disto um comprometimento afetivo. Boff faz uma apresentação e defesa do termo cuidado como alcance macro e micro, em que a análise do termo perpassa por questões ecológicas e questões relacionadas ao ser humano, respectivamente. Uma conceituação que vai além do olhar apenas teológico, mas social, filosófico e também místico. Enxergando cada ser em sua completude/integralidade(BOFF, 1999). Regressaremos a este assunto posteriormente, de forma que aprofundaremos melhor este conceito.

O professor Leonardo Boff a partir da década de 70 em Petrópolis na catedral teológica de ordem Franciscana, assume o Instituto. Ele ao longo dos anos acumulou diversos prêmios em virtude de sua abordagem humanística e teológica, sua vida e experiência cumulam um reconhecimento na área da docência, pelo que os prêmios e títulos o acompanham, a exemplo, podemos citar²: “títulos de doutor honoris causa em política pela Univesità degli Studi de Turin em 1991, Lund na Suíça em 1992; e o Prêmio dos Direitos Humanos, também em 1992” (SILVA, 2005, p. 472).

Os títulos e homenagens que recebe derivam de uma jornada de muitas lutas pelos direitos humanos e questões sociais. É considerado um dos pais da teologia da libertação, uma teologia voltada para o oprimido político e social, em que tem seu começo na década de 60. É um homem dedicado as causas humanísticas, sociais e de cunho ecológico, que em razão dos seus escritos, sofreu penalidade pela Igreja, em consequência, pela censura dos seus textos, pediu afastamento da Igreja e prosseguiu sua jornada pelo mundo voltando-se sempre para a essência humana (SILVA, 2005).

As obras literárias deste grande homem são diversas, de forma que é impossível retratarmos cada uma delas, até mesmo por uma questão de espaço iremos apenas mencionar algumas, uma dentre as várias que podemos citar e é usada como referência para este texto é essa (SABER CUIDAR). Inclusive já mencionamos de forma sintetizada qual objetivo central desta literatura no tópico anterior, percebendo uma abordagem macro e micro onde todos e tudo que existe se

interliga, fazendo parte de uma mesma essência. Vale salientar que o cuidar na perspectiva dele vai além de atitudes humanas, expressa uma “internalização individual do coletivo”. Vejamos o que diz a professora Luzia Wilma Silva sobre:

Esta forma de ver o ser humano imbuído do cuidado enquanto realização, que não se prende a espaço ou tempo, é que desenvolve o processo existencial, tem sua matriz teórico-epistemológica especialmente na abordagem fenomenológica existencial de Heidegger em sua obra *Ser e Tempo*, onde este discorre acerca da relevância do cuidado. Para este autor o cuidado é a raiz primeira do ser humano antes que este faça qualquer coisa, e se fizer, esta coisa vem acompanhada de cuidado; constituindo uma dimensão ontológica, um modo-de-ser que revela a maneira concreta como é o ser humano (SILVA, 2005, p. 474).

² A formação do professor Leonardo Boff: no ano de 1959 começa sua inserção no mundo acadêmico, onde adentrou na Faculdade de filosofia em Curitiba; cursou teologia em Petrópolis e estudou na Europa sua pósgraduação, nível de doutorado. Além da teologia e filosofia, desenvolveu seus estudos de extensão em antropologia e linguística.

Não compreender a natureza deste cuidado como parte da sociedade mundial resulta em nos depararmos com uma crise de contexto macro; não ter cuidado não é simplesmente algo que ataca uma fase social, ou um momento estrutural, teológico, econômico e etc., é algo

sistêmico que atinge todo o planeta, como se aos poucos fôssemos perdendo o que realmente importa, deixando o que seria primário em segundo plano.

O conhecimento científico está entendendo a necessidade de resgatarmos algum elemento que expresse o humano; o cuidado, por sua vez, dentro da concepção de Boff, busca esse fim, uma especialização no conhecimento sobre o indivíduo resgatando princípios e valores perdidos. Este tema pode fazer uma transversalidade deste resgate, em que o homem faz uma ligação consigo mesmo, com sua subjetividade, que se configura no cuidado de si, e não só isto, mas uma “precaução” com o mundo, por consequência, uma atenção com o outro e a espiritualidade. Enquanto algumas ciências tendem a fazer uma separação entre o campo social, ecológico, e assim por diante, Boff suscita a conexão existente entre eles, como uma realidade provinda do mesmo ser(BOFF, 1999).

4.4A ESPIRITUALIDADE SEGUNDO LEONARDO BOFF

Não há como retratar no texto sobre espiritualidade e dissociar o termo da teologia da libertação na compreensão de Boff, ele que é considerado o pai desta teologia, que surge de forma mais efetiva na sociedade no começo dos anos 70, tendo-o como um dos seus principais expoentes na sociedade. Boff entende como sendo uma teologia de experiência espiritual, em que há um encontro entre teologia espiritual do Cristo que foi crucificado e os mais necessitados, os oprimidos e os pobres.

O professor Boff chega a essa compreensão de uma ruptura derivada de um choque(Cristo Crucificado e o oprimido), fundamentando-se em alguns pilares que o fizeram enxergar a necessidade deste ensino no resgate de valores elementares, quais sejam: primeiro, na concepção de indignação, em que o discernimento era - não podemos aceitar tal realidade, não pode ser; segundo, compaixão – estar ladeado com eles; terceiro – juntar-se a eles(pobres) e sair dessa realidade de “espiritualidade subjugadora, hegemônica”.

Em consequência, essa(teologia) tem seu fundamento nos profetas, homens que representavam “Deus” sobre a terra, também no êxodo e nos ensinamentos de Jesus e dos apóstolos. A espiritualidade, portanto, está conectada com essa cosmovisão, e seu respectivo objetivo é tornar-nos parte de uma “Igreja Universal”, entenda-se aqui o termo por grupo social ligado pela essência que ruje e é intrínseco a todo ser humano.

Mas por que os pobres? Para Boff, estes são os representantes de Cristo, por uma experiência muito semelhante, em que o sistema social, valendo-se das questões efêmeras, buscam as coisas e rejeitam as pessoas, quando deveria ocorrer o inverso. Não só isto, mas olhar para aquele que é esquecido no mundo. Suscita o professor que devemos ter a experiência com os pobres, pois, caso contrário, toda a construção teológica não passará apenas de um conhecimento inválido, mas sem benefício algum. A prática espiritual do Cristo Crucificado é a essência para a vida na terra, esta prática que se doa pelo outro, que houve a dor do próximo e escuta o grito dos oprimidos.

Como resultado, o que julgará a humanidade não são os dogmas, doutrinas, “religião”, mas sim os mais necessitados, estes considerados verdadeiros mestres, em razão de estarem inspirados nas fontes do capital espiritual que nasce dos evangelhos e da prática de Jesus, deles provém a verdadeira inteligência. Diante disso, destaca-se três tipos de inteligência: a Intelectual; Emocional e Espiritual.

A inteligência intelectual está alicerçada na comunicabilidade de conceitos e ideias; a Emocional, aquela que nos torna sensíveis e piedosos, nos faz aflorar a humanidade em nós, possibilitando-se a compaixão com sofrimento do outro. Em nada a inteligência intelectual interfere na emocional, elas se complementam. Por último, a Inteligência espiritual – Não é monopólio das religiões, mas sim, uma compreensão da profundidade humana, partindo de uma base empírica, que se configura em um mistério, pois está presente em todo e qualquer ser humano, e cada um é definido por nomes específicos (BOFF, 2017).

4.5 CUIDADO, ESPIRITUALIDADE E ER

Em síntese a todo esse cenário de concepções existentes entre cuidado e espiritualidade, percebemos que o conceito pode configurar-se em mesmo sentido e alcance. Precisamos parar um pouco e a partir de uma introspecção refletir onde estamos dentro desta realidade, pois vivenciamos experiências que nos distanciam mais e mais uns dos outros. A exemplo, podemos citar a internet e os diversos aplicativos(*facebook, instagram, whatsapp...*) que têm o poder de

nos conectar com milhares, até milhões de pessoas, porém, muitas vezes, nossa família sofrendo nossa ausência, “estamos em corpo, mas não na alma”(BOFF, 1999).

Quantas coisas podemos hoje fazer com auxílio da tecnologia, que nos viabilizou um avanço significativo, mas em contrapartida nos podem ser inimigos de uma experiência do Cuidado e da Espiritualidade. Hoje podemos comprar, fazer amizades, laborar, dentre outras atividades, tudo pelo auxílio tecnológico, isso sem ter necessariamente contato com ninguém(BOFF, 1999; TOLEDO; BRAGHETTA; ANDRADE; BRANCO, 2021).

O ser humano é um ser envolto de interações, essa construção fora do real, extirpando o concreto, onde não há mais uma relação entre a humanidade e o seu habitat, vai afetando de forma significativa todo o mundo, pois assim procedendo/vivendo, vai apagando o que de mais valioso existe na sociedade, que é o cuidado(BOFF,1999). Estamos gerando uma sociedade que, em virtude desta comunicação que estamos desenvolvendo nos últimos anos, aflige o valor essencial do ser humano, subjugando as relações efêmeras, imbuídas de desinteresse pelo ser. Conforme diz Boff quando se utiliza do Tamagochi e outras experiências que denotam este cenário:

O que é o tamagochi? É uma invenção japonesa dos inícios de 1997. Um chaveirinho eletrônico, com três botões abaixo da telinha de cristal, que alberga dentro de si um bichinho de estimação virtual. O bichinho tem fome, come, cresce, brinca, chora, fica doente e pode morrer. Tudo depende do cuidado que recebe ou não de seu dono ou dona. O tamagochidá muito trabalho. Como uma criança, a todo o momento deve ser cuidado; caso contrário, reclama com seu bip; se não for atendido, corre risco. E quem é tão sem coração a ponto de deixar um bichinho de estimação morrer? O brinquedo transformou-se numa mania mudando a rotina de muitas crianças, jovens e adultos que se empenham em cuidar do tamagochi, dar-lhe de comer, deixá-lo descansar e fazê-lo dormir. O cuidado faz até o milagre de ressuscitá-lo, caso tenha morrido por falta de atenção e de cuidado... O cuidado pelo bichinho de estimação virtual denuncia a solidão em que vive o homem/ a mulher da sociedade da comunicação nascente. Mas anuncia também que, a pesar da desnaturalização de grande parte nossa cultura, a essência humana não se perdeu(BOFF, 1999, p. 2).

O anseio é superarmos esse suprimir solitário por meio de objetos, tecnologias, em que iremos desenvolver princípios que tragam inspiração, e novos horizontes quanto ao convívio da humanidade. É entendermos que existe uma relação concreta a ser vivida e uma transferência desse cuidado deve ser feita, discernindo, assim, que existem parentes a nossa volta, que precisam de atenção, muitos até doentes, amigos que necessitam de ajuda, moradores de rua que precisam de uma mão. O mundo e a relação com o que é concreto, exige de nós que entendamos que o cuidado é altero(BOFF, 1999).

Que relação existe entre Ensino religioso com o cuidado e a espiritualidade? Sendo direto, é uma relação de total harmonia, tratando-se do aspecto metodológico e sua respectiva pedagogia. Entendendo que a educação é uma atividade de suma importância para qualquer

sociedade, o ER visa a formação desse ser humano. O seu manifestar possibilita o experimentar real da cidadania, da inclusão e da justiça social, ao mesmo tempo em que instrui e doutrina visando os mais variados objetivos (CARVALHO, 2020; BRANDENBURG; FERREIRA, 2019). Aliás, entre estes objetivos se destacam a manutenção de todos os princípios e valores que amalgamam a vida em sociedade.

O ensino religioso está entrelaçado com as concepções do cuidado e da espiritualidade, pelo que visa cada indivíduo em sua essência e na sua integralidade, suscitando a tolerância, o respeito, a diversidade e a paz social.

Em síntese, vimos que Boff nos faz refletir sobre a propensão intrínseca de cada um, no que diz respeito ao cuidado, e não só isto, mas buscarmos novos horizontes para uma vivência do macro e micro, saindo de relações “fúteis” que derivam da construção social de solidão/isolamento. Devemos romper esta barreira solitária e avançar, entendendo não somente o conceito do cuidado, mas também da espiritualidade, que objetiva unir, conectar com o todo (BOFF, 1999; BOFF, 2017).

Hoje, as melhores escolas estão conscientes de tudo isto, sobretudo devido às conquistas atuais que a pedagogia evidencia como imprescindíveis ao processo ensino-aprendizagem no momento. Talvez este seja o melhor caminho a seguir para que os desafios didáticopedagógicos, que no momento são observados na prática do ensino religioso, sejam pelo menos tratados de forma apropriada em sala de aula.

Ainda são comuns que desafios de relacionamento os quais os professores enfrentam todos os dias sejam superficialmente encarados no ambiente escolar tradicional. De qualquer maneira, várias conquistas feitas nos últimos anos já indicam que a interação deles com os alunos é de suma importância para que o processo de aprendizado se realize com qualidade, possibilitando que o ensino de qualquer competência se efetive com qualidade e eficácia, num só tempo.

Isto significa que os professores precisam se qualificar o que não é tão simples se suceder, sobretudo considerando os principais entraves sociais e econômicos que poderão atrapalhar o constituir do sistema de ensino superior adequado à qualificação da prática educativa como tudo (FRANCO; MUNFORD, 2019). De qualquer jeito, é preciso que as escolas, destacandose aquelas que se dedicam à educação básica, sejam premiadas com professores que sejam conscientes da importância da interação com os alunos para que o processo de ensino seja valorizado.

Consciente de todos estes desafios, espera-se que as escolas possam trabalhar no sentido de melhorar todas as conquistas sociais que se espera de uma prática educativa de melhor

qualidade. Mediante um processo ensino-aprendizagem eficaz muitas coisas socialmente positivas são possíveis. É preciso, portanto, persistir na emergência de uma melhor relação interpessoal entre professores e alunos(BAPTISTA; OLIVEIRA, 2020).

Somente assim o ensino do conteúdo religioso poderá se suceder como preceitua a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lidando bem, inclusive, com a ausência de materiais que lhe são necessários. Por isso, cuidar resulta de uma construção de sentidos éticos interligados com a essência humana e tudo que esteja circunvizinho e próximo, o próximo aqui, interpretase como aquele ou aquilo que está ao nosso alcance, mesmo estando distante.

Todos os princípios da carta magna da nossa constituição federal, bem como o sistema de leis, tornam compulsórios aos docentes se pautarem pelos seus respectivos fundamentos, sobretudo, o que diz respeito a liberdade religiosa, que dela deriva liberdade de crença, de consciência e de culto, bem como, o respeito ao sentimento religioso, reconhecendo nestas ações os princípios dos Direitos Humanos, a dignidade e igualdade.

Portanto, a conexão existente a toda essa construção conceitual de cuidado e espiritualidade com o ensino religioso está demonstrando que este conhecimento vai além de uma simples matéria e seu respectivo conteúdo, tendo um olhar altero para o discente, vendo-o na sua integralidade, abarcando as esferas que lhe diz respeito, entendendo ser ele o agente transformador de uma sociedade em formação.

Na prática, esta consignação tem como meta o constituir de um padrão comum, ou seja, a efetivação de uma base comportamental desejada aos fins prévios da sociedade. O padrão comum tem como intuito prévio possibilitar o experimento da missão, isto é, dos fins que o “grupo deseja” ou precisa realizar. No caso do cuidado, espiritualidade e ER, a sua missão básica é a constituição de “laços afetivos”, fomento da paz social e respeito e tolerância a diversidade.

5 O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR DA BNCC

Depreende-se das sociedades contemporâneas uma característica peculiar: a diversidade cultural e religiosa que se expressa em variados credos e convicções de natureza religiosa, filosófica, entre outros. É nítido a manifestação dessa diversidade em todos os espaços que regem a sociedade, inserindo o espaço educacional.

A escola é um lugar que deve promover o respeito à dignidade humana, logo, precisa de forma a problematizar discriminações e preconceitos, ir superando a intolerância e qualquer tipo de violência. A Constituição concede liberdade religiosa, fixadas em três eixos; liberdade de crença, liberdade de culto e liberdade de entidade religiosa, possibilitando autonomia do ser, isso não resulta, em hipótese nenhuma, como violação do direito alheio, devendo assim, haver respeito, tolerância... O espaço educacional é fundamental nessa construção, pois possibilitará integração, discussão e análise do contexto religioso, de modo científico e suscitando, sobretudo, o respeito (CECCHETTI, 2019).

Durante muitos séculos, como vimos no capítulo primeiro, a escola ficou refém da hegemonia da Igreja, onde a ação pedagógica de doutrinação religiosa era muito intensa, com viés proselitista, em que a transmissão do conteúdo estava interligada às suas ideologias e crenças.

As discussões em torno desta disciplina são vastas, pela sua complexidade, pois mesmo sendo uma ciência antiga, conforme destacamos na história, estando inserida na sociedade desde o seu nascedouro, foram muitos anos usada como aparato doutrinário. Dito de outra forma, utilizada como reforço para uma crença hegemônica, em consequência, não se desenvolveu consolidando uma diretriz nacional para a disciplina.

Portanto, em nosso país destacamos, conforme descreve José Carlos Silva, “três modelos de Ensino Religioso” (SILVA, 2019,p. 28).

O catequético, o teológico e o das ciências da religião. Enquanto o primeiro revela conteúdos e métodos doutrinários com objetivo de expansão das crenças, o segundo apresenta uma perspectiva de cosmovisão e diálogo com diferentes manifestações religiosas, mas ainda com objetivo de educação moral e de formação religiosa do cidadão. O último, no entanto... busca os elementos epistemológicos e metodológicos para o ensino de ruptura com viés doutrinário e monocultural(SILVA, 2019, p. 28).

O que contribuiu e tem contribuído de forma singular para o avanço das ciências da religião no Brasil é o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso(FONAPER), criado por docentes e pesquisadores da área na década de 90. A construção pedagógica da entidade versa

justamente para a formação do discente em um ser que respeite a diversidade existente na cultura; os direitos inerentes a todos; os direitos fundamentais; os direitos humanos e o fomento de uma cultura pacífica. Resultando em um ensino não confessional, que seja alicerçado no fenômeno religioso e não na religião. Vale salientar que, apesar desta contribuição, não houve institucionalização desta entidade em virtude do contexto político, mas que o documento da BNCC é objeto de luta para solidificação das concepções pedagógicas do Ensino Religioso.

O Ensino Religioso na BNCC possibilita rompimento de paradigmas, suscitando um novo modelo no currículo, que traz concepções que indicam autonomia, uma educação emancipadora, pelo que a diversidade existente no ambiente estudantil seja “apreciada”. É um constante desafio. Por mais que o FONAPER, o fórum supracitado, defina que ER tem objetivos interligados ao fenômeno religioso, uma dificuldade maior se dá, justamente nas concepções, isso porque os termos ao longo dos anos sofrem ressignificações, isso com o olhar para o contexto pedagógico e metodológico desta ciência.

O ER sempre foi alvo de muitos posicionamentos e controvérsias, conforme destacado no primeiro capítulo desta dissertação, na parte histórica percebemos esse cenário, em que se foi percebendo de forma paulatina o pluralismo, diversidade cultural e religiosa na sociedade e que jamais o ensino envolto a este conhecimento deve conectar-se a um grupo religioso ou algumas religiões, mas ao fenômeno em si, pois isso reflete o ER como parte no campo científico.

Vale pontuar que incorporar esse ensino na Base Nacional Comum Curricular em nada resulta na exclusão de ensino doutrinário, de dominação, que reproduz uma realidade cultural, sem o olhar altero, sem essa percepção da diversidade existente. Outro ponto que implica grande desafio é justamente a ausência de material didático, os professores familiarizados com essa nova proposta curricular ainda em quantidade muito pequena torna este processo lento. Porém, na construção deste conhecimento, esses desafios vão sendo superados através dos cursos, e entidades, a exemplo do FONAPER, que por duas décadas vem lutando para estruturação e formação tanto dos docentes, como discentes para um “currículo novo”, em que os paradigmas do tradicionalismo educacional são quebrados e novas propostas metodológicas e pedagógicas são vivenciadas (SILVA, 2019).

Em razão do avanço educacional e da legislação, percebemos uma mudança da função e finalidade do ER, embora ainda estejamos avançando quanto à inserção metodológica deste ensino, pois em muitos lugares ainda se percebe o modelo confessional sendo praticado. Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, se tem a expectativa de expandir um novo modelo que respeite a diversidade religiosa existente e estimule para o

cuidado com o ser humano, servindo como base para emergir de uma sociedade mais igualitária e justa.

A construção do ER como uma nova perspectiva no currículo educacional tem como marco histórico a alteração do Art. 33 da LDB n. 9.394/96, pela lei n. 9.475/97, estabelecendo que sua responsabilidade é assegurar o respeito à diversidade religiosa, sendo vedada qualquer forma de proselitismo. Vale salientar que, assim compreendido, o ER não afronta o caráter laico do Estado ou da escola. Ao contrário, contribui para o exercício da democracia ao educar para o diálogo e a convivência com a diversidade de crenças e convicções existentes na sociedade.

No momento, verifica-se uma tendência generalizada de menosprezar a importância geral da espiritualidade para o saudável convívio de todos para com todos. Ou seja, com muita frequência, busca-se relevar os pontos de convergência que podem ser estabelecidos entre a fé e a espiritualidade com o viver social de melhor qualidade. Apesar disso, não tem como relevar as contribuições ético-espirituais (sentido de vida) para a constituição pessoal e para as relações intersubjetivas.

Acontecendo isso, as pessoas poderão construir novas abordagens de vivência coletiva que sejam consonantes com a aceitação, o respeito e a tolerância. Abordagens que possibilitem o maximizar da qualidade de vida de todos, incitando a emergência de um clima de convivência capaz de impedir os malefícios comuns ao atrito social, por exemplo (SILVA, 2018; CUNHA, 2016). Esta relação é base para que muitas outras mudanças possam se efetivar em prol de uma sociedade inclusiva. Por isto que a BNCC, ao apresentar um currículo para o ER de perspectiva não confessional, abre caminho para valorização e cuidado espiritual das presentes e futuras gerações.

Antes de prosseguirmos, um adendo para uma compreensão do que é a BNCC e o ensino religioso inserido nela. A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo para o sistema educacional que serve de referência para as instituições de ensino, seja de cunho privado ou público; será um guia de orientação para a formação do conteúdo curricular, bem como, suas respectivas propostas pedagógicas. Pela incompreensão do ER este ficou de certa forma marginalizada, no entanto, com muitas lutas, conseguiu sua inserção no bojo de todas as disciplinas que tem como objetivo discernir as necessidades dos discentes, tornando-se, com isso, uma área do conhecimento.

Assim como toda disciplina tem suas habilidades, sua competência e seus objetivos, o ensino religioso visa com este conhecimento a formação de indivíduos para uma sociedade melhor.

5.10 ENSINO RELIGIOSO NÃO CONFSSIONAL

Pela perspectiva da BNCC, o ER tem como objeto de estudos os “conhecimentos religiosos”, dentre os quais faz parte o tema da espiritualidade. Isto significa que, na escola atual, o ER seja o único espaço e lugar para que esse tema seja reconhecido como uma das dimensões constitutivas do ser humano.

Neste sentido, deve-se entender o ER como um instrumento social de libertação que deve ser usado ao máximo em prol do bem coletivo. Se bem usada todas as suas ferramentas, a tendência é que contribua para o emergir de uma sociedade melhor para todos.

Como se sabe, a educação é uma das conquistas sociais mais importantes da humanidade. Perante todas as suas realizações, inúmeras coisas são possíveis nos dias de hoje. Entre as suas mais relevantes contribuições se destaca o constituir de um ambiente social melhor para todos. Na prática, o esclarecimento possível pelo expandir sistemático de todas as contribuições sociais da educação favorece ao emergir de um ambiente melhor. Isso, certamente, não responsabiliza apenas o campo da educação a trabalhar em prol da superação de todas as dificuldades sociais que nos afligem na atualidade. (FRANCO; MUNFORD, 2019; ZAMBON, 2018). Mesmo assim, é inegável que a educação é uma ferramenta social indispensável nos dias de hoje.

Mediante as suas realizações, muitas coisas são possíveis, dentre as quais todas aquelas que são essenciais à própria sobrevivência humana. Algo assim se sucede em todas as ocasiões e contextos, destacando-se, por exemplo, as mais úteis ao constituir da paz social pelo propalar da equidade e da justiça para todos. A depender da maneira que o ER é realizado, muitas coisas poderão ser possíveis com maior ou menor celeridade e precisão, incluindo-se, especificamente, o exercício da liberdade religiosa no contexto de um Estado Democrático de Direito.

Nesta perspectiva, urge fomentá-lo para que contribua para o emergir de um ambiente melhor para todos, apaziguando-se todos os prováveis atritos que tendem a impedir a manutenção de um ambiente digno e ordeiro (FRANÇA, 2019). Nesta perspectiva, é preciso que o ER seja encarado de forma assertiva para que se transforme em uma ferramenta social de aprendizagem de valores e princípios que poderão contribuir para o bem-estar geral de todos (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2020; SANTOS, 2019).

Para que assim aconteça, necessita-se que inúmeras ações e atividades sejam paulatinamente consumadas de acordo com a BNCC, para que se desenvolva as habilidades e competências ali previstas. Assim, o processo de aprendizagem irá de forma gradativa consolidar o amadurecimento das habilidades cognitivas e sócioemocionais de qualquer pessoa.

Evidentemente, não é algo tão simples, porquanto são inúmeros desafios diários para que o processo de aprendizado se materialize com qualidade (SILVA, 2018).

Na prática, o processo de aprendizagem enfrenta inúmeros desafios. Não é à toa que inúmeros manuais de pedagogia se concentram em apontar os melhores meios para que o processo de aprendizagem se efetive conforme se espera. Em todas as ocasiões, aliás, assim se cogita, observando-se princípios, valores e técnicas que poderão qualificá-la (CUNHA, 2016).

Somente por uma perspectiva sistêmica, o processo de aprendizagem irá contribuir para que pessoas amadureçam as suas habilidades bem como a capacidade de realização individual e de convivência social (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017). Quando uma sociedade valoriza adequadamente a educação pelo reforço apropriado do processo de aprendizagem, a tendência é que tudo aconteça de forma mais justa e equitativa, implicando que um ambiente melhor para todos seja construído.

Mesmo que seja à sua maneira, todas estas questões estão em pauta no âmbito do ER. (TONEGUTTI, 2018). O desafio, portanto, é saber aproveitar a excelente conquista (constar na BNCC) para que a questão da espiritualidade seja pelo menos debatida no espaço escolar.

Certamente, o qualificar do processo de ensino-aprendizagem depende muito da maneira que o professor e os alunos interagem em sala de aula. Quando as interações são confusas e tensas, o aprendizado ficará sempre aquém do esperado, enquanto será bem melhor em situações opostas. Isso, por sinal, se observa com ações didático-pedagógicas possíveis para qualquer disciplina. Ante a capacidade que cada um poderá manifestar em uma típica relação multidimensional, cogita-se que professores e estudantes possam exercer funções distintas, mas totalmente complementares para que a educação bem se efetive (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2020; ZAMBON, 2018).

Em todas as ocasiões, o processo de aprendizagem só existirá pela participação efetiva do professor e dos alunos. Ou seja, é indispensável que exista uma relação alteritária entre ambos para que se socialize melhor os conhecimentos, e se desenvolvam as habilidades e competências determinadas como imprescindíveis pela BNCC.

Assim também se sucede no âmbito do ER, porquanto a qualidade geral das interações que são estabelecidas em sala de aula poderá contribuir para que os atos didático-pedagógicos se efetivem com qualidade. Óbvio que o ER tem particularidades próprias, bem como questões que lhe são pertinentes, as quais hoje contam com meios de ensino apropriado.

De qualquer modo, espera-se que os professores de ER sejam capazes de lidar com essa disciplina de forma assertiva, valorizando, sobretudo, as questões da alteridade, diversidade e do cuidado religioso. Mesmo que estes assuntos estejam na pauta da BNCC, ainda não contam

com materiais de qualidade para que sejam trabalhados em sala de aula (SANTOS, 2019). A ausência de materiais, apesar da determinação curricular que lhe circunda, e de professores devidamente habilitados, são dois dos maiores obstáculos para que o ER seja inserido nas escolas da educação básica com maior qualidade, explorando de forma significativa os temas supracitados.

De qualquer modo, a tendência é que o processo de ensino-aprendizagem pela relação professor-aluno se consume melhor quando as relações interpessoais entre essas duas partes se sucedam de maneira harmônica. Hoje, as melhores escolas estão conscientes de tudo isso, sobretudo devido às conquistas atuais que a pedagogia evidencia como imprescindíveis ao processo ensino-aprendizagem. Talvez esse seja o melhor caminho a seguir para que os desafios didático-pedagógicos, que no momento são observados na prática do ER, sejam pelo menos tratados de forma apropriada em sala de aula.

Várias conquistas feitas nos últimos anos já indicam que a interação dos professores com os alunos é de suma importância para que o processo de aprendizado se realize com qualidade, possibilitando que o ensino de qualquer competência se efetive com qualidade e eficácia, num só tempo. Isto significa que os professores precisam se qualificar, o que não é tão simples se suceder, sobretudo considerando os principais entraves sociais e econômicos que poderão atrapalhar a adequada qualificação da prática educativa (FRANCO; MUNFORD, 2019).

De qualquer jeito, é preciso que as escolas sejam premiadas com professores que sejam conscientes da importância da interação com os alunos para que o processo de ensino seja valorizado. Consciente de todos estes desafios, espera-se que as escolas possam trabalhar no sentido de melhorar todas as conquistas sociais que se espera de uma prática educativa de melhor qualidade.

5.2 O ER NÃO CONFSSIONAL PARA CUIDADO ESPIRITUAL

O ER como um ramo de conhecimento passa a se constituir de forma mais efetiva a partir da BNCC. Assim sendo, possui características próprias, como vemos em outras áreas da ciência. Enxergamos na BNCC aspirações que convergem para um ensino pautado na tolerância e no respeito, em razão dos seus fundamentos, quais sejam: direitos humanos, alteridade, diálogo e reconhecimento da diversidade. Esse tópico tem como objetivo apresentar o conteúdo do ER na BNCC, separando-o em grupos temáticos.

A sociedade e todo ser humano se constitui de relações definidas, estas, em constante mobilidade de interação e reprodução cultural. Nessa ação, o ser humano possui sua realidade objetiva e subjetiva, que se entende por imanência e transcendência, ou seja, uma retrata as ações de cunho concreto, biológico, enquanto a outra, de natureza simbólica. Estas dimensões permitem a relação interpessoal, e também a compreensão do ser igual e diferente em sociedade.

Construímos a partir da BNCC um quadro no qual utilizamos as mesmas informações temáticas previstas ao ER, porém sem a divisão por série. Aqui faremos uma síntese do conteúdo trazendo como eixos que definem os temas e objetos a serem estudados no ER pelos alunos da educação básica. Vejamos os temas que se conectam com cuidado e espiritualidade, seja de forma direta ou indireta:

Quadro 1. Unidades temáticas e conhecimentos específicos do ER

Unidade Temática 1 Identidades e Alteridades	O Eu, o Outro, o Nós; Imanência e Transcendência; A família e o Ambiente de convivência; Memórias e Símbolos; Símbolos Religiosos; Espaços e Territórios Religiosos.
Unidade Temática 2 Manifestações Religiosas; Crenças Religiosas e Filosofias de Vida.	Sentimentos, Lembranças e Memórias; Alimentos Sagrados; Indumentárias Religiosas; Lideranças Religiosas; Ritos Religiosos; Representações Religiosas na Arte; Ideias de Divindades; Míticas e Espiritualidades
Unidade Temática 3 Crenças Religiosas e Filosofias de Vida	Narrativas Religiosas; Mitos; Ancestralidade e Tradição Oral; Tradição Escrita; Ensinaamentos da Tradição Escrita; Símbolos, Mitos e Ritos Religiosos; Princípios Éticos e Valores Religiosos; Liderança e Direitos Humanos; Crenças, Convicções e Atitudes; Doutrinas Religiosas; Crenças e Filosofias de Vida; Tradições Religiosas, Mídias e Tecnologias; Imanência e Transcendência; Vida e Morte; Princípios e Valores Éticos.

Fonte: Elaboração do Autor a partir de Brasil (2018)

Conquanto não pareça, o fim natural do processo de assimilação da fé e da religiosidade, pelo expressar prático de qualquer religião em particular, é o constituir de um ambiente social melhor para todos pelo fomento qualitativo do respeito e da tolerância pelos diferentes (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018; CÂNDIDO; GENTILINI, 2017). Esta premissa, aliás, se sintetiza pela prática deliberada da alteridade, o que já se encontra, por sinal, expresso na BNCC, em que destacamos no quadro anterior.

Pelo expressar humano e tolerante da fé e da religiosidade, os processos sociais poderão possibilitar aos mais jovens a maturidade necessária para manifestar conhecimento mínimo em habilidades essenciais ao viver. Por isso tudo é tão importante a qualidade geral das interações psicossociais no processo de expressão da fé e da espiritualidade no ambiente familiar, social e educacional. Afinal, qualquer conteúdo ético pode ser ensinado com maior facilidade, aproveitando-se da consistência geral das interações que são estabelecidas no espaço, destacando-se pela dimensão da tolerância (FRANCO; MUNFORD, 2019; MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018).

Por isso que a BNCC se preocupa tanto com a questão da alteridade nos atos didático-pedagógicos do ER. Deve-se, portanto, fomentar uma visão religiosa dinâmica e interdependente, concentrando-se sobre aquilo que irá contribuir para o viver íntegro de todos. Estas questões a BNCC já valoriza à sua maneira, quando se concentra sobre o fomento da alteridade.

O desafio é construir, consolidar e manter a base de uma nova mentalidade de fé ou religiosidade, fundamentada em uma metodologia de convivência social que valorize a consistência qualitativa das interações pessoais estabelecidas no ambiente como um todo. Como a BNCC se concentra em fomentar uma perspectiva de religiosidade calcada no experimento da alteridade, ela contribui bastante para que todos estes assuntos sejam pelo menos avaliados com bom senso no espaço escolar (CARVALHO, 2020).

Tal ato servirá, também, para o emergir de uma nova mentalidade de fé ou religiosidade que será definitivamente estabelecida no momento em que houver a convivência religiosa. Se as agruras inerentes às disputas religiosas não são equacionadas no ambiente escolar, será bastante complicado criar, manter e ampliar um ambiente familiar positivo (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Ou seja, a BNCC, no campo do ER deverá se aproveitar do fomento da alteridade para que sejam atenuados ao máximo os inevitáveis conflitos que poderão se suceder no decorrer do processo de aceitação de uma determinada visão espiritual. O ER fundamenta-se nisto, em respeitar as peculiaridades existentes no outro.

O desafio de criar uma nova mentalidade social calcada na unidade “religiosa” mediante o valorizar de princípios humanos deverá facilitar a emergência de uma nova abordagem de convivência social. A criação de um ambiente geral pacífico e tolerante, contudo, deve saber explorar a relevância das interações psicossociais, sem abrir mão de valores e princípios universalmente aceitos (FRANCO; MUNFORD, 2019). Por isto que a BNCC-ER se preocupa tanto com o fomento da alteridade no decorrer das ações didático-pedagógicas que são executadas na educação básica.

Em âmbito religioso, conviver pressupõe apaziguar divergências, valorizando o uso da tolerância e de tudo que lhe diz respeito, inclusive na dimensão da fé ou da espiritualidade. A priori, quem convive em paz e tolera o diferente, também é habilitado em valorizar o uso de todos os princípios e valores que poderão reforçar um ambiente geral melhor para todos (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Isso, todavia, tende a sofrer interferências das mais variadas naturezas, entre as quais se destacam a qualidade geral das interações psicossociais. Mais uma vez, a BNCC se destaca de forma positiva, visto que os seus preceitos se destinam ao fomento deliberado da alteridade na expressão de todos os conteúdos que se destinam ao ER, ou ainda, da espiritualidade, por ser algo mais amplo.

O ato de conviver e de aceitar o diferente é uma operação complexa, pois não é simples de se aceitar, por exemplo, a validade de demandas religiosas que aparentemente são divergentes. Entre estas interferências destaca-se a qualidade das interações pessoais que são automaticamente estabelecidas entre os pais e os seus filhos em todas as ocasiões.

De regra, quanto mais saudável o ambiente familiar, melhores também serão todas as interações sociais que lá se estabelecem. Por conta disso, sobretudo diante de um clima saudável, a possibilidade de melhor desempenho na vida amplifica-se de maneira considerável (TONEGUTTI, 2018; MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Com isto, a possibilidade do processo de aceitação e de tolerância religiosa se manifestar com melhor qualidade consolida-se com maior facilidade, fundamentando-se, em seguida, em um ambiente social humanizador, como a BNCC já pré-determina para a prática da educação básica como um todo.

Aliás, um ambiente social saudável para a prática da fé e da religiosidade é aquele que possibilita o manifestar tolerante de todas as religiões, aproveitando-se do uso de princípios e valores dignos. Nesse tipo de ambiente, as interações pessoais permitem que os pais ensinem a base da aceitação e da tolerância religiosa da melhor maneira em todas as ocasiões. Agindo assim, amplifica-se a assimilação prática de todo e qualquer conteúdo religioso favorável ao saudável convívio de todos para com todos, de tal modo que atritos graves sejam evitados ou

pelo menos as suas incoerências são bem entendidas e equacionadas (BRANDENBURG; FERREIRA, 2019).

O grande desafio aqui, como se nota, é construir um ambiente social que amplifique possibilidades de convivência de maneira consistente. Não é tão fácil agir neste sentido porque manifestar a própria religiosidade, como qualquer outra coisa, é um ato que envolve a satisfação mais ou menos variável de inúmeras expectativas de natureza subjetiva.

Assim se sucedendo, uma visão de fé ou de religiosidade mal expressa, por exemplo, dificilmente contribuirá para que as questões sociais sejam bem resolvidas, porquanto viver a própria religião não é tão somente manifestar a própria fé desconsiderando todas as questões éticas e morais que lhe dizem respeito (FRANCO; MUNFORD, 2019).

Viver em paz na família e na sociedade é saber, portanto, colocar em prática todas as ferramentas éticas de tal maneira que as possibilidades sejam amplificadas com consistência. Todas estas conquistas são possíveis pelo fomento da alteridade no ambiente escolar, como já pré-determina a BNCC.

A construção de um ambiente social humanizador é uma atividade que exige planejamento constante de habilidades inovadoras necessárias ao ato de conviver com respeito e tolerância. Aliás, viver a própria religião desvalorizando a necessidade de interagir com humanismo é explorar de modo insuficiente todas as possibilidades de convívio social que são intrínsecas a qualquer religião (BRANDENBURG; FERREIRA, 2019). Questões difíceis de se resolver, mas plenamente plausíveis hoje, tomando como base o uso da alteridade pela perspectiva do currículo do ER constante na BNCC.

Antes de prosseguirmos com a respectiva metodologia, fazendo uma análise a partir do documento da BNCC no que diz respeito ao Ensino Religioso, interligando-o ao cuidado espiritual, faremos um adendo a este método, suscitando a compreensão existente nesta metodologia. Entendemos que uma descrição minuciosa, com rigoroso cuidado é fundamental para construção de uma pesquisa qualitativa, uma vez que se torna preciso a captação das informações e sua respectiva compreensão.

Esta trata-se a partir das informações absorvidas pela pesquisa, via documentos, artigos, textos, fazemos um exame de forma descritiva de todos os elementos obtidos. São realizados procedimentos que investigam a comunicação feita, objetivando uma interpretação de um assunto.

Sendo assim, esse método nos ajuda na construção de uma resposta para a problematização do texto, para o objeto a ser investigado. Nesse cenário, apresentamos o Ensino

Religioso com seus respectivos temas, especificados na BNCC, e discorreremos sobre eles, conectando-os com a conceituação de cuidado e espiritualidade, trazendo assim, uma compreensão ampla sobre a vivência do ER hoje para uma abordagem geral, ampla e integral. Em síntese, podemos afirmar sobre este método que:

A Análise de Conteúdo é precedida de um bom plano de pesquisa, que precisa integrar os procedimentos de escolha da amostragem, as categorias de conteúdo e, por fim, as unidades de registro que serão enquadradas nas categorias, bem como nas inferências que serão extraídas dos dados (FRANCO, 2005 apud CECETTI, 2016, p. 71).

Quando nos deparamos com este método, compreendemos que é aplicável inicialmente o procedimento pré-analítico que serve justamente para formação da pesquisa, como bem retrata Birdan em seu livro, suscitando este seria a junção dos documentos para serem submetidos ao método em questão (BIRDAN, 1996). Dito isto, prosseguiremos para a constatação a partir dessa metodologia, a estruturação hermenêutica do cuidado e da espiritualidade existente na BNCC no que concerne ao ER.

5.4 O ER E SUAS CONTRIÇÕES PARA O CUIDADO ESPIRITUAL; UMA ANÁLISE A PARTIR DA BNCC

Pela perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a “educação religiosa”, sobretudo mediante o valorizar da religiosidade, do cuidado com a fé e com a alteridade, é imprescindível a prática educativa de qualidade (TONEGUTTI, 2018). Isto significa que a relevância da educação religiosa é aceita, dando espaço para que este tema seja pelo menos reconhecido como uma das premissas mais importantes da grade curricular da educação básica, a qual se manifesta nos Ensinos Fundamental e Médio.

Agora, como se deve entender atualmente a educação religiosa? No momento, é factível que se entenda a educação como um instrumento social de libertação que deve ser usado ao máximo em prol do bem coletivo. Se bem usada todas as suas ferramentas, a tendência é que contribua para o emergir de uma sociedade melhor. Algo do tipo também implica, evidentemente, em um grande desafio para todos (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Conquanto não seja tão simples de se alcançar algo do tipo, é imprescindível que a educação só seja oferecida com qualidade ou pelo menos disto se aproximar de modo frequente.

Como se sabe, a educação é uma das conquistas sociais mais importantes da humanidade. Perante todas as suas realizações, inúmeras coisas são possíveis nos dias de hoje. Entre as suas mais relevantes contribuições se destaca o constituir de um ambiente social melhor.

Na prática, o esclarecimento possível pelo expandir sistemático de todas as contribuições sociais da educação favorece ao emergir de um ambiente mais igualitário. Isto, certamente, não significa que todas as dificuldades sociais irão desaparecer de uma hora para outra pelo valorizar da educação pela perspectiva da “religiosidade” (FRANCO; MUNFORD, 2019; ZAMBON, 2018). Mesmo assim, é inegável que o seu uso é uma ferramenta social indispensável nos dias de hoje.

Mediante as suas realizações, muitas coisas são possíveis, entre as quais todas aquelas que são essenciais à própria sobrevivência humana. Algo assim se sucede em todas as ocasiões e contextos, destacando-se, por exemplo, as mais úteis ao constituir da paz social pelo propalar da equidade e da justiça para todos. A depender da maneira que a educação religiosa é realizada, muitas coisas poderão ser possíveis com maior ou menor celeridade e precisão, incluindo-se todos os elementos apropriados ao constituir do Estado Democrático de Direito. Nesta perspectiva, urge fomentá-la para que contribua para o emergir de um ambiente saudável, apaziguando-se todos os prováveis atritos que tendem a impedir a manutenção de um ambiente digno e ordeiro (FRANÇA, 2019).

Para tanto, urge valorizá-la, eliminando-se, mesmo que seja na medida do possível, qualquer tendência que possa implicar em danos sérios ao bem geral de todos. Se isto não acontecer, os entraves estruturais da educação poderão até levá-la, ou seja, a sociedade como um todo, a uma provável ruína ou destruição.

Considerando tudo isso, constata-se que a educação realmente é essencial ao bem-estar geral da sociedade, inclusive pela perspectiva religiosa. Nesta perspectiva, é preciso que ela também seja encarada de forma assertiva para que se transforme em uma ferramenta social útil mediante o reforço de todos os valores e princípios que poderão contribuir para o bem-estar geral de todos (BAPTISTA; OLIVEIRA, 2020; SANTOS, 2019).

Espera-se, portanto, que algo do tipo seja pelo menos possível pelo constituir de um sistema educacional adequado aos anseios da população. Dele se derivará tanto a prática da justiça como também da cidadania e da inclusão social ampla e irrestrita.

Sendo assim, a Base Nacional Comum Curricular possibilitou a constituição de uma área no conhecimento acadêmico que deveria fazer parte da sociedade, conseqüentemente, seus objetivos refletem uma construção de cada discente, fomentando neles, dentre os vários aspectos que já destacamos, podemos acrescentar à lista a concepção de paz (FERREIRA, 2019).

A influência deste documento foi significativa e de forma sistemática, fundamentou e trouxe ajustes na educação do nosso país, com isto, houve uma normatização nacional no respectivo conteúdo, pelo que resultou em uma crescente uniformização, portanto, tem “caráter

normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (FERREIRA, 2019. p. 509).

Como depreenderemos desse documento o cenário do cuidado e da espiritualidade, e quais aspectos esta realidade se consubstancia? É fato que os termos, como já retratado em texto, podem ser considerados, em uma concepção possível, intercambiáveis. Termos estes que estão conexos pela perspectiva essencial, pois intrínseco a todo ser humano, o cenário de espiritualidade configura-se como aquele ser em busca de sentido, de respostas, que muitas vezes atormentam a humanidade.

Reforçando que todo o discernimento construído em nada se associa a uma entidade religiosa específica, como outrora, na qual tudo estava imbricado com definições pertinentes ao grupo hegemônico, implicando conceituações segundo o padrão estipulado por estes grupos, no entanto, a Espiritualidade não se resume a uma realidade transcendental, estritamente falando, mas a uma esfera de sentido (CRUZ, 2019). Por isso, podemos dizer que espiritualidade é do humano, nas palavras de Teixeira “espiritualidade não é algo que ocorre para além da esfera do humano, mas algo que toca em profundidade a sua vida e experiência” (TEIXEIRA, 2008, p. 15).

Apropriando-se da metodologia analítica, discorreremos sobre os temas, descrevendo o conteúdo na BNCC quanto ao ensino religioso de caráter “espiritual”. Nós fizemos uma estrutura do conteúdo do ER no documento em três quadros, inserindo os temas, os quais, passaremos a mencionar interligando-os a este cenário de espiritualidade e cuidado.

5.4.1 Unidade Temática I

Os temas presentes nesta unidade são: o Eu, o Outro, o Nós; Imanência e Transcendência; A família e o Ambiente de convivência; Memórias e Símbolos; Símbolos Religiosos; Espaços e Territórios Religiosos. Que descreve justamente as questões de identidade e alteridade.

O Eu, o Outro, o Nós: todos os indivíduos são dotados de uma identidade singular, ninguém “assemelha-se” ao outro, pois a realidade genética é peculiar e única em cada ser. Partindo desta compreensão, é fato que o conhecimento de si possibilitará um amadurecimento, não só isto, mas resultará no olhar altero, reconhecendo as identidades existentes no mundo. É, portanto, reconhecer as distinções nas relações interpessoais, sociais e antropológicas, fazendo uma identificação nas identidades e distinções. É óbvio que toda conceituação já posta neste

trabalho, especificamente sobre cuidado e espiritualidade, está relacionada com os temas supracitados.

Imanência e Transcendência: a construção educativa provoca em cada um o despertar pelo conhecimento, este é envolto em procedimentos de uma edificação. A concepção derivada da imanência é justamente este processo evolutivo, em que se trata o homem na sua esfera natural, física, humana.

Já a transcendência interliga-se ao plano metafísico, para além do humano, que se expressa em um propósito mais elevado. Vale pontuar que esta questão envolvendo esses termos pode parecer até simples dentro desses significados aqui colocados, mas dentro de uma realidade teológica ou até mesmo dentro da filosofia, esses temas são bem complexos. Para o contexto educacional são termos importantes, pois a imanência é o ser em construção contínua no mundo, enquanto a transcendência é um olhar para este ser de forma integral, aquele que deve sair do tradicionalismo, vivendo assim a plenitude de processo.

A Família e Ambiente de Convivência: no momento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina que a aproximação entre a escola e a família é essencial para que o ensino de todos os saberes se realize com maior eficácia (SANTOS, 2019; FRANÇA, 2019). Aliás, maior relevância se constata nesta premissa no âmbito dos conteúdos religiosos que serão trabalhados no decorrer da educação básica, ou seja, dos ensinamentos Fundamental e Médio.

A família é o núcleo basilar de qualquer atividade humana, incluindo-se todas as questões sociais. Como qualquer outro grupo, toda e qualquer família possui as suas próprias regras que vão determinar a maneira que o seu funcionamento se processa. Estas regras irão determinar de que forma o núcleo familiar irá contribuir para que as questões da fé e do bemestar geral da sociedade sejam encaradas de maneira assertiva.

Por isso que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vaticina que ela, ou que pelo menos os seus valores, devem ser inseridos nas práticas didático-pedagógicas (ZAMBON, 2018; TONEGUTTI, 2018). Isto, evidentemente, irá se suceder na medida do possível, mas será suficiente para que os conteúdos sejam mais bem contextualizados na realidade diária dos alunos, inclusive na dimensão da religiosidade.

Na prática, esta consignação tem como meta o constituir de um padrão comum, ou seja, a efetivação de uma base comportamental desejada aos fins prévios do grupo. O padrão comum tem como intuito prévio possibilitar o experimento da missão, isto é, dos fins que o grupo deseja ou precisa realizar. No caso do núcleo familiar, a sua missão básica é a constituição de laços afetivos. Será mediante eles que a questão da fé irá se desenvolver em qualquer sociedade adiante.

Desde os seus primórdios, a primeira ligação com o sobrenatural e a fé (e, portanto, com a própria religião e a religiosidade-cuidado e espiritualidade) que qualquer pessoa estabelece em vida é através dos seus vínculos familiares. Mediante os costumes e as tradições que são observadas nesta entidade social, as crianças vão paulatinamente assimilando as noções religiosas e a expressão da própria religiosidade em subsequência (CUNHA, 2016; SILVA, 2018). Ou seja, se a intenção é trabalhar o conteúdo religioso em sala de aula, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já estabelece, é impossível que isso se realize com qualidade e eficácia desconsiderando de que maneira a família já aborda essas questões, em que pese esta afirmação, em nada pode-se confundir com proselitismo.

Com certa frequência, o regramento religioso implica no estabelecimento de códigos sociais de conduta mais ou menos explícitos. A existência de regras mais ou menos variáveis é um dos elementos mais importantes para que ações, atos ou atividades se efetivem mediante o padrão comum. Isto acontecendo, a missão grupal irá se efetivar com maior facilidade ou pelo menos este é o intuito que se tem quando são estabelecidas algumas regras no âmbito do núcleo familiar em todas as ocasiões e contextos. Em alguns casos, estas regras são claras e precisas, além de conhecidas de todos os seus membros.

Em outros, todavia, impera uma imprecisão que implica em um desconhecimento generalizado do que realmente pode (ou não) ser feito em uma determinada família. O ideal é que as regras, mesmo que não sejam explícitas, que possam pelo menos transparecer o que deve ser feito, quando e por qual razão assim deve se suceder. Isto não implica que precisam ser escritas ou registradas de uma maneira tradicional (BRANDENBURG; FERREIRA, 2019; CÂNDIDO; GENTILINI, 2017). Na realidade, apenas solicitam que sejam exibidas, propaladas e mantidas de tal jeito que sejam de imediato reconhecidas no grupo familiar. Tudo isto também se observa no decorrer do fortalecimento dos vínculos sociais, inclusive mediante o expressar sistemático da fé, da religião e da religiosidade de maneira mais ou menos sistemática.

Mesmo que nada disso esteja adequadamente expresso, o funcionamento familiar será sempre afetado pelas regras que lhe são impostas em “nome” da missão doméstica de todos, incluindo-se até a visão interna de fé, religião e religiosidade. Esse afetar poderá variar tanto na intensidade final de suas consequências como também no tempo geral que lhe deprecia nas entrelinhas para que tudo ocorra conforme desejado ou preciso. Com muita frequência, as regras familiares geram conflitos abertos, além de uma quantidade mais ou menos variável de pequenos atritos, os quais dificultam bastante não apenas o funcionamento “normal” do núcleo familiar, mas o emergir real de sua própria missão.

O ideal seria atenuar ao máximo os atritos, impedindo ou pelo menos reduzindo com qualidade os conflitos que permeiam o cotidiano do grupo familiar (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Estes pontos, de maneira geral, podem ser resolvidos pelo expressar da fé e da religiosidade, pela prática construtiva da religião no núcleo familiar. Todas estas questões, se relevadas no ambiente escolar, a tendência é que o ensino de religião e da própria religiosidade como a BNCC pré-determina se realize aquém do desejado. Nesta perspectiva, todos os temas que lhe são pertinentes, ou seja, o cuidado com a fé, com a religião e a religiosidade, bem como a alteridade, não será abordado como se espera no momento.

Apesar do desafio para que algo do tipo se realize, se a meta é realmente agir no sentido de instrumentalizar todas as premissas que a BNCC vaticina para a questão da religião e da religiosidade, é preciso que as escolas se aproximem melhor do núcleo familiar. Este, por sinal, seria o cenário ideal não apenas para que pessoas em processo de educação coabitem o mesmo lar com os seus familiares de forma digna e respeitosa, mas para o pleno e o saudável desenvolvimento de todos, aproveitando-se da expressão inequívoca da alteridade.

A questão, no entanto, é que normalmente o funcionamento familiar irá sofrer uma quantidade mais ou menos variável de alterações as quais visam acolher com maior facilidade as inúmeras concepções de fé e de religiosidade distintas. Isto, inclusive mediante religiões diferentes, por exemplo, (FRANCO; MUNFORD, 2019; MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Para que isto se resolva bem, a escola, pela perspectiva da BNCC, poderá explorar o conteúdo religioso, valorizando as interconexões que são possíveis entre a religiosidade e a alteridade.

Se a religiosidade é tratada na escola desconsiderando os valores familiares, geram-se graves atritos de convivência, os quais precisam ser resolvidos do melhor modo e o mais breve possível (CUNHA, 2016; BRANDENBURG; FERREIRA, 2019). Nesta perspectiva, é importante que o ensino de religião fomente um ambiente adequado ao saudável convívio de todos, aproveitando-se da tolerância social inerente ao expressar da alteridade, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já estabelece.

O comentário neste tópico foi mais extenso em virtude da relevância familiar na construção de cada indivíduo, como sendo a base para a formação de cada ser humano. Fica evidente, até o momento, que os temas na BNCC no que diz respeito ao Ensino Religioso estão intimamente conectados com cuidado e espiritualidade dentro dos conceitos já formados no capítulo anterior.

Memórias e Símbolos; Símbolos Religiosos; Espaços e Territórios Religiosos; estes temas estão imbricados com o sagrado; é o reconhecimento existente em cada ser, respeitando

o contexto objetivo e subjetivo das pessoas e suas respectivas experiências. É compreender a diversidade existente no cenário social, entendendo a peculiaridade existencial em cada um. Em consequência, a valorização a esse contexto irá se tornar uma vivência comum a todos.

5.4.2 Unidade Temática II

Nesta unidade, temos os seguintes temas: Sentimentos, Lembranças e Memórias; Alimentos Sagrados; Indumentárias Religiosas; Lideranças Religiosas; Ritos Religiosos; Representações Religiosas na Arte; Ideias de Divindades; Míticas e Espiritualidades.

O cuidado e espiritualidade não se restringem somente ao contexto do ser humano em si, mas também à preservação da sua história e tudo que traz sentido à sua vida, por isso, esta unidade temática trabalha as questões de manifestações religiosas, de crenças religiosas e filosofias de vida. Assuntos que estão intrínsecos à humanidade.

Nesta unidade, não faremos o comentário topificando os temas, como o foi na unidade anterior, pela razão de haver temas semelhantes, e não havendo a necessidade de repeti-los, mas o faremos transitando na esfera do Mito, rito e sagrado. Assim sendo, compreendendo que o mito é a origem de todas as coisas, iremos iniciar por ele, naturalmente, a posteriori, veremos a relação com cuidado e espiritualidade. O homem em sua essência é religioso, enquanto a ciência antropológica estudo sobre o homem a partir da sua comunicação, interação, o estudo deste ser na “religião” ultrapassa o campo religioso, pois o discernimento é do ser que vive o sagrado.

O mito na sua construção epistemológica não é tão simples de se conceituar, no entanto, como o foco do texto é outro, retrataremos alguns conceitos objetivos ao termo em questão, apenas com intuito de estabelecer um pano de fundo para a conexão entre os temas e o cuidado e espiritualidade existentes na BNCC. Vale pontuar que o entendimento aqui apresentado interliga-se ao contexto deste tópico, ou seja, ao “homem religioso”. Mito, portanto, não é o que define o senso comum, pois a sociedade tende a construir significados distintos de uma compreensão científica/acadêmica do tema, excluindo sua relevância à marginalização conceitual, pelo que dizem; tratar-se de algo que não tem fundamento, fruto da mente humana.

Apesar de alguns mitos serem passíveis dessa aplicação conceitual, não podemos generalizar. Portanto, o que imaginamos que traz uma definição mais abrangente é entender que o mito é uma história que foi contada; que em virtude de algumas peculiaridades não podem ser submetidas à comprovação empírica, mas em nada tira o mérito da história ou o torna inverídico por conta disso.

As origens são narradas através dos mitos. No início de tudo temos narrativas primordiais, que são histórias santas para os povos que as vivenciam; que naturalmente é estabelecida sob uma concepção simbólica (ELIADE, 2019). Em síntese, podemos usar esta definição para esse termo: “graças ao mito, o homem se situa no interior do cosmo, mas o mito se torna para ele um modelo e estabelece um comportamento que determina as ações humanas” (RIES, 2020, p. 21-22).

Quanto ao rito e sagrado, o mesmo se configura como manutenção e preservação do mito. O fato gerador do rito se sustenta justamente pela reincidência dos atos tidos como conexão com o eu, uma abordagem objetiva do próprio ser humano ou o transcendente, uma experiência subjetiva, com aspecto metafísico. Poderíamos trazer a seguinte definição, que o mesmo se entrelaça em uma linguagem de gestos, na qual narram e representam histórias e peripécia religiosa.

O sagrado na construção do ensino educacional se apresenta com duas possibilidades hermenêuticas, a primeira se demonstra pelo viés da religião, em que o ser superior é definido e reverenciado por um grupo. O segundo, uma abordagem mais ampla, que se tem como algo para além do humano, mas que é humano. Agora uma indagação que fica ao retratarmos essa unidade temática, nos temas que se relacionam com cuidado e espiritualidade: qual a relação existente entre eles?

Percebeu-se na primeira unidade o que chamaremos de relação horizontal, em que a vivência desse cuidado e espiritualidade foram demonstradas a partir desta interação e dela derivando o respeito mútuo que devemos conceber uns para com os outros. Enquanto nesta unidade essa relação é vertical, o ser humano se interligando com o Ser superior, suscitando o que já foi abordado no texto, como conceituação de “espiritualidade objetiva”.

5.4.3 Unidade Temática III

Os temas desta unidade se interligam de forma direta e indireta com cuidado e com espiritualidade, ora com “espiritualidade objetiva”, uma definição direta interligando-o ao “sagrado”, ora com espiritualidade subjetiva, um alcance amplo do ser humano, de aspecto integral, o homem sendo visto em todas as suas dimensões e relações. Esta definição se aproxima do que retratamos no capítulo anterior.

Os temas são: Narrativas Religiosas; Mitos; Ancestralidade e Tradição Oral; Tradição Escrita; Ensinos da Tradição Escrita; Símbolos, Mitos e Ritos Religiosos; Princípios

Éticos e Valores Religiosos; Liderança e Direitos Humanos; Crenças, Convicções e Atitudes; Doutrinas Religiosas; Crenças e Filosofias de Vida; Tradições Religiosas, Mídias e Tecnologias; Imanência e Transcendência; Vida e Morte; Princípios e Valores Éticos.

Alguns desses temas já foram comentados, a exemplo do DH(Direitos Humanos), no entanto, o retratamos por um dos princípios que o rege, o princípio da dignidade da pessoa humana. Em virtude disso, exploraremos um outro princípio que é o da igualdade, o qual está totalmente conectado com o cuidado e a espiritualidade. Não dissociamos um princípio do outro, entendemos que a partir da dignidade da pessoa humana os demais são derivados. Considerando esse reconhecimento, que todos são indivíduos dotados de dignidade, sem distinção, discernindo que é inerente à essência humana, sendo assim direitos fundamentais que devem ser preservados.

Ao transitarmos pelos relatos históricos, constatamos que os momentos de barbárie social ocorreram justamente pela ausência de legislação fundamental, na qual não se olhava o ser/outro a partir de si ou até mesmo quando da inobservância à legislação existente que preceitua tal realidade e tutela a vida humana e seus respectivos fundamentos. Igualdade é uma das bases intrínseca ao cuidado e espiritualidade, portanto, essencial discorrermos sobre. Vale salientar, quando falamos de Direito Humanos, que não abarcamos somente estes dois princípios, mas uma série deles que se interligariam ao tema proposto, mas em razão de espaço, iremos abordar somente estes.

Vejamos o que diz a legislação quanto a este princípio: artigo 7º do DDH – Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Dito isto, constata-se que a igualdade é essencial para uma construção do cuidado e da espiritualidade, sem a qual exclui-se o ser humano, pois é inconcebível o mesmo sem esse cenário.

Finalizaremos agora esta unidade temática com assunto de tecnologia e mídia, entendendo que tudo que rege as relações humanas transmitem e configuram-se como aspectos do cuidado e espiritualidade ou, em alguns casos, ausência deles. Sem contar o imbricamento com sistema educacional e especificamente o Ensino Religioso.

No momento, o uso de novas tecnologias na esfera da educação é uma realidade já devidamente consolidada e, aliás, aparentemente irreversível, haja vista todos os benefícios didático-pedagógicos que lhe são possíveis (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). Aliás, assim acontece com todos os saberes, incluindo-se aqueles que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) associa à educação do ensino religioso.

Mesmo que seja um fato já devidamente estabelecido, qual função deve desempenhar as TICs, ou seja, as tecnologias da informação e da comunicação no campo da educação religiosa? Perante as possibilidades didático-pedagógicas que lhe são inerentes, constata-se que as TICs irão desempenhar no campo da educação como um todo um papel de suma importância (FRANCO; MUNFORD, 2019; ZAMBON, 2018). Isto se observa porque poderão facilitar o assimilar de conteúdos e disciplinas, contribuindo para que o processo de ensino-aprendizagem se realize com maior eficácia.

De forma bem simples e direta, conceitua-se como TIC todo e qualquer tecnologia que se vincula à popularização da internet que pode ser aplicada no âmbito da disseminação de informações e dados. Assim se sucederá, sobretudo, mediante o uso da comunicação pela rede mundial de computadores e de todos os meios que dela poderão se derivar, como se sucede, por exemplo, em relação aos softwares e aplicativos que são usados na educação (FRANÇA, 2019; BAPTISTA; OLIVEIRA, 2020). Todos estes meios podem ser usados para que a dimensão da religiosidade humana seja inserida com maior eficácia no espaço escolar, conforme já se cogita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Certamente, as TIC, ou seja, as tecnologias da informação, irão desempenhar um papel bastante relevante para que a educação, como um todo, possa se efetivar com maior precisão e eficácia e adiante. Isto não significa que as TIC's irão resolver, todavia, todos os problemas que a educação irá enfrentar todos os dias em qualquer ambiente escolar. De qualquer maneira irá, pelo menos, contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem se realize com maior dinâmica, favorecendo um ambiente geral de ensino e aprendizagem mais célere, bem como eficaz, que seja uma realidade plausível com maior frequência em todas as escolas (BRANDENBURG; FERREIRA, 2019; CARVALHO, 2020). Tudo isto irá, por sua vez, facilitar bastante a vulgarização de todos os saberes que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já preceitua para o “ensino da religiosidade”.

No momento, as inúmeras inovações tecnológicas que estão em pauta implicam em uma revolução paralela em todas as técnicas que podem se replicar no âmbito da educação. Como tal, as conquistas bem com as mudanças são tantas que qualquer educador que hoje se encontra em sala de aula precisa pelo menos tomar consciência de que forma cada uma destas novas tecnologias poderá se replicar no ambiente escolar. Algo assim irá acontecer, sobretudo, dimensionando-se até que ponto poderão ser úteis ao qualificar do processo de ensinoaprendizagem, implicando em um ambiente de aprendizado melhor para todos. Não é tão simples algo assim, evidentemente. De qualquer maneira, ao professor é preciso que ele se

encontre diariamente atualizado considerando novos meios, bem como ferramentas diversificadas para que a sua atividade de ensino possa se realizar com maior precisão (CUNHA, 2016; CÂNDIDO; GENTILINI, 2017). Agindo assim, ele poderá contribuir para que os alunos assimilem competências e habilidades com maior rapidez e eficácia geral. Hoje, quem não toma consciência pelo menos da amplitude da tecnologia em sala de aula estará totalmente desatualizado no âmbito das atividades de ensino como todos.

Na medida do possível, as escolas superiores, ou seja, as universidades que se dedicam ao campo da educação, já estão conscientes da importância das novas tecnologias da informação para que o processo de ensino-aprendizagem se efetive com melhor qualidade. De qualquer modo, muito mais ainda pode ser feito, sobretudo no decorrer da formação de professores para que tudo aconteça da melhor maneira possível, adiante no âmbito do ensino e competências e habilidades essenciais ao aprendizado de qualquer pessoa (TONEGUTTI, 2018). Tudo possível de replicar com qualidade, aliás, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já predetermina para a questão da religiosidade nos programas curriculares que se replicam nos Ensinos Fundamental e Médio.

Talvez o maior desafio aqui seja incluir, além de informar com maior eficácia para que tudo se suceda melhor na escola no âmbito das novas tecnologias da informação que estão em pauta no momento (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2018). De qualquer maneira, as soluções já existem e basta usá-las para que os resultados desejados sejam alcançados no âmbito do ensino de religião pela perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como constatamos, todos os temas aqui trabalhados a partir do documento da BNCC no que diz respeito ao Ensino Religioso, vincula-se ao cuidado e a espiritualidade, seja de forma direta ou indireta, e estão conexos pelos conceitos epistemológicos trabalhados, em que a integralidade conceitual é evidente, descrevendo o ser plural, diverso e complexo em suas respectivas relações sociais, derivando a cultura de respeito, tolerante e de paz.

Outro argumento, dentre todos já utilizados no texto, que interliga uma relação existente entre ensino religioso e BNCC com cuidado e espiritualidade, é a concepção conceitual dos termos, desmitificando premissas erradas. Os termos não são propriedade exclusiva de uma instituição religiosa, muito menos as definições derivadas deles. O avanço científico possibilitou uma compreensão mais ampla, abarcando cada ser humano na sua complexidade e demonstrando, neste caso, o imbricamento com o conteúdo desta disciplina.

Foi nítido ao longo do texto que a construção do ER se confunde com a inicialização da história do país, derivado de todo cenário em que a Igreja (católica apostólica romana) esteve presente, como fundamento estrutural da nação, gerando um período que possibilitou um

contexto favorável para a catequese e expansão da fé. Nesse tempo(colonial), houve então uma “contracultura”, fundamentando-se na concepção eurocêntrica. Durante muitos séculos, foi vivenciado no sistema educacional o ER que esteve conectado com essa estrutura inicial, mas que estão sendo alterados pelos anseios de uma sociedade plural. Não só isso, mas uma solidez jurídica, em que o ER vai se estruturando nas escolas, seja pela CF, LDB, resoluções, decretos, entre outros (FREITAS, 2018).

Portanto, o ensino religioso foi avançando e galgando espaços, até a sua inserção na BNCC, passando a partir deste inserir, exigir “uma série de ajustes para que a interculturalidade e a ética da alteridade que constituam fundamentos teóricos e pedagógicos do ER possam fluir nos currículos escolares do ensino fundamental parte da educação básica”(FREITAS, 2018, p. 183).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se estudar o cuidado e a espiritualidade na perspectiva do ensino religioso e a BNCC a partir da conceituação do professor Leonardo Boff. Isto foi sendo feito considerando-se como foi possível viabilizar uma aproximação entre os conceitos de cuidado e espiritualidade tomando como base a visão do professor Leonardo Boff e as premissas que estão expressas no Ensino Religioso na BNCC.

Em todas as ocasiões, a vida é e sempre será o bem mais importante para qualquer pessoa. Perante a sua relevância absoluta e totalmente axiomática, é impossível que não sejam pré-determinadas premissas que se destinem a salvaguardá-la em todos os contextos. Não é à toa, portanto, a tentativa constante de defendê-la que se vislumbra em todos os ordenamentos normativos que se materializam em todas as sociedades em todas as épocas. Esta defesa, com muita frequência, costuma se efetivar de maneira exemplar, pois não há outro meio de impedir qualquer afronta contra a vida.

No geral, todas as sociedades aceitam isto como válido e até como algo por completo imprescindível para a manutenção da paz e da concórdia. Assim se efetiva porque a vida é um bem inalienável e intransferível, de igual maneira. Será na consciência destas questões iniciais que o cuidado e a espiritualidade, na perspectiva do ensino religioso, se inserem nas escolas, inclusive considerando as premissas da BNCC.

Assim sendo, foi possível preciso, antes de tudo, dimensionar até que ponto a questão do cuidado e a da espiritualidade na perspectiva do ensino religioso e da BNCC poderão se registrar. Certamente não é uma tarefa tão simples seguir neste caminho, pois eles tendem a apresentar uma grande quantidade de desafios, incluindo-se tanto as controvérsias morais que lhe circundam como também as limitações normativas que estão a impedi-lo, apesar da pertinência deles, de acordo com inúmeros estudos em pauta na área.

De qualquer maneira, é importante pelo menos compreender por qual razão este tipo de postura no espaço escolar, como, aliás, qualquer outro, alimenta tantas e tão variadas controvérsias. Entre estas controvérsias se destacam tanto as questões de natureza moral, que lhe travam, como também as determinações legais, que lhe impedem em nossa sociedade em sua totalidade. De qualquer jeito, não há como relevar as contribuições do cuidado e da espiritualidade, o que tende a valorizar o uso destas duas entidades em um documento como a BNCC. Isso pode acontecer orientando-se por aquilo que o professor Leonardo Boff afirma sobre essa problemática em particular.

Conquanto tudo isso seja universalmente aceito, ainda há quem pense em fomentar as noções de cuidado e de espiritualidade que não se trata de uma tarefa cabível ao universo escolar. Nestas ocasiões, quando uma pessoa, por conta própria e com os meios que tem ao seu inteiro dispor, atua para entender a sua própria espiritualidade, além dos cuidados cabíveis nesta dimensão do ser, executa uma dura atividade de descoberta pessoal.

Como algo 'estranho' ou que pelo menos não condiz com a 'normalidade' que se cogita pela preservação da própria integridade do ser, o desrespeito do ser mediante ao descuido com a espiritualidade talvez seja um ato alucinado ou que pelo menos merece graves admoestações morais. Isto não significa que não exista quem queira usá-lo como um meio útil para aliviar as próprias dores ou para fugir da dor ou da vergonha que lhe aflige, quando abre mão do experimento do cuidado e das noções de espiritualidade. É bem aqui que se insere todas as questões que podem ser debatidas sobre as noções básicas de cuidado e de espiritualidade na perspectiva do ensino religioso e BNCC, destacando-se a partir da conceituação do professor Leonardo Boff.

Aliás, quais são as limitações estruturais que quiçá ainda o cuidado e a espiritualidade na perspectiva do ensino religioso, inclusive impedindo o efetivar das premissas do Ensino religioso na BNCC que lhe são cabíveis? Inclusive foi apresentado uma resposta para esta indagação e todas as atividades subsequentes fundamentadas nas ideias de autores como Leonardo Boff que se consumou no estudo desta problemática, observando o consumir adequado de todos os objetivos que lhe são pertinentes, orientando-se pela metodologia que melhor se adeque em uma atividade de tamanha amplitude. Conquanto já seja um tema em pauta em outras regiões, inclusive com conquistas próprias, o inserir do cuidado e da espiritualidade no espaço escolar ainda é um assunto controverso no Brasil.

Perante as consequências inerentes ao fomento destas duas premissas, é preciso, todavia, pelo menos cogitar uma provável legalização fundamentada nas premissas que lhe são cabíveis para casos especiais entre os quais se destacam, por exemplo, a valorização da dignidade e da integridade da pessoa como um todo. Como a defesa da dignidade da pessoa é uma demanda válida no momento, é importantíssimo atuar no sentido de salvaguardá-la na medida do possível, se não a reforçar ao máximo.

Para que isto aconteça, urge defender todas as premissas que são favoráveis ao experimento da dignidade com máxima plenitude. Ciente disto, urge, no mínimo, avaliar os instrumentos do cuidado e da espiritualidade no espaço escolar, dimensionando até que ponto é plausível o experimento destas duas questões em atividades de ensino-aprendizagem, favorecendo a defesa da dignidade da pessoa em processo de aprendizado.

O confronto entre duas maneiras distintas em que as visões de cuidado e de espiritualidade se manifestam na prática só é possível de acontecer se os axiomas que lhes fundamentam desconsideram a dignidade humana. Se não isto, que sejam eliminados todos os axiomas que servem para embasar a salvaguarda absoluta de todos os seus prováveis desdobramentos, implicando, por exemplo, em um ambiente de ensino aparentemente anárquico e caótico em tudo, em todas as horas. Se se impera o caos e a anarquia, o direito não se aplica, visto que os impérios de todas as vontades dissonantes irão impedir o predomínio do interesse coletivo. Isto significa que na anarquia e no caos não há direitos, mas o predomínio da violência sem fim.

Sendo assim, se a intenção é impedir a destruição de tudo, urge a salvaguarda de uma ordem mínima calcada em axiomas que sejam favoráveis à preservação apropriada do interesse coletivo. Mesmo assim, há quem pense que seja impossível orientar-se em tudo pela salvaguarda do interesse coletivo. Isto se cogita porque se aponta que há muitas coisas que apenas dizem respeito a individualidade. Se a ela somente interessa, não há como restringi-las, nestas ocasiões, aos fins de uma maioria que se efetiva pela coletividade, visto que isto implicará em um cerceamento absurdo da liberdade da pessoa. De qualquer jeito, não se trata de uma limitação que possa impedir a inserção do cuidado e da espiritualidade em atividades escolares.

Talvez se pense que é impossível a prática de uma mentalidade de ensino bem-sucedida para lidar com o cuidado e a espiritualidade porque não há como fundamentá-los com total convergência de interesses, o que incita uma grande quantidade de desafios normativos que lhe inviabilizam no Brasil. Apesar disso, hoje a educação já tem ao seu dispor meios apropriados à identificação segura de temas e assuntos que podem ser inseridos no espaço escolar, o que fundamenta a prática assertiva do processo de ensino-aprendizagem.

Mediante o uso deles é plausível identificá-la, possibilitando-se a prática digna do aprendizado da pessoa, se do interesse desta que deseja dele se beneficiar, evidentemente. Sendo assim, é importante o estudo deste tema— ou seja, do cuidado e a espiritualidade na perspectiva do ensino religioso e BNCC, a partir da conceituação do professor Leonardo Boff — pois existe uma lacuna que merece, pelo menos, efetivar-se na esfera acadêmica. Nessa perspectiva, foi possível identificar, analisar e compreender as premissas mais importantes que fundamentam o uso didático-pedagógico do cuidado e da espiritualidade. No realizar de forma paulatina este estudo, também será plausível, portanto, determinar de que jeito a sua prática poderá ser instrumentalizada aqui, visando embasá-lo em premissas normativamente adequadas. Evidentemente, não será uma tarefa tão simples, mas ainda sim crível, sobretudo considerando a lacuna que talvez ainda subsista na área.

Para que exista um mínimo de respeito ao cuidado e a espiritualidade da pessoa, implicando na eliminação sistemática de qualquer entrave aqui contrário ao custeio da dignidade do ser, o estudo destes temas se fundamentou no reconhecimento de alguns axiomas mínimos. Em tese, um axioma e toda e qualquer premissa fundamentada em uma assertiva que por si só se basta para se explicar, além de se justificar em igual medida.

Com isto feito, é plausível usá-lo para conceituar e determinar um determinado assunto ou tema, evidenciando as suas definições básicas, além de todas as suas particularidades mais relevantes. Por consequência, o uso sistematizado de axiomas é importante porque implica na salvaguarda de uma base elementar para que um determinado saber possa se expressar, manifestando as suas observações sobre tudo aquilo que lhe diz respeito. Isto acontecendo, possibilita-se identificar, analisar, compreender e (se preciso for) até intervir sobre o objeto que lhe interessa, visando o consumir paulatino daquilo que visa em suas próprias metas. Este é o caminho para que o cuidado e a espiritualidade na perspectiva do ensino religioso e BNCC, a partir da conceituação do professor Leonardo Boff, possam ser didaticamente explorados no espaço escolar típico.

Para que as limitações didático-pedagógicas que ainda estão a impedir a inserção do cuidado e da espiritualidade na perspectiva do ensino religioso sejam eliminadas, será preciso fundamentar um novo conjunto de axiomas que lhe viabilizem. Isto, todavia, só poderá acontecer determinando-se que o experimento da dignidade da pessoa no espaço escolar, incluindo-se a salvaguarda da sua própria visão de mundo, é superior a qualquer outro direito ou bem tutelado que talvez lhe seja útil em atos de ensino-aprendizagem. Uma mudança radical e que implica em uma reviravolta paradigmática bastante complicada, além de controversa, mas factível de acontecer.

Portanto, o percurso feito no texto foi apresentar o Ensino Religioso em cada período histórico, suscitando a abordagem educacional existente em cada cenário, fazendo o demonstrativo dos avanços desta disciplina em conexão com anseios sociais, o pluralismo cultural e sua inserção no sistema legislativo do país. É notório que o ER religioso tem alcançado mais espaço no sistema de educação, desta forma, o texto possibilitou uma colaboração, demonstrando nova compreensão e saberes, permitindo um olhar altero, que possibilita o desenvolver humano em todos os seus aspectos.

Sendo assim, foi possível no texto o efetivar de um trabalho descritivo-qualitativo do ER, fazendo uma conexão, interligando o cuidado e a espiritualidade ao Ensino Religioso com análise dos temas postos na BNCC, deixando claro que esta abordagem em nada destoa da laicidade do Estado presente na Constituição. Com isto, transcorremos em alguns temas

pertinentes ao conteúdo do Ensino Religioso, a saber; do cuidado e da espiritualidade, retratando conceitos e definições epistemológicas dos termos a partir do professor Leonardo Boff, claro que poderíamos usar vários outros professores e teóricos sobre assunto, mas pelo espaço e orientação, construímos o texto sobre o prisma deste docente.

Constatamos na apresentação historiográfica o quão lento foi o processo envolvendo o ensino religioso, em virtude do seu desenvolvimento Estatal, de sua autocompreensão e, sobretudo, as bases políticas, que influenciaram muito neste processo. Mas que, naturalmente, pelos avanços supracitados, a exemplo, cenário legal, estamos avançando cada vez mais. Por consequência, esta pesquisa também se concentrou no estudo das principais particularidades inerentes ao ER no Brasil, sobretudo em relação ao cuidado e espiritualidade, abordando-o no aspecto para além do religioso. Sendo assim, foi possível vislumbrar as principais implicações e premissas, possibilitando o equacionar paulatino do problema de pesquisa no decorrer do estudo.

Ressaltando que o ensino religioso transita pela diversidade cultural e religiosa, tendo como objetivo essencial despertar, no discente, aspectos que transcendem ao contexto existencial, fazendo-o buscar o sentido fundamental da vida, descobrindo-se como parte nesse cenário. Nos últimos anos vivenciou-se uma intensa e extensiva revolução no âmbito do ER com a criação de novos métodos e abordagens, visando o estudo dos conhecimentos religiosos no ambiente laico de forma qualificada. Isso, no momento, sucede-se de tal modo que os resultados registrados começam a se distinguir do que antes se computava, possibilitando o emergir de uma nova maneira de vulgarizar o cuidado e a espiritualidade na escola.

A priori, este reverberar exige a prévia construção de uma prática didático-pedagógica diferenciada, ou seja, a explorar as possibilidades inerentes ao ER não confessional. Vimos também que foi possível inserir o ER destinado ao cuidado e espiritualidade na BNCC ou a partir dela, sem que isto afete a manutenção da qualidade geral do ensino, nem implique no abandono da laicidade do Estado. Isso é garantido, por um lado, com a crescente oferta de cursos de licenciatura em Ciências das Religiões para preparar de maneira adequada os futuros profissionais do ER. Com certeza, as formações continuadas são importantes para o uso qualificado de procedimentos didático-pedagógico capaz de vulgarizar com qualidade assuntos e temas que estão correlacionados à espiritualidade.

Também foi apresentado a importância da BNCC para a prática deliberada do ER no Brasil. A estrutura curricular vigente poderá contribuir para que o inserir do ER nas unidades básicas de ensino se efetive com respeito às diferenças, explorando o potencial intrínseco ao cuidado e espiritualidade para o fomento sistematizado do respeito, do cuidado e da tolerância.

Enfatizamos que o cuidado e a espiritualidade religiosa aqui é compreendido para além do aspecto material. Para tanto, fez-se necessário transcender os aspectos formais da manifestação religiosa pelo expressar de seus respectivos dogmas e rituais, que, no entanto, só será factível de se realizar pelo esboço das ideias de espiritualidade.

Dito isto, três eixos caracterizam essa pesquisa, o primeiro, de aspecto histórico, em que apresentamos de forma introdutória a educação no Brasil, como pano de fundo para uma abordagem do ER no contexto nacional, suscitando os fundamentos para o emergir de uma “educação religiosa”, partindo, então, para a construção desse ensino nos seus respectivos períodos (Colonial, Imperial, Monarquia, República). No segundo eixo, retratamos sobre o cuidado e a espiritualidade, buscando sua concepção conceitual, a partir do professor e escritor Leonardo Boff, em que interligamos toda a conceituação construída ao objetivo do ER ao longo dos séculos.

Por último, analisamos, com a utilização da metodologia analítica, o documento da BNCC no que diz respeito ao Ensino Religioso, naquilo que se interliga com cuidado e espiritualidade. Para isso, destacamos os temas que são correlacionados ao entendimento dos termos apresentados. Abordamos neste texto com o intuito de se compreender de que forma a BNCC “afeta” a prática do ER. Igualando-se às seções anteriores, o conteúdo aqui também foi subdividido com o intuito de explorar melhor todos os prováveis desdobramentos que são possíveis, contribuindo para que o estudo, como um todo, se realize com a qualidade esperada. Nesta perspectiva, houve uma explicação quanto à abordagem analítica que se replica no uso da BNCC na esfera do ER.

Constatamos que a estrutura programática do ER na BNCC no decorrer do ensino poderá contribuir para o manifestar da alteridade, uma das premissas mais importantes da BNCC. Embora esta postura sobre a prática do ER no Brasil ainda seja recente, a compreensão a que chegamos é a de que, assim como está configurado, o ER se transformará em uma ferramenta de inclusão e cidadania no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Paulo Antonio da S; BRAGHETTA, Camilla Casaletti Branco; TOLEDO, Tiago Pugliese; PEREIRA, Felipe Moraes. **Tratado de espiritualidade e saúde: Teoria e prática do cuidado em espiritualidade na área de saúde**. Atheneu, 2021.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Extraordinária história do Brasil**. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Sofia. **Espiritualidade e Qualidade de Vida nos Pacientes Oncológicos em Tratamento Quimioterápico**. Brasília: UNB, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/wKW79>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.
- BENKO, M. A; SILVA, M.J.P. da. **Pensando a espiritualidade no ensino de graduação**. Rev.latino-am.enfermagem, Ribeirão Preto, v.4, n.1, p.71-85, janeiro 1996.
- BETHENCOURT, Francisco. **A Expansão Marítima Portuguesa: 1400 – 1800**. São Paulo: Edições 70, 2012.
- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.
- BOFF, L. **Ética da vida**. Brasília (DF): Letraviva; 1999.
- BOFF, L. **A oração de São Francisco: uma mensagem de paz para o mundo atual**. Rio de Janeiro (RJ): Sextante; 1999.
- BOFF, L. **A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis (RJ): Vozes; 1997.
- BOFF, L. **A casa comum, a espiritualidade, o amor**. Edição padrão, 17 abril 2017.
- BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CALAINHO, Daniela Buono. **Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://abre.ai/a56q>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.
- CALEGARI, Ricardo Pereira. **Os 210 Anos DE Pedagogia Jesuíta no Brasil**. Sorocaba: UNISO, 2014. Disponível em: <<http://abre.ai/a56w>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.
- CARRARA, Angelo Alves. **A População do Brasil, 1570-1700: uma Revisão Historiográfica**. Niterói: UERJ, 2014. Disponível em: <<http://abre.ai/a56x>>. Acessado em: 28 de abril de 2020.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. **Espiritualidades não-religiosas: desafios conceituais**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 12, n. 35, p. 658-687, jul./set. 2014.

CECCHETTI, Fabíola Cardoso. **Política Educacional De Enfrentamento Ao Fracasso Escolar: Uma Análise Do Programa Estadual De Novas Oportunidades De Aprendizagem(PENOA/SC)**. Dissertação em Educação- Florianópolis: UFSC, 2020.

CECCHETTI, Elcio; SIMONI, Josiane Crusaro. **Ensino Religioso Não Confessional:Múltiplos Olhares(e-book)**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

CORDEIRO, Tiago. **A Grande Aventura dos Jesuítas no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

COSTA, Célio Juvenal. **Os Jesuítas no Brasil: Servos do Papa e Súditos do Rei**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <<http://abre.ai/a56v>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

COSTA, Lúcio. **A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://abre.ai/a56r>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

CROWLEY, Roger. **Império**. São Paulo: Crítica, 2016.

CRUZ, J.S. **Espiritualidade, resiliência e logo-educação: fundamentos noológicos para o Ensino Religioso**. Paraíba: UFPB, 2020.

DOMINGOS, Marília Neto Franceschi. **Ensino Religioso e o Estado Laico: Uma Lição de Tolerância**. PUC – Revista de Estudos da Religião: setembro, 2009. Disponível em: http://www4.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf. Acessado em 15 de outubro de 2021.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 8º edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FERREIRA, Amarílio. **História Da Educação Brasileira: Da colônia ao Século XX**. São Paulo: EDUFSCAR, 2010.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e historiografia da educação no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Autêntica, 2018.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. 3ª Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

FRANÇA, Leonel. **O Método Pedagógico Dos Jesuítas: O RatioStudiorum**. São Paulo: Kíron, 2019.

FRANCO, José Eduardo. **O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)**. Lisboa: Gradiva, 2015. Disponível em: <<http://abre.ai/a56s>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da educação no Brasil: 1926-1996**. Petrópolis, 2016.

FREITAS, Eliane Maura Milhomem de. **Bem-me-quer, Malmequer: Um Estudo Sobre a Presença do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular.** PUC-SP; Tese Doutorado, 2018.

GERONASSO, Martha Caroline Henning. **A Influência da Religiosidade/Espiritualidade na Qualidade de Vida das Pessoas com Câncer.** São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/bilo6>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2019.

GIUMBELLI, E. **O Fim da Religião?** Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França. São Paulo: ATTAR, 2012.

GOBATTO, Caroline Amado. **Religiosidade e Espiritualidade em Oncologia: Concepções de Profissionais da Saúde.** São Paulo: USP, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/mntvW>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

GUTZ, Luiza. **Espiritualidade entre Idosos mais Velhos: Um Estudo de Representações Sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/aeft>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

HANEGRAAFF, Wouter J. “Defining religion in spite of History”. In: PLATVOET, Jan G; MOLENDIJK, Arie L. (Orgs.). **The pragmatics of defining religion: contexts, concepts and contests.** Leiden: Brill, 1999, p. 337-378.

HANEGRAAFF, Wouter J. **New Age spiritualities as secular religion: a historian’s perspective.** Social Compass, 46(2), 1999, pp. 145–160. Tradução de Fábio L. Stern. Religare. V.14, n.2, dezembro de 2017, p. 403-424.

HANSEN, T. J. **The spiritual dimensions of individuals: conceptual development.** Nurs. Diagnosis, v. 4, n. 4, p. 140-46, 1993.

HERVIEU-LÉGER, D. **O Peregrino e o Convertido: A Religião em Movimento.** Lisboa: Gradiva, 2005.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras.** 3ª Ed. São Paulo: Autêntica, 2017.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves. **Educação e Religião: Múltiplos Olhares sobre o Ensino Religioso.** São Paulo: Editora Paulinas, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/rBX78>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

HOLMES, Maria José Torres. **Ensino Religioso: problemas e desafios.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

KOENING, H. **Medicina, Religião e Saúde: O Encontro da Ciência e da Espiritualidade.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O Ensino Religioso no Brasil**. Editora Champagnat, 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O Sagrado – fundamentos e conteúdo do ensino religioso**. IBPEX, 2010.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, LaudeErandi; KLEIN, Remí. **Compêndio do ensino religioso**. São Leopoldo, RS: Sinodal, Faculdades EST, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 290-296.

LATOURE, Bruno. “**Não congelarás a imagem**”, ou: como não desentender o debate ciência e religião. *Mana*, 10(2), 2004, pp. 349-376.

MACEDO, Newton; SOUSA, José. **História de Portugal: A Epopeia dos Descobrimentos**. Porto: Porto Editora, 2014.

MARQUES, Luciana Fernandes. **Religiosidade/Espiritualidade na Educação e na Saúde: Ensino e Extensão**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/cnq24>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. **Ciências das Religiões: de que mesmo estamos falando?** *Ciências das Religiões: História e Sociedade*, Ano 2, n.2, 2004, p.17-34. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/viewFile/2314/2163> >. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA-ALMEIDA. A.; STROPPIA, A. **Espiritualidade e Saúde: O que as Evidências Mostram**. Campinas: Unicamp, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

MORAIS, Lindberg C. de. **Educação e Espiritualidade: Reflexão sobre Ensino Religioso e Democracia**. São Paulo: SCIELO, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/cDJPX>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA J. L. M. **Diálogo entre Religião, Ciência e Ética: Desafios e Contribuições da Psicologia**. Brasília: UNB, 2012.

PANZINI, Raquel Gehrke. **Validação Brasileira do Instrumento de Qualidade de Vida/Espiritualidade, Religião e Crenças Pessoais**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/LMN16>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PILLON, Sandra Cristina. **Uso de Álcool e Espiritualidade entre Estudantes de Enfermagem**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/iqzJQ>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

PONTES, Cristina Munhen de. **Diálogos entre Espiritualidade e Enfermagem: Uma Revisão Integrativa da Literatura**. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/DLO45>. Acessado em: 15 de janeiro de 2020.

PASSOS, J. D. **Ensino religioso: construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção temas do ensino religioso).

RIBEIRO, Ângelo; SOUSA, José. **História de Portugal: Da Índia ao Brasil**. Porto: Porto Editora, 2014.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.

RIES, Julien. **Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 40ª Ed. Petrópolis, 2014.

SABEH, Luiz Antonio. **Colonização Salvífica: Os jesuítas e a Coroa Portuguesa na Construção do Brasil (1549-1580)**. CURITIBA: UFPR, 2019. Disponível em: <http://abre.ai/a56t>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SHIGUNOV NETO, ALEXANDRE *et al.* **O Ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro: Algumas Discussões**. Curitiba: UFPR, 2018. Disponível em: <http://abre.ai/a56u>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

SCHMITZ, Egídio. **Os Jesuítas e a Educação: a filosofia educacional da Companhia de Jesus**. 2ª Ed. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

SIQUEIRA, D. **As Novas Religiosidades no Ocidente**. Brasília: UNB, 2013.

SANTOS, A. L. **Entrevista com Leonardo Boff**. Joinville: Jornal de Joinville, 1996.

TEIXEIRA, Faustino. “Os caminhos da espiritualidade: um olhar com base nas tradições místicas”. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão. (Org). **A espiritualidade no trabalho em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 370-395.

TEIXEIRA, F. “Diálogo inter-religioso e educação para a alteridade”. In: SCARLA-TELLI, C. C. da S.; STRECK, D. R.; FOLLMANN, J. I. (Orgs.). **Religião, cultura e educação**. São Leopoldo: UNISINOS, 2006. p. 29-40.

VIEIRA, Pedro Almeida. **Assim Se Paniu O Brasil**. São Paulo: Sextante, 2016.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado *et al.* **História da educação: A escola no Brasil**. 5 Ed. São Paulo: Contexto, 2015.